



Lúcia Regina Florentino Souto

A tensão capitalismo e democracia: o desafio à construção radicalmente democrática de políticas distributivas de cidadania.

Rio de Janeiro

2017

Lúcia Regina Florentino Souto

A tensão capitalismo e democracia: o desafio à construção radicalmente democrática de políticas distributivas de cidadania.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Saúde Pública. Parte da presente tese foi desenvolvida a partir do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na Universidade de Coimbra (Processo nº 88881.133192/2016-01). Área de Concentração: Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural.

Orientadora: Maria Helena Barros de Oliveira

Coorientador: Boaventura Sousa Santos

Rio de Janeiro

2017

Catálogo na fonte

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Biblioteca de Saúde Pública

S728t

Souto, Lúcia Regina Florentino.

A tensão capitalismo e democracia: o desafio à construção radicalmente democrática de políticas distributivas de cidadania / Lúcia Regina Florentino Souto. -- 2017.

106 f. : il. color. ; graf. ; tab.

Orientadora: Maria Helena Barros de Oliveira.

Coorientador: Boaventura Sousa Santos.

Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2017.

1. Capitalismo. 2. Democracia. 3. Direito à Saúde.
4. Reforma dos Serviços de Saúde. 5. Políticas Públicas.

I. Título.

CDD – 22.ed. – 344.0321

Lúcia Regina Florentino Souto

A tensão capitalismo e democracia: o desafio à construção radicalmente democrática de políticas distributivas de cidadania.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Saúde Pública. Parte da presente tese foi desenvolvida a partir do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na Universidade de Coimbra (Processo nº 88881.133192/2016-01). Área de Concentração: Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural.

Aprovada em: 31/08/2017

Banca Examinadora

Dr. Rubens Roberto Rebello Casara
TJ-RJ e EMERJ

Dra. Lígia Bahia
IESC/UFRJ

Dra. Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna
IE/UFRJ

Dr. José Carvalho de Noronha
ICICT/Fiocruz

Dra. Maria Helena Barros de Oliveira (Orientadora)
DIHS/ENSP/Fiocruz

Rio de Janeiro

2017

Às gerações de mulheres, homens, crianças, muitas vezes violentamente silenciados, que teceram, pela ousadia, pela capacidade de indignação, os caminhos da insurgência transformadora, criando e refazendo nascentes.

AGRADECIMENTOS

A Sérgio Arouca, pela parceria mesmo do outro lado da margem.

Ao professor Boaventura Sousa Santos, pelas instigantes e férteis reflexões sobre os desafios para revolucionar a democracia e democratizar a revolução.

A Maria Helena, pelo espírito libertário e pela parceria como orientadora nesta jornada.

A Cristina Guillan e a Maria Helena Barros de Oliveira, pelo pioneirismo e coragem da aposta em uma cooperação internacional entre a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de Coimbra.

A toda a equipe do Departamento de Direito Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz.

Às companheiras e companheiros na jornada do doutorado internacional fruto da parceria Fiocruz e Universidade de Coimbra, Helena, Diadney, Vanessa, Flaviany, Diogo, Marcos, Marcílio, Ernani e Magno

As minhas amigas belas, insubordinadas e do bar e também de lutas Joice Aragão, Nara Alves, Cláudia Cristina, em nome de tantas outras, impossível de enumerar.

Às companheiras e aos companheiros da EBRAC (Esquerda Brasileira de Coimbra) pela inesquecível e intensa luta compartilhada fora do Brasil no momento do golpe em abril de 2016.

Aos membros efetivos e suplentes da banca examinadora pela densa contribuição Lígia Bahia, José Carvalho de Noronha, Maria Lúcia Werneck Vianna, Rubem Casara, Cláudia Travassos e Sergio Besserman Vianna.

A Gustavo e Bete pela colaboração e conversas sempre desbravadoras.

A Maria e Juliana presenças ancestrais pela força, delicadeza e apoio incondicional.

Aos meus netos Sofia, Leonardo, Inácio e Theo, pois o sorriso das crianças que sustenta o mundo.

A Rogéria, Ricardo, João, Luna, Nina, Lara, Mariana, Monica, Mateus e Clara, em nome de todos os amores da vida, obrigada.

Aos que lutam pela democracia.

*Não deixe o nosso país nas mãos dos
banqueiros e opressores
O povo paga a despesa e falta o rango na
mesa.
Trabalhadores em geral da cidade e da zona
rural, sociedade,
dia 28 vamos parar de verdade.
Nós por nós sempre, sempre, sempre.*

CHIQUINHO DIVILAS, Rap Contra a
reforma da Previdência e Trabalhista

O Poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades.

ARENDDT, 1999, p. 212.

RESUMO

O objetivo dessa reflexão é compreender os desafios à construção radicalmente democrática, participativa de políticas distributivas de cidadania conquistadas na Constituição de 1988 frente ao macrocontexto do golpe de 2016 no Brasil e sua articulação com o macrocontexto da crise sistêmica do capitalismo financeiro global e a radicalização da tensão capitalismo e democracia.

Inicialmente abordamos essa tensão a partir dos desafios colocados à efetivação do direito à saúde proclamado na Constituição de 1988 realizando um giro de volta aos valores fundantes do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) na perspectiva de um projeto civilizatório contra hegemônico, como experiência radicalmente democrático participativa, e, como inovação epistemológica, na produção/criação de um novo campo de conhecimento, a saúde coletiva, alinhado ao que Santos (2010) conceitua como pensamento pós abissal.

O trabalho também procura ordenar os desafios pós golpe de 2016, com a quebra da institucionalidade e a usurpação da soberania do voto popular, a construção de uma nova hegemonia política na perspectiva de um projeto inclusivo de desenvolvimento frente ao atual processo de interdição da democracia no Brasil e o desmonte da Constituição de 88 via uma constituinte sem povo.

Palavras-chave: capitalismo, democracia, cidadania, políticas distributivas

ABSTRACT

The purpose of this reflection is to understand the challenges to the radically democratic, participative construction of the distributive policies of citizenship conquered in the Constitution of 1988 against the macrocontext of the coup of 2016 in Brazil and its articulation with the macrocontext of the systemic crisis of global financial capitalism and the radicalization of the tension between capitalism and democracy.

Initially, we address this tension based on the challenges posed to the realization of the right to health proclaimed in the Constitution of 1988, making a turning back to the founding values of the Brazilian Sanitary Reform Movement (MRSB) in the perspective of a counter-hegemonic civilizational project as a radically democratic-participatory experience, and, as epistemological innovation, in the production / creation of a new field of knowledge, collective health, aligned with what Santos (2010) conceptualizes as post-abyssal thought.

The work also seeks to organize the post-coup challenges of 2016, with the breakdown of institutionality and the usurpation of popular vote sovereignty, the construction of a new political hegemony in the perspective of an inclusive development project in the face of the current process of interdiction of the democracy in the Brazil and the dismantling of the Constitution of 1988 via a constituent without the people.

Keywords: capitalism, democracy, citizenship, distributive policies

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Endividamento Público em razão do PIB, países selecionados da OCDE, 1970-2010	45
Gráfico 2 - Taxa de crescimento, países selecionados da OCDE, 1963-2009	47
Gráfico 3 - Evolução do percentual de receita corrente líquida destinado para educação (2017-30)	67
Gráfico 4 - Endividamento Público em razão do PIB, países selecionados da OCDE, 1970-2010	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gasto em saúde como percentual do PIB para os países do G-7	74
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABB – ASEA Brown Boveri, empresa suíça de engenharia
- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
- ALAMES – Associação Latino-Americana de Medicina Social
- AGU – Advocacia-Geral da União
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CEBES – Centro Brasileiro de Estudos da Saúde
- CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNS – Conselho Nacional de Saúde
- EC – Emenda Constitucional
- FDA – Food and Drug Administration, órgão responsável pela regulação de alimentos e medicamentos dos EUA.
- FJP – Fundação João Pinheiro
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GSK – GlaxoSmithKline
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICIJ – International Consortium of Investigative Journalists (Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos)
- IIF - The Institute of International Finance (Instituto de Finanças Internacionais)
- INAMPS – Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social
- IPEA – Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, formado por cinco membros plenos: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela; cinco países associados: Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru; e dois países observadores: Nova Zelândia e México.
- MRSB – Movimento da Reforma Sanitária Brasileira
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief
- PEC – Proposta de Emenda Constitucional
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SIFI – Sistemically Important Financial Institutions (Instituições Financeiras Sistemáticamente Importantes)

SYRIZA – Coligação da Esquerda Radical, partido político grego.

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O DIREITO À SAÚDE: DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO CIVILIZATÓRIO RADICALMENTE DEMOCRÁTICO/PARTICIPATIVO	18
2.1	MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA: UM PROJETO CIVILIZATÓRIO RADICALMENTE DEMOCRÁTICO/PARTICIPATIVO, UM PENSAMENTO PÓS ABISSAL, UMA ECOLOGIA DE SABERES	19
2.2	MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA: SAÚDE É DEMOCRACIA. DIALOGANDO E APRENDENDO COM O SUL	23
2.3	VIII CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE: UMA CONSTITUINTE POPULAR DE SAÚDE, TECENDO UMA ECOLOGIA DE SABERES...	27
2.4	O DIREITO À SAÚDE: ENTRE O PASSADO E O FUTURO – O GIRO DE VOLTA AOS VALORES DO PROJETO CIVILIZATÓRIO DO MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA	29
3	O MACROCONTEXTO: A CRISE SISTÊMICA DO CAPITALISMO	37
3.1	A DÍVIDA COMO INIBIÇÃO DAS ESCOLHAS DEMOCRÁTICAS: DO ESTADO DOS IMPOSTOS PARA O ESTADO DA DÍVIDA	42
3.2	O CAPITALISMO E A OVERDOSE DE SI MESMO	47
3.3	A DOCTRINA DO CHOQUE – O CAPITALISMO DO DESASTRE E RADICALIZAÇÃO DA TENSÃO CAPITALISMO E DEMOCRACIA ...	51
4.	O MACROCONTEXTO DO GOLPE – BRASIL 2016	55
4.1	BRASIL E A DISPUTA GLOBAL ENTRE CAPITALISMO FINANCEIRO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DISTRIBUTIVAS DE CIDADANIA	56
4.1.1	Alguns aspectos do capitalismo financeiro	57
4.1.2	Brasil: O desmonte da Constituição de 88: pacto democrático popular Vs. esterilização dos recursos do país pela intermediação financeira ...	63
4.2	GOLPE PARLAMENTAR: DEMOCRACIA USURPADA, DESIGUALDADE <i>VERSUS</i> MORALIDADE	77
4.2.1	Mídia: a poderosa indústria da manipulação e propaganda política	85
4.2.2	Justiça como fonte de exceção	87
4.3	O EMPATE CATASTRÓFICO	90

4.4	O GIRO DE VOLTA AO ESPÍRITO DE 88	91
5	À GUIA DE CONCLUSÃO: O ESPÍRITO DE 88 X CAPITALISMO DO DESASTRE	93
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

1. INTRODUÇÃO

Em 17 de abril de 2016, aniversário do massacre de Eldorado de Carajás¹, a Câmara dos Deputados, em deprimente espetáculo transmitido ao vivo para todo o Brasil, aprovava a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef, iniciava-se naquele momento a fase final do golpe de estado de 2016. Um golpe contra a democracia no Brasil com uma agenda de liquidação da Constituição de 1988, uma constituinte sem povo num contraponto a todo o processo de construção democrática da carta magna brasileira.

Este trabalho busca compreender os desafios à construção radicalmente democrática, participativa de políticas distributivas de cidadania conquistadas na Constituição, uma plataforma para de enfrentamento das ancestrais desigualdades da sociedade brasileira. Neste sentido, nossa reflexão se propõe a uma análise deste cenário de crescente radicalização da tensão entre capitalismo e democracia na perspectiva de dois macrocontextos, o golpe de 2016 no Brasil e a crise estrutural do capitalismo.

Esta abordagem parte, já no segundo capítulo, da percepção dessa tensão diante dos desafios colocados à efetivação do direito à saúde proclamado na Constituição de 1988, realizando inicialmente um giro de volta aos valores fundantes do Movimento da Reforma Sanitária Brasileiro (MRSB). Buscamos compreender o MRSB na perspectiva de um projeto político civilizatório contra hegemônico; como experiência radicalmente democrático/participativa; e, como uma ruptura (inovação) epistemológica, na, produção/criação de um novo campo de conhecimento, genuinamente brasileiro, a saúde coletiva, na perspectiva de uma teoria social crítica que Santos (2010) conceitua como epistemologias do sul. No nosso entendimento, essa compreensão permite alinhá-lo ao que Santos (2007) denomina um pensamento pós abissal, parte constitutiva e constituinte das epistemologias do sul, de uma ecologia de saberes, e construção de uma teoria social crítica, uma sociologia das emergências (Souto e Barros, 2016).

Num segundo momento examinamos os desafios à efetivação do direito universal à saúde no processo pós Constituinte de 1988 frente a tensão entre a hegemonia das políticas neoliberais e os direitos humanos sociais de cidadania, a nível global e suas repercussões no

¹ O Massacre de Eldorado do Carajás foi a morte de dezenove sem-terra que ocorreu em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado do Carajás, no sul do Pará, Brasil decorrente da ação da polícia do estado do Pará.

Brasil. Como pano de fundo para melhor compreensão desses desafios nos apoiamos nas reflexões de Arendt (1990, 1999 e 2009) sobre a crise da modernidade ocidental e, em Santos (1998, 2007, 2010 e 2013) sobre a crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social.

A dimensão do desafio que se coloca a efetivação de políticas públicas distributivas de direitos humanos e sociais de cidadania, pilares da democracia, só pode ser compreendida na perspectiva e em articulação com o macrocontexto da crise sistêmica do capitalismo global. É justamente este macrocontexto que estudamos no terceiro capítulo. Abordamos o processo de transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro nos últimos trinta anos e a radicalização crescente da tensão entre capitalismo financeiro e democracia em suas dimensões política, econômica e psicossocial, com o aumento persistente e devastador das desigualdades sociais. Estas reflexões se amparam no pensamento de distintos autores como Varoufakis (2016), Streeck (2013a, 2013b e 2014), Piketty (2014), Beluzzo e Galípolo (2017), Pureza (2015a e 2015b) e Santos (2016).

O relato da jornalista Naomi Klein (2008) sobre a doutrina do choque e ascensão do que denomina o capitalismo do desastre também auxilia a nossa reflexão ao jogar luz sobre a cruzada contemporânea para libertar os mercados mundiais de qualquer regulação e controle democrático e suas repercussões políticas, econômicas, sociais, psicossociais sobre povos e nações.

No quarto capítulo, examinamos o cenário brasileiro e o macrocontexto do golpe no Brasil e os desafios ao desenvolvimento de políticas distributivas de cidadania e direitos humanos diante do sequestro e captura do Estado pelo capital financeiro. Procuramos expor, democratizar a escala da apropriação da riqueza socialmente produzida, e a magnitude da corrupção ocultado por uma dinâmica de difícil compreensão.

É também neste contexto que interpretamos o golpe de 2016 à luz das reflexões de Wanderley Guilherme dos Santos (2017) sobre a democracia impedida e de Souza (2016) sobre a dinâmica e articulações que viabilizaram o recente golpe de Estado no Brasil. Esse processo em curso no Brasil dialoga com as reflexões de Linera (2008): empate catastrófico e ponto de bifurcação.

Este caminho nos conduz a uma conclusão onde procuramos ordenar os desafios à construção de políticas distributivas de cidadania com reflexões sobre o papel estratégico do

Brasil na disputa civilizatória global e as exigências de enfrentamento como pontua Souza (2016) de enfrentamento da matriz escravocrata, amálgama do pacto das elites do dinheiro e cultural no Brasil, desde o início do século XX, que interditam o desenvolvimento de políticas inclusivas de longo prazo.

Apontamos, por fim, que um dos desafios estratégicos constitui a construção de uma nova hegemonia política na perspectiva de uma sociologia das ausências/emergências, esse vasto campo de experiências diversas de resistência ao capitalismo financeiro, ao patriarcado e ao colonialismo no sul global.

2. O DIREITO À SAÚDE: DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO CIVILIZATÓRIO RADICALMENTE DEMOCRÁTICO/PARTICIPATIVO

O que inspira essa reflexão é buscar compreender os desafios à construção radicalmente democrática, participativa de políticas distributivas, de enfrentamento das ancestrais desigualdades à afirmação dos direitos sociais e humanos de cidadania conquistados na constituição cidadã de 1988 frente ao macrocontexto do golpe de 2016. Um golpe contra a democracia no Brasil com sua agenda, via um processo constituinte sem povo, de liquidação da Constituição de 1988, e, sua articulação com, o macrocontexto da crise estrutural do capitalismo com a crescente radicalização da tensão entre capitalismo e democracia.

No percurso dessa reflexão, examinamos neste capítulo, essa tensão a partir dos desafios colocados à efetivação do direito à saúde proclamado na Constituição de 1988, realizando um giro de volta à experiência e aos valores fundantes do Movimento da Reforma Sanitária Brasileiro (MRSB). Ou seja, compreendê-lo em três dimensões: na perspectiva de um projeto político civilizatório contra-hegemônico; como experiência radicalmente democrático/participativa; e, como uma ruptura (inovação) epistemológica, na, produção/criação de um novo campo de conhecimento, genuinamente brasileiro, a saúde coletiva, na perspectiva de uma teoria social crítica que Santos (2010, 2013) conceitua como epistemologias do sul. No nosso entendimento, essa compreensão permite alinhá-lo ao que Santos (2007, p.3) denomina um pensamento pós abissal, parte constitutiva e constituinte das epistemologias do sul, de uma ecologia de saberes, e construção de uma teoria social crítica, uma sociologia das ausências e das emergências (Souto e Barros de Oliveira, 2016).

Como pano de fundo para melhor compreensão desses desafios nos apoiamos nas reflexões de Arendt sobre a crise da modernidade ocidental, em Santos sobre a crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social e, suas reflexões sobre uma nova cultura política na perspectiva da transformação social e emancipatória.

2.1 Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório radicalmente democrático/participativo, um pensamento pós abissal, uma ecologia de saberes

Segundo Paim (2007, p.21) “no Brasil surgiu em meados da década de 1970, um movimento postulando a democratização da saúde, justamente num período no qual novos sujeitos sociais emergiram nas lutas contra a ditadura”.

O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) constituiu-se no processo de amplas mobilizações da sociedade brasileira frente as aviltantes desigualdades, a mercantilização da saúde (Arouca 2003), e configurou-se como ação política concertada em torno de um projeto civilizatório contra-hegemônico de sociedade inclusiva, radicalmente democrática, criador de um novo campo de conhecimento, a Saúde Coletiva, na perspectiva da saúde como direito universal de cidadania e construção de uma consciência crítica, uma consciência sanitária da determinação social do processo saúde/doença.

A partir dessa compreensão é possível dialogar com algumas das reflexões de Santos (2007, p.3)

[...] que as linhas cartográficas abissais que demarcaram o Velho e o Novo mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo. A injustiça social global estaria associada à injustiça cognitiva, de modo que a luta por uma justiça social requer a construção de um pensamento pós abissal.

Destacamos dimensões do MRSB como, a dimensão civilizatória, a democrático participativa, a epistemológica que, no nosso entendimento, permitem alinhá-lo como constitutivo de um pensamento pós abissal, uma ecologia de saberes sendo parte das disputas globais, históricas políticas e epistemológicas. Conforme Santos (2007, p. 3-4),

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que o ‘outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistente significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro.

Na dimensão civilizatória destacamos o caráter contra-hegemônico do projeto do MRSB, ao afirmar a saúde como direito universal de cidadania na contramão do projeto de

globalização neoliberal com sua agenda de restrição de direitos, de focalização das políticas sociais, de privatizações, preconizadas pelas agências internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional) como única saída para a crise fiscal das décadas de 1970/1980.

Na dimensão democrática participativa destacamos o processo constituinte de ampla e plural participação, marca indelével da construção do direito universal à saúde no Brasil, expressa no texto da Constituição de 1988.

Na dimensão epistemológica destacamos a criação do inédito campo de conhecimento da saúde coletiva, com sua compreensão da determinação social do processo saúde doença. Um campo de conhecimento aberto, plural que vem possibilitando a interação e emergência de múltiplos saberes, constituindo-se um dos valores do projeto do MRSB de contraponto, resistência e construção de alternativas frente ao projeto de uma globalização neoliberal excludente e monocultural.

A construção do campo da saúde coletiva, invenção genuinamente brasileira, tem origem a partir da crítica realizada à medicina preventiva por Arouca (2003) em sua tese de doutorado ‘O dilema preventivista’. Paim (2007, p. 20) ressalta que “a partir da crítica à medicina preventiva ocorreu uma aproximação teórico-conceitual com a medicina social, evoluindo para a constituição da saúde coletiva, enquanto campo científico comprometido com a prática teórica.”

A crítica realizada por Arouca (2003) ao discurso liberal da medicina preventiva, instigou o desafio à sua superação, propiciando o ineditismo da criação compartilhada do campo da saúde coletiva no Brasil. A compreensão da determinação social do processo saúde doença, entre outros conceitos, produziu repercussões na reflexão política, nas múltiplas práticas de saberes da saúde em contraste com a hegemonia monocultural do paradigma biomédico. Como comenta Santos (2010, p. 157),

A ecologia de saberes procura dar consistência epistemológica ao saber propositivo. Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um, deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia de saberes assenta na independência complexa entre os diferentes saberes que constituem o sistema aberto de conhecimento em processo constante de renovação. O conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é autoconhecimento.

Para Santos (2010, p. 157) como o conhecimento científico não está distribuído

socialmente de forma equitativa, as intervenções no real que privilegiam são as dos grupos sociais que detém o conhecimento científico. “A injustiça social assenta na injustiça cognitiva. A ecologia de saberes é a epistemologia da luta contra a injustiça cognitiva”. O campo da saúde coletiva permitiu substituir monoculturas por ecologias o que nos permite operar como o que Santos (2010) denomina sociologia das ausências, ou seja, tornar presente as experiências desperdiçadas, através de múltiplas formas de produção social de ausências como: o ignorante, o residual, o inferior, o local, e o improdutivo. Em cada um desses domínios, a sociologia das ausências se exerce substituindo monoculturas por ecologias.

O ‘ignorante’: nesse domínio se trabalha com o princípio da incompletude dos saberes, não há ignorância em geral nem saber em geral. O ‘residual’: nesse domínio confronta a lógica da monocultura do tempo linear partindo da ideia de tempos e temporalidades distintos para cada sociedade, que culturas distintas geram diferentes regras temporais, o que permite libertar as práticas sociais do estatuto residual atribuído pelo cânone temporal hegemônico. No domínio do ‘inferior’, confronta a desqualificação colonizadora que identifica a diferença com desigualdade, propondo nova articulação entre os princípios da igualdade e diferença, a ecologia de diferenças iguais feita de reconhecimentos recíprocos. No domínio do ‘local’, a sociologia das ausências opera a (des)globalização do local em relação a globalização hegemônica e explora a possibilidade de o (re)globalizar como forma de globalização contra-hegemônica. O ‘improdutivo’, nesse domínio confronta o que a ortodoxia produtivista capitalista procura ocultar, ao recuperar e valorizar sistemas alternativos de produção das organizações econômicas populares, cooperativas de trabalhadores, empresas autogeridas da economia solidária e, com isso, amplia o espectro da realidade social pela experimentação e pela reflexão sobre alternativas econômicas realistas para uma sociedade mais justa.

Segundo Nunes (2008, p. 60),

A contribuição de Santos para o debate epistemológico do Norte [...] caracteriza-se pela identificação de um conjunto de processos e de manifestações de crise que são interpretados no quadro de uma crise mais geral do projeto da modernidade. Uma compreensão do mundo que não se esgota na compreensão ocidental do mundo.

A constituição do campo da saúde coletiva situa-se no campo de disputa epistemológica ao promover a emergência e visibilidade de outros saberes, populares, de povos e comunidades tradicionais, até então desqualificados, invisibilizados, pelo monopólio do saber da ciência moderna, como pensamentos não científicos, e muitas vezes objeto de um

verdadeiro epistemicídio. (Santos, 1998)

No que se refere à epistemologia o pensamento abissal funda-se no que Santos (2007) designa de linha abissal epistemológica que distingue saberes científicos daqueles da “não ciência”, e prossegue na desqualificação, seja pela apropriação de alguns desses saberes, seja eliminando-os através de diferentes formas de epistemicídio. (Nunes, 2008)

A emergência da saúde coletiva permite escapar dos cânones epistemológicos hegemônicos da ciência moderna, valoriza práticas e saberes produzidos coletivamente abrindo caminho para uma justiça cognitiva ao se contrapor à distribuição não equitativa de conhecimentos, em suas múltiplas formas, a projetos tanto de apropriação privada de conhecimentos e saberes como, a desqualificação desses saberes.

A transformação do saber e do conhecimento em algo que pode ser objeto de apropriação privada, separado dos que o produzem, transportado, comprado, vendido, sujeito à forma de direito de propriedade estranhas ao contexto em que esse saber ou conhecimento foi produzido e apropriado coletivamente corresponde, de fato, a uma operação de eliminação obscurantista de saberes e de experiências em nome da sua racionalização e da sua subordinação aos cânones epistemológicos associados à ciência moderna. Esse resultado pode ser obtido, assim através de dois caminhos: o da assimilação da destruição física, material, cultural e humana, e o da incorporação, cooptação. (Santos, 2007, p.9)

O projeto civilizatório do MRSB contribuiu para que as experiências de vida dos oprimidos lhes sejam inteligíveis por via do que Santos (2010) denomina uma epistemologia das consequências.

A ecologia de saberes não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real e deixa de conceber a ciência como referência ou ponto de passagem para o reconhecimento de todos os saberes e conhecimentos. Deste modo é a própria concepção do que é a epistemologia que é radicalmente transformada. Um pragmatismo epistemológico é, acima de tudo, justificado pelo fato de que as experiências de vida dos oprimidos lhes serem inteligíveis por via de uma epistemologia das consequências. No mundo em que vivem, a consequência vem sempre primeiro que as causas. (Santos, 2007, p. 28)

Podemos caracterizar o processo do MRSB como um processo de resistência contra as linhas abissais e parte de uma articulação latino-americana de saúde pública/medicina social e

a nascente saúde coletiva, na perspectiva de tecer um pensamento pós abissal em escala global.

Muitas das experiências subalternas de resistência são locais ou foram localizadas e assim tornadas irrelevantes ou inexistente pelo conhecimento abissal moderno, o único capaz de gerar experiências globais. Contudo, uma vez que a resistência contra as linhas abissais tem que ter lugar a uma escala global, é imperativo desenvolver algum tipo de articulação entre as experiências subalternas através de ligações locais globais. Para ser bem-sucedida a ecologia de saberes tem de ser trans-escalar. (Santos, 2007, p. 27)

Consideramos a experiência do MRSB como relevante contribuição do Sul global na perspectiva de uma epistemologia do Sul, e, de uma articulação local/global de globalização contra-hegemônica. “O pensamento pós abissal pode ser sintetizado como uma aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência com uma ecologia de saberes”. (Santos, 2010 A, p.22)

2.2 Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: Saúde é Democracia. Dialogando e aprendendo com o Sul

Ao recordar o MRSB o faremos de um lado, pelo reconhecimento de seu significado como experiência histórica que traz à tona um Brasil popular, protagonista indiscutível da construção de políticas públicas distributivas de direitos sociais, humanos, ambientais, econômicos, políticos, culturais de cidadania. Uma construção democrática, participativa, com diversas expressões como movimentos comunitários, populares, sindicais, de mulheres, negros, índios, pacientes estudantes, academia, pelo direito à saúde, que revelam um Brasil não da falta, mas de uma potência criativa, como tantos outros na história. Por outro lado, pela sua insubordinação intelectual e capacidade política de realizar o milagre de iniciar algo inteiramente novo, de escapar do previsível, no sentido trabalhado por Arendt (1990, 2009) e Souto (2012), construindo no processo constituinte de 1988 um projeto civilizatório de transformações sociais e, do campo da saúde, na contramão da tendência mundial, hegemonizada por propostas de cunho neoliberal.

A ditadura militar com seu processo de modernização autoritária (Singer 1976, Bresser Pereira, 2014) adota uma estratégia de aliança entre o governo, o capitalismo nacional e o

internacional e, implementa um projeto de desenvolvimento econômico que as classes populares são excluídas. O chamado milagre brasileiro, crescimento econômico com arrocho salarial, e diminuição do poder de compra do salário-mínimo, que enfatiza uma histórica concentração de renda, aumento das desigualdades sociais e também o aumento da dívida externa do país. Na área da saúde a configuração é de uma cisão entre a saúde pública e individual, sendo o Ministério da Saúde, fragilizado financeiramente, responsável pela promoção da saúde, prevenção de doenças, pelo enfrentamento das grandes endemias e atendimentos aos chamados indigentes, e o Ministério da Previdência, através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) responsável pela atenção individual aos portadores de carteira de trabalho. Nesse período, a saúde transforma-se em bem de consumo com o fomento a expansão do mercado de planos e seguros-saúde e correspondente deterioração dos serviços públicos.

Como comenta Escorel (2008, p. 324),

Até 1964, a assistência médica previdenciária era prestada, principalmente, pela rede de serviços próprios dos IAPs, compostos por hospitais, ambulatórios, consultórios médicos. A partir da criação do INPS, alegando a incapacidade de a rede própria de serviços fornecer assistência médica a todos os beneficiários, foi priorizada a contratação de serviços de terceiros. A orientação de privilegiar o setor privado de serviços de saúde, foi no âmbito da previdência social, a expressão da diretriz estabelecida na Constituição de 1967², reiterada na Constituição de 1969³, consubstanciada no Decreto-lei n 200/1968 sobre a Reforma Administrativa.

O arbítrio se difunde, exemplificado na censura à divulgação de dados sobre a epidemia de meningite e, no emblemático ‘massacre de Manguinhos’, a cassação dos direitos políticos e aposentadoria compulsória de dez pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz, sob a égide do Ato Institucional nº 5. Não por acaso o lema chave do MRSB foi: “**Saúde é Democracia**”.

Em um contexto de aprofundamento da crise política, econômica, social, de legitimidade da ditadura militar, cresce e se irradiam por todo o país as mobilizações pela redemocratização, pela constituinte e pelas eleições diretas para presidente da república. As iniciativas de mobilização se multiplicam como as memoráveis greves do ABC paulista em

2 Sob pressão dos militares, o Congresso Nacional, transformado em Assembleia Nacional Constituinte, com oposição afastada, elaborou uma carta constitucional que buscou legalizar e institucionalizar o regime militar.

3 Uma Emenda Constitucional, nº 1 de 1969, decretada pela Junta Militar, alterou a Constituição de 1967, intensificou a concentração de poder no Executivo e permitiu a substituição do Presidente pela Junta Militar.

maio de 1978, o movimento de trabalhadores rurais pelo direito à terra e reforma agrária, os movimentos comunitários país a fora, com sua pauta de direitos sociais de cidadania como saúde, saneamento, moradia, transportes, educação, cultura, movimento estudantil. Uma diversidade de iniciativas de um Brasil vivo que convergiram para o histórico comício pelas *Diretas Já* com mais de um milhão de pessoas na Candelária, no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1984.

Estava posto o desafio de construir uma agenda de reformas democráticas via a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que encarnasse o espírito da época, e, traduzisse a potência política do momento em direitos de cidadania. As possibilidades aí inauguradas são consistentes, e, não é por mero acaso que a Constituição de 1988 fica conhecida como a Constituição Cidadã. Inaugura-se um novo momento na cena política do país, da democracia de massas, sendo assegurado na Constituição 88: o voto do analfabeto, já aprovado em 15 de maio de 1985; os direitos sociais universais de cidadania; e, a incorporação de elementos de democracia direta, participativa, para além da democracia representativa.⁴

No mesmo período prospera, em nível mundial, um debate no campo da saúde motivado tanto pelos altos custos da assistência médica – sem o correspondente impacto sobre as condições de saúde da população – quanto pelo fato da crescente, e nada extraordinária, participação dos governos no financiamento – seja nos sistemas públicos ou nos de natureza privada. Com importante influência dos Estados Unidos nasce então a medicina preventiva, como método a ser incorporado à prática médica liberal visando racionalizar gastos e produzir impactos sobre as condições de saúde.

A crise fiscal do período de 1970/80 repercute globalmente na agenda da saúde, e, como comenta Almeida (2008) vários autores, de origens políticas e ideológicas distintas, convergem para um mesmo diagnóstico formulando um homogêneo discurso conservador que se opõe às políticas universais com uma agenda de gerenciamento da crise através do receituário de ajustes macroeconômicos de organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional), cortes de gastos e menos Estado. Essa agenda de ‘reformas’ da saúde persiste até hoje, subordinada à perspectiva do projeto neoliberal de construção de uma sociedade orientada para o mercado.

4 Só a título de curiosidade o voto feminino foi conquistado no código eleitoral de 1932, dois anos após a Revolução de 30 e início da Era Vargas. O Uruguai foi o primeiro país da América latina a aprovar o voto feminino em 3 de julho 1927.

Ao mesmo tempo, a influência de governos sociais-democratas de países europeus renova a Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo eleito para presidi-la (no período de 1973 a 1988) o médico dinamarquês Halfdan T. Mahler. Nesse contexto, a OMS organiza a XXX Assembleia Mundial da Saúde, em 1977, quando é lançado o movimento *Saúde Para Todos no Ano 2000*. Como marco inicial é realizada em setembro de 1978 a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde na cidade de Alma-Ata, no Cazaquistão, que reafirma a saúde como um direito humano fundamental e como uma das mais importantes metas mundiais para a melhoria das condições de vida e redução das desigualdades. Coloca-se, então, uma visão crítica tanto aos programas verticais desenvolvidos na América latina e África, como ao hegemônico modelo biomédico de atenção à saúde enfatizando a determinação social do processo saúde doença.

Assim, o MRSB representa uma experiência contra-hegemônica às reformas de cunho neoliberal, e se afirma como um processo de construção democrático/participativa do direito universal à saúde. A compreensão política do processo, o espírito libertário, a ousadia intelectual, a ação concertada, permeiam as várias iniciativas e, assim o movimento sanitário ganha forma e se delinea o projeto político civilizatório da Reforma Sanitária.

Como comenta Cordeiro (2004, p. 345),

No turbilhão de autores, discutidos no fim de tarde à beira de alguma birrosca da moda, iam sendo urdidas ideias, projetos, soluções nem sempre exequíveis e [...] da confluência entre a Academia e a práxis, entre as críticas ao complexo médico-empresarial e o exercício de propostas de descentralização e municipalização, brotavam rabiscos de alternativas que, muitas vezes, se traduziam em novos cursos, seminários, documentos, reuniões no Sindicato dos médicos ou no Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES). Um momento estratégico para a organização da Reforma Sanitária foi o 1º Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, com debate e aprovação do documento a ‘questão democrática na área da saúde’, apresentado pela diretoria nacional do CEBES, transformando-se em documento base para as conclusões finais do encontro.

O caráter crítico ao regime autoritário, do documento aprovado no 1º Simpósio de Política Nacional de Saúde em outubro de 1979, pode ser visto no excerto:

Política que substitui a voz da população, pela sabedoria dos tecnocratas e pelas pressões dos diversos setores empresariais. Política de Saúde que acompanha em seu traçado as linhas gerais de posicionamento socioeconômico do governo: privatizante, empresarial e concentrador da renda, marginalizando cerca de 70% da

população benefícios materiais e culturais do crescimento econômico. [...] Política de Saúde, enfim, que esquece as necessidades reais da população e se norteia exclusivamente pelos interesses da minoria constituída e confirmada pelos donos das empresas médicas e gestores da indústria da saúde em geral. (CEBES,1980, p.47)

Nesse documento como observa Cordeiro (2004), já estão contidos alguns dos princípios que seriam adotados pela reforma sanitária como direito universal e inalienável, a determinação social do processo saúde/doença, a descentralização, regionalização, hierarquização, participação popular e controle social e entre as medidas iniciais se destaca “Criar o Sistema Único de Saúde”. (Cordeiro, 2004, p. 346)

2.3 VIII Conferencia Nacional de Saúde: uma Constituinte Popular de Saúde, tecendo uma ecologia de saberes

Nessa teia de iniciativas vai se configurando um movimento enraizado e organizado nacionalmente. São criados múltiplos ambientes de encontros profissionais, comunitários, legislativos, debates, fóruns locais, regionais, nacionais, plenária de saúde. As discussões proliferam em simpósios, seminários, cursos e, criam-se veículos de comunicação alternativos. Esse amplo processo de mobilização e construção coletiva do direito à saúde se organiza tanto em pré-conferências estaduais como em pós-conferências nacionais temáticas como as Conferências Nacionais da Saúde da Mulher (10-13/10/1986), Saúde da População Indígena (20-24/11/1986), Saúde do Trabalhador (1-5/12/1986), Saúde Mental (25-28/06/1987). Esse rico processo participativo tem como momento culminante a VIII Conferencia Nacional de Saúde (17-21/03/1986) com a participação de cerca de 5 mil pessoas, a metade oriunda de movimentos sociais, uma verdadeira Constituinte Popular de Saúde, uma celebração emocionante de felicidade pública, uma festa popular multicultural democrática/ republicana. Num clima de efervescência criativa e compromisso público, povos indígenas, movimento feminista, grupos de pacientes, movimentos comunitários, trabalhadores rurais e urbanos, debatem durante cinco dias em cento e trinta e cinco grupos de trabalho, e numa assembleia final que durou mais de 24 horas, e aprovam o projeto político da Reforma Sanitária Brasileira, que foi base do capítulo da saúde na Constituição de 1988. É importante lembrar que não foram poucos os que apostaram que naquela ‘balburdia’ polifônica nada se produziria. Também no processo da Constituinte, o movimento organiza

espaços de participação como a Plenária das Entidades de Saúde e a Comissão Nacional da Reforma Sanitária que transformou o texto da Constituição na Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8080 de 19/09/ 1990.

O significado político da VIII Conferencia Nacional de Saúde transcende o âmbito da luta pelo direito à saúde e está no âmbito dessas praticas que marcam as possibilidades políticas de um tempo. Como bem compreende Arouca (1986, p. 35) na sua fala de abertura à VIII Conferencia, ‘Democracia é Saúde’:

Inicialmente eu também gostaria de dizer que, infelizmente por condições absolutamente arquitetônicas, existe um fosso entre a mesa e a plateia, quando na realidade toda a nossa intenção, ao contrário de colocar jacarés, crocodilos e demais espécies peçonhentas no fosso, sempre foi de conseguir uma integração bastante clara, transparente objetiva na discussão das questões de políticas de saúde. Por isso, eu gostaria de solicitar que na realidade nós estivéssemos o mais próximo possível nessa discussão sobre políticas de saúde. Em segundo lugar, eu gostaria também de pedir desculpas aos sanitaristas, aos médicos, aos profissionais da área, aos pesquisadores, aos funcionários que trabalham no Ministério da Saúde, mas na realidade, hoje, nesta 8ª Conferencia Nacional de Saúde, acho que temos um convidado, um participante que conseguiu um lugar nesta Conferencia, com bastante sacrifício, e que é a sociedade brasileira organizada. Eu acho que é muito para eles que eu gostaria, hoje de dedicar estas palavras. Acho que o fato de estar aqui na 8ª Conferencia Nacional da Saúde, a representação de confederações nacionais de trabalhadores, de estarem aqui representados e pedindo direito à voz e a voto o movimento popular da saúde de Recife, pelo fato de estarem aqui participando associações de bairro e outras entidades da sociedade brasileira como a CNBB, a ABI, a OAB, enfim o conjunto de entidades que conseguimos identificar num mapeamento quase que exaustivo da sociedade brasileira, eu gostaria de considerá-los como membros privilegiados desta 8ª Conferencia Nacional da Saúde. E a eles quero dedicar a discussão sobre essa questão de Democracia é Saúde.

Cabe ressaltar que a capacidade de pensar o novo, a coragem de correr riscos, de experimentar, de constituir espaços públicos de participação ativa e radicalmente democrática/republicana, foi o que permitiu desbravar novos caminhos, teóricos e políticos que lastrearam a fundação de algo inédito, o projeto da Reforma Sanitária Brasileira. Essas características fundadoras do MRSB permitem, na nossa opinião, compreendê-lo como parte constituinte e constitutiva de um processo de globalização alternativa, de um pensamento pós-abissal e de exercício de uma ecologia de saberes.

2.4 O direito à saúde: entre o passado e o futuro –o giro de volta aos valores do projeto civilizatório do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira

Pensamos ser crucial para enfrentar os desafios à efetivação do direito à saúde, proclamado na Constituição de 1988, realizarmos um giro de volta aos valores fundantes do MRSB, ou seja, compreendê-los na perspectiva de um projeto civilizatório e político de reforma democrática/participativa e republicana do Estado e sociedade brasileiros e, não o rebaixar a uma mera reforma gerencial, burocrática, administrativa da área da saúde. Como comenta Arouca (2002, P. 19) “nós temos que retomar o conceito de reforma sanitária para retomar políticas dentro do sistema sem burocratizá-lo”.

A capacidade do MRSB de se contrapor ao hegemônico projeto neoliberal, com sua agenda de primazia do mercado no campo da saúde, só foi possível, pela ação política concertada, pela potência de um pensamento crítico que permitiu escapar do previsível e, inaugurar algo inteiramente novo, o milagre do novo começo, tal como o concebe Arendt (1999, 2009). Na mesma direção expõe Teixeira (2009, p. 46),

o movimento que impulsionou a Reforma Sanitária Brasileira colocou como projeto a construção contra-hegemônica de um novo patamar civilizatório, o que implica uma profunda mudança cultural, política e institucional capaz de viabilizar a saúde como bem público.

Como pano de fundo para melhor compreendermos os desafios que se colocam buscamos luzes nas reflexões de Arendt (1990) sobre a crise da modernidade ocidental e, em Santos (2010) sobre a crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social.

Para Arendt (1990), a cadeia de catástrofes deflagradas pela Primeira Guerra Mundial, com o surgimento dos regimes totalitários, com o genocídio, a descartabilidade humana na produção industrial do extermínio, a tragédia e os horrores das desnacionalizações de populações inteiras e as desnaturalizações em massa a criar uma multidão de apátridas, sem direito a ter direitos, descortinou uma realidade dos sem nação, sem território, sem cidadania, expulsos da humanidade, refugio de todos os Estados Nações, evidenciando a falácia da promessa das Declarações de Direitos Humanos surgida com o advento das Revoluções da

Era Moderna e a crise do seu corpo político, o Estado-Nação.

É como se a humanidade se houvesse dividido entre os que acreditam na onipotência humana (e que julgam ser tudo possível a partir da adequada organização das massas num determinado sentido, e os que conhecem a falta de qualquer poder como a principal experiência de vida. (ARENDRT, 1990, p. 11)

Para ela, o século XX presenciou o declínio do político, seja pela violência devastadora do fenômeno totalitário, seja pela transformação estrutural da esfera pública, privatizada pelo primado do econômico, da necessidade do ‘ganhar a vida’, reduzindo o cidadão a trabalhador/consumidor. As sociedades administradas de massas, com sua uniformização e isolamento dos indivíduos. A ação, atributo da política, para Arendt (1990), é substituída pelo comportamento repetitivo, previsível, a hegemonia da racionalidade do consumo em nome do consumo, produzindo uma sociedade de indivíduos voltados para si mesmos, sua satisfação e, se protegendo das hostilidades do mundo, quando o ponto central de toda a política é o comprometimento com o mundo pela ação concertada.

Em Santos (2010) destacamos a reflexão sobre a crise contemporânea do contrato social, que tem presidido a organização da sociabilidade econômica, política e cultural das sociedades modernas e, a emergência do fascismo social, uma nova forma de estado de natureza que prolifera à sombra da crise do paradigma do contrato social que tem presidido a organização da sociabilidade econômica, política e cultural das sociedades modernas.

Como comenta Santos (2010), esse paradigma do contrato social do Estado-Nação Moderno, de produção de quatro bens públicos: legitimidade de governar, bem-estar econômico e social, segurança e identidade cultural, com todas as suas variações de critérios de inclusão/exclusão, vem atravessando um período de grande turbulência, tão profunda, que aponta para uma convulsão de época e uma transição paradigmática. As transformações do contrato social têm produzido diferentes e profundas mudanças em seus três dispositivos operacionais, a socialização da economia, a politização do Estado, a nacionalização da identidade cultural que são decorrentes, direta ou indiretamente, do consenso liberal.

O consenso econômico neoliberal, o chamado Consenso de Washington de 1989, embora desgastado por contradições, oposições e críticas, configurou-se como um contrato social entre os países capitalistas centrais que, estabeleceu as grandes transformações político-econômicas do capitalismo mundial nas últimas décadas. Este consenso expresso em dez regras, entre as quais disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, abertura comercial, juros

de mercado, câmbio de mercado, privatização das estatais, desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas, direito à propriedade intelectual, apresentadas como condições inexoráveis, forças naturais, as quais os outros países deviam se subordinar.

Este consenso neoliberal com seus significados, entre outros, de retirada do Estado da regulação social, de privatização dos serviços públicos é tratado por Santos (2010) como governo indireto, quando poderosos atores não estatais adquirem o controle sobre as vidas e o bem-estar de vastas populações, seja pelo controle dos cuidados de saúde, da terra, das sementes, da floresta ou da qualidade ambiental. A esse regime social de relações de poder extremamente desiguais que permite o poder de veto dos mais fortes sobre a vida e maneira de viver dos mais fracos é descrito como ascensão do fascismo social, caracterizado em lógicas, aqui brevemente apresentadas. Como por exemplo: ‘o fascismo do apartheid social’, a segregação social dos excluídos, dividindo zonas selvagens urbanas, do estado natureza hobbesiano, de guerra civil interna, e, zonas civilizadas do contrato social que vivem sob ameaça das selvagens; ‘o fascismo contratual’, o projeto neoliberal de transformação do contrato de trabalho em contrato de direito civil, frequente nas privatizações dos serviços públicos; ‘o fascismo territorial’, a retirada do Estado do controle de territórios onde atuam atores de forte poder econômico e patrimonial que exercem a regulação social sem a participação e contra os interesses de seus habitantes; ‘o fascismo financeiro’, a mais violenta forma de sociabilidade fascista, a lógica de lucro especulativo que confere ao capital financeiro um poder discricionário, praticamente incontrolável, poderoso o suficiente para abalar em segundos a economia real ou a estabilidade política de qualquer país. Como informa Santos de cada cem dólares que circulam diariamente no mundo, noventa e oito pertence a essa economia de cassino e, apenas dois por cento à economia real.

As consequências do projeto neoliberal para a humanidade são devastadoras como mostra o recém-divulgado estudo da organização não governamental britânica OXFAM sobre a evolução da desigualdade no mundo, com base em dados do Credit Suisse. O estudo mostra que a parcela da riqueza mundial nas mãos do 1% mais rico da humanidade cresceu 44%, do total em 2009 para 46% em 2014. A continuar esse processo de concentração, a projeção é de que o 1% mais rico terá mais de 50% dos bens e patrimônios existentes no mundo e pode, já em 2016 concentrar uma riqueza maior do que o resto dos 99% combinados. O estudo também mostra que a concentração é mais intensa no topo, como o fato de que em 2010 as 80 pessoas mais ricas do planeta tinham uma riqueza conjunta de US\$ 1,3 trilhão e em 2014 o

valor já era de US\$ 1,9 trilhão. Ao mesmo tempo o patrimônio da metade mais pobre do mundo é menor do que em 2009. Outro dado mostra que em 2013/2014 a riqueza do 1% está concentrada em setores como finanças e seguros com grande crescimento do mercado global da saúde, serviços médicos e indústria farmacêutica. (Caleiro, 2015).

No Brasil, o processo democrático participativo que impulsionou a conquista da Constituição Cidadã de 1988, plataforma para o enfrentamento das desigualdades estruturais do País (Barros, Henriques e Mendonça, 2000), transitou entre forças políticas contraditórias dificultando a afirmação de um projeto desenvolvimentista com inclusão social e distribuição de renda. A desintegração do pacto democrático popular, como o denomina Bresser-Pereira (2014), que presidiu a transição democrática, interrompe a oportunidade de retomada do projeto social desenvolvimentista, repetindo o problema de desacelerações e crises econômicas cíclicas do desenvolvimentismo brasileiro, conforme analisa Fiori (2015).

A partir da década de 1990, o projeto neoliberal chega tardiamente ao Brasil, e, sob a insígnia do fim da era Vargas se desarticula o Estado regulador com a proposta de centralidade do mercado e Estado mínimo. Mesmo com fortes resistências de movimentos sociais e políticos, se implementam políticas de informalização e precarização das relações de trabalho, privatização do patrimônio público, subalternidade da política externa e financeirização da economia.

A ascensão de governos pós-neoliberais na América Latina nos anos 2000, representou um contraponto importante à hegemonia neoliberal liderada pelos Estados Unidos, considerada por Chomsky (2015) como uma das resistências mais importantes ao assalto neoliberal no mundo. A criação da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), do bloco econômico do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são iniciativas representativas de um complexo processo de construção de alternativas a hegemonia neoliberal.

O Brasil, a partir de 2003, realiza uma mudança na perspectiva de um projeto de desenvolvimento com inclusão social e a implementação de políticas de redução das desigualdades, com a retirada de milhões de pessoas da miséria, aumento real do salário-mínimo, menor taxa de desemprego da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com impactos, entre outros, sobre os determinantes sociais da saúde.

Realizamos essa breve contextualização para melhor compreendermos os desafios

colocados à realização efetiva do direito universal à saúde, sua inerente articulação com outro padrão de desenvolvimento e, suas conexões com o aprofundamento de uma radical reforma democrática participativa do Estado e sociedade brasileira, que promova a consolidação do projeto de desenvolvimento inclusivo e solidário capaz de enfrentar as desigualdades estruturais do País na perspectiva dos valores do projeto civilizatório do MRSB e, do que Santos (2010) denomina a reinvenção solidária e participativa do Estado.

A atualidade da disputa de projetos no campo da saúde, a nível global/local, é clara, como revela o Relatório Mundial da Saúde de 2010 (OMS, 2010), ‘Financiamento dos Sistemas de Saúde: o Caminho para a Cobertura Universal’, uma clara manifestação do pensamento neoliberal de restrição de direitos, focalização das políticas sociais, subordinação da saúde e, da vida à dinâmica do mercado, difundido em uma série de artigos sobre o tema, publicados na prestigiada revista inglesa *Lancet*, um dos quais dizia que ‘cobertura universal de saúde’ corresponderia a uma terceira transição sanitária global. Em dezembro de 2012 o tema foi levado à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e incorporado como um dos itens da Resolução A/RES/67/81 – Saúde Global e Política Externa (Noronha, 2013).

O Brasil, em que pese os avanços que nos colocam na condição de referência latino-americana de sistema universal de saúde, como reconhece a ALAMES (Associação Latino-Americana de Medicina Social) (ALAMES; CEBES, 2013), convive com desafios estruturais para a consolidação do direito universal à saúde que repercutem nos desafios à construção de um outro padrão de desenvolvimento tão bem sintetizado por Furtado (1998, p. 64-65):

Devemos nos empenhar para que esta seja a tarefa maior dentre as que preocuparão os homens no correr do próximo século: estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção de desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico. O espantinho do subdesenvolvimento deve ser neutralizado. O principal objetivo da ação social deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e de ação solidária. A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação tecnológica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria reorientada para a busca do bem-estar coletivo, concebido este como a realização das potencialidades dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente.

A busca para superação das desigualdades estruturais e dos riscos do fascismo social pela erosão do contrato social exige uma compreensão que nos impulse a escapar do previsível e realizar o milagre do novo começo pela ação concertada (Arendt, 1990, 2009), da ação não conformista, rebelde, a ação com clinamen como denomina Santos (2010), na perspectiva da reinvenção solidária e participativa do Estado pós-neoliberal, do Estado de Bem-Estar Social.

São múltiplas as dimensões abordadas por Santos (2010) da reinvenção solidária e participativa do Estado superando sua privatização patrimonialista, como a refundação democrática das relações entre administração pública e organizações não governamentais, entre democracia representativa e participativa, entre sociabilidades alternativas. Uma das condições destacadas diz respeito à democracia redistributiva com a afirmação de uma solidariedade fiscal, e uma fiscalidade participativa.

Apesar de o Brasil ter realizado esforços, já significativos, na busca da redistribuição da riqueza produzida são notórias as resistências internas na direção de outro padrão tributário, progressivo, de uma maior visibilidade e transparência financeira, que permitam avançar para um padrão de justiça tributária, como a taxação de grandes fortunas e, assim, identificar as barreiras ao desenvolvimento solidário, como, a financeirização da economia reorientando recursos para políticas sociais estratégicas ao enfrentamento das desigualdades, como o direito universal à saúde.

Os desafios são complexos, pois trata-se de enfrentar a hegemonia da lógica do mercado no campo da saúde, sua colonização pelo modelo biomédico de atenção com as consequentes desigualdades econômicas, culturais, epistemológicas, expressas em situações persistentes como os exemplos do subfinanciamento crônico do sistema público de saúde e a injustiça tributária na transferência de recursos públicos para subsidiar os lucros do mercado de planos de saúde. Os dados mostram que apesar de o Brasil ter avançado de 4,1% em 2000 para 7,9% em 2012, do orçamento nacional para a saúde, persistem não só o subfinanciamento, como a iniquidade revelada no volume da renúncia fiscal em 2006 de R\$ 12,5 bilhões equivalentes a 30% dos gastos do governo com saúde (Okcé-Reis, 2012).

A relação público privado na saúde é um ponto crucial a ser iluminado. Como mostra Bahia (2017, p.5), há realidades de ampliação e restrição de acesso e persistente estratificação, embora tenha se observado

Significativa ampliação do acesso da população a cuidados de saúde a proporção de pessoas que se consultaram com médicos aumentou de 54,7%, em 1988, para 71,2% em 2013. Em 2014, mais de 90% dos que declararam ser hipertensos ou diabéticos e 88% dos portadores de doença pulmonar obstrutiva crônica obtiveram os remédios prescritos. As estratégias para expansão de cobertura, especialmente investimentos na atenção básica foram positivos. O número de equipes de saúde da família aumentou de 4.114, em 1999, para 40.048 em 2016, localizadas em 4.995 municípios e são potencialmente responsáveis pela cobertura de 116 milhões de pessoas. Existem evidências sobre atenção propiciada pelas equipes de saúde da família e redução na taxa de mortalidade infantil. E, ainda diminuição de internações hospitalares potencialmente evitáveis. Outras ações como transplantes, fornecimento de medicamentos caros para pessoas com HIV/Aids e portadoras de doenças raras.

Em sua análise, Bahia (2017) mostra que o chamado gargalo do SUS na alta e média complexidade se dá por políticas de divisão público-privada de procedimentos, ações e valores de remuneração orientada por interesses particulares.

Outra dimensão analisada por Bahia (2017) é a persistente convergência de políticas, nas coalizões nucleadas pelo PSDB e PT, visando alavancar o mercado de planos privados. Bahia mostra tal convergência em levantamento da legislação relacionada com apoio à oferta e demanda de serviços e planos privados de saúde no período pós – Constituição de 1988⁵. Essas políticas se refletem no fato de ser o Brasil o segundo maior mercado de planos privados de saúde do mundo.

O giro de volta aos valores contra-hegemônicos do MRSB, como a defesa intransigente da saúde como direito universal de cidadania e o exercício de uma ecologia de saberes, proporcionada pela invenção/construção do campo da saúde coletiva, são valores que podem nos iluminar no aprofundamento dessa reinvenção solidária e participativa do Estado.

Um dos temas que já vem sendo objeto dessa reinvenção no campo da saúde é a atenção ao parto e nascimento, uma celebração da vida, que colonizada pelo modelo industrializado (Santos, 2002; Souto, 2012) de atenção, transformou o Brasil em recordista mundial de cesarianas desnecessárias (Leal, 2014). O revigoramento do movimento de mulheres, casais e profissionais pelo giro de volta ao protagonismo das mulheres, nesse momento único de suas vidas, vem reescrevendo uma nova narrativa de escolha ativa das mulheres e casais com implicações profundas na reorientação radical do modelo de atenção.

⁵ Para maiores informações sobre as alterações legislativas, ver Bahia (2017, p. 9).

Nesse momento de mudança de época nada como revisitar o que Santos (2010) chama o otimismo trágico e transgressivo da subjetividade de *Nuestra América*, encarnada em tantos como José Martí, Oswald de Andrade no *Manifesto Antropofágico*, Darci Ribeiro no *O Povo Brasileiro*, Zumbi de Palmares, Nise da Silveira, na capoeira, no carnaval, na música, nas danças, nas diversas artes, saberes, sabores, lutas, em tantas e genuínas manifestações políticas e culturais como, o próprio MRSB.

Nuestra América que antes de se tornar um projeto político é uma forma de subjetividade e de sociabilidade. É uma forma de ser e de viver permanentemente em trânsito e na transitoriedade, cruzando fronteiras, criando espaços de fronteiras, habituada ao risco – como o qual viveu longos anos, muito antes de o Norte global ter inventado a ‘sociedade do risco’ [...] – habituada a viver com um nível baixo de estabilização das expectativas causado pelas brutais desigualdades sociais e pela colonialidade do poder. Mas paradoxalmente, também capaz de tirar do risco de viver a pulsão para um otimismo visceral perante a potencialidade coletiva. (SANTOS, 2010, P. 204).

A incipiente retomada da mobilização em torno de bandeiras civilizatórias do MRSB, como o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, o Saúde Mais 10, as articulações protagonizadas por movimentos históricos da reforma sanitária como Centro Brasileiro de Estudos da saúde (CEBES), Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), movimentos sociais diversos, em defesa e pela consolidação do direito universal à saúde foi abalada num momento crucial desse debate democrático, a XV Conferência Nacional de Saúde em dezembro de 2015. Ali, o processo do golpe contra a presidenta Dilma Roussef já prosperava. Começava, então, um dos primeiros momentos de resistência democrática ao golpe contra a democracia no Brasil.

3. O MACROCONTEXTO: A CRISE SISTÊMICA DO CAPITALISMO

O processo de transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro nos últimos trinta anos, radicaliza a tensão capitalismo e democracia constituindo-se num dos desafios cruciais à difícil democracia diante do déficit democrático produzido pelo processo global de desorganização do Estado democráticos, as democracias sociais, do pós-guerra. Os neoliberais pretendem desorganizar o Estado democrático por meio da inculcação na opinião pública da suposta necessidade de várias transições, como se refere Santos (2016, p.175).

Streeck (2013a) se refere a esse processo de transição do capitalismo industrial para o financeiro nos últimos trinta anos como – a desdemocratização do capitalismo – ou o que designa como hayekização do capitalismo. Hayek (*apud* Streeck, 2013a) em 1939 escreveu artigo precursor do que viria a ser a configuração da União Europeia, propondo uma instância técnica, restrita à especialistas, a partir de argumentos como: intervenções políticas no mercado seriam intoleráveis e prejudiciais; e a necessidade de restringir o alcance e a profundidade da política econômica de cada Estado-membro, como por exemplo, ter política monetária própria. Essa configuração “política” cria a farsa de “especialistas”, não políticos, disporem da vida de milhões de pessoas em nome da técnica, da economia.

Kalecki (1943), em sua discussão sobre os aspectos políticos do pleno emprego, afirma que a maioria dos economistas estaria de acordo que seria possível uma política de gastos públicos que conduzisse a sociedade ao pleno emprego, entretanto constata que isso de modo algum teria sido o caso⁶. Ele entende, que ainda que sob argumentos econômicos, a oposição ao pleno emprego se daria por motivações políticas e seria sustentada por proeminentes e autointitulados “especialistas econômicos” ligados à banca e à indústria.

Kalecki explicita estas razões políticas: a antipatia à interferência do governo no problema do emprego como tal; a aversão à direção dos gastos do governo (investimento público e subsídio ao consumo); e, a repulsa às mudanças sociais e políticas decorrentes da manutenção do pleno emprego.

A primeira razão se dá porque num sistema de *laissez faire*, o nível de emprego depende em grande medida da confiança dos agentes. Isto dá um enorme controle indireto do

⁶ O artigo de Kalecki se baseia em uma palestra dada à Sociedade Marshall em Cambridge na primavera de 1942.

governo pois qualquer ação que afete a confiança deveria ser evitada porque causaria uma crise econômica. Só que uma vez que o governo entende que pode influir no nível de emprego via gastos públicos, esse mecanismo de controle perde sua eficácia. “A função social da doutrina das ‘finanças saudáveis’ é tornar o nível de emprego dependente do ‘estado de confiança’” (Kalecki, 1943, p. 325, tradução livre).

A direção dos gastos públicos gera, segundo Kalecki, uma objeção ainda mais forte a uma política de pleno emprego. Por um lado, o investimento público pode concorrer com áreas de interesse do capital e afetar a lucratividade, por outro o subsídio ao consumo de massas rompe com “os fundamentos da ética capitalista [que] exigem que ‘você ganhe seu pão com seu suor’ – exceto se você possuir meios privados” (Kalecki, 1943, p. 326, tradução livre).

Por fim, Kalecki argumenta que uma situação de pleno emprego provocaria mudanças políticas e sociais inadmissíveis para os capitalistas. O empoderamento da classe trabalhadora sem a demissão como medida disciplinadora provocaria greves por melhores salários e condições de trabalho. Deste modo, ainda que pudesse haver um aumento dos lucros num regime de pleno-emprego,

“a ‘disciplina nas fábricas’ e a ‘estabilidade política’ são mais apreciadas pelos líderes empresariais do que os lucros. Seu instinto de classe lhes diz que o pleno emprego duradouro é inaceitável a partir do seu ponto de vista e que o desemprego é parte integrante do sistema capitalista ‘normal’” (Kalecki, 1943, p. 326, tradução livre).

Uma das dimensões do capitalismo moderno é a construção da esfera econômica como “algo amoral, uma esfera social supostamente livre do peso de ter que se justificar moralmente. Na economia as pessoas podem falar sem constrangimentos de seus interesses pessoais egoísticos, ao contrário de outras esferas da vida, o que representou uma conquista histórica para esse campo de atividade” (Souza, 2016). A colonização da esfera pública pela racionalidade econômica esteriliza o debate político em uma trama tecnocrática, que impede o discernimento e, torna invisível, as várias dimensões do processo, interdita o debate, a construção e escolha democrática de outras possibilidades possíveis.

Neste sentido é importante resgatar Polanyi (2000, p. 264):

A separação de poderes, que Montesquieu (1748) havia inventado nesse intervalo, era usada agora para isolar o povo do poder sobre a sua própria vida econômica. A

constituição norte-americana, modelada num ambiente de fazendeiros e artífices por uma liderança já precavida pelo cenário industrial inglês, isolou completamente a esfera econômica da jurisdição da constituição, colocando a propriedade privada sob a mais alta proteção concebível, e criou a única sociedade de mercado legalmente constituída no mundo. Apesar do sufrágio universal, os eleitores norte-americanos não tinham poder contra os proprietários.

O exemplo recente da Grécia mostra de que forma a vontade soberana de povos e nações são ignoradas, submetidas a fóruns restritos de “especialistas”, no caso a Troika (Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional, e Banco Central Europeu), com sua política de ajuste fiscal a qualquer preço.

O custo tem se mostrado elevado. O estudo de Piketty, (2014) sobre as dinâmicas que movimentam a acumulação e a distribuição do capital constata que a taxa de rendimento do capital supera o crescimento econômico o que se reflete numa concentração cada vez maior de riqueza e aumento das desigualdades. Um ciclo vicioso de desigualdade que ameaça os valores democráticos.

As consequências do projeto neoliberal para a humanidade são devastadoras como mostra o já mencionado estudo da OXFAM (2017) sobre a evolução da desigualdade no mundo, com base em dados do Credit-Suisse. O estudo mostra o 1% mais rico da humanidade concentra uma riqueza maior do que o resto dos 99%.

Varoufakis (2016, p. 31), ex-ministro das Finanças da Grécia no começo do governo do SYRIZA em 2015, comenta sobre a Crise de 2008:

Nada nos humaniza como a *aporia* – aquele estado de intensa perplexidade em que nos encontramos quando nossas certezas caem por terra, quando de repente somos pegos em um impasse, sem palavras para explicar o que nossos olhos estão vendo, nossos dedos estão tocando, nossos ouvidos estão ouvindo. Nesses raros momentos, enquanto nossa razão luta bravamente para compreender o que os sentidos nos estão transmitindo, a *aporia* nos derrota e prepara nossa mente para verdades anteriormente insuportáveis. E, quando a *aporia* lança uma rede com alcance tão amplo, envolvendo toda a humanidade, sabemos que nos encontramos em um momento muito especial da história. Setembro de 2008 foi um momento assim.

Varoufakis (2016) usa a metáfora do Minotauro Global para contar aos leitores leigos uma história complexa do processo que levou a financeirização. O argumento principal do seu livro é que a característica principal da era pós 1971 consistia em uma reversão do fluxo

comercial e dos excedentes de capital entre os Estados Unidos e o resto do mundo produzindo um fato inédito; pela primeira vez o poder hegemônico se fortalecia aumentando deliberadamente seus deficits, os denominados deficits gêmeos, orçamentário/fiscal e comercial.

Ele ressalta que a leitura hegemônica da Crise na Europa atribui os acontecimentos aos Estados periféricos porque pegaram muitos empréstimos e gastaram demais. A Grécia, a Irlanda e os lânguidos ibéricos teriam tentado viver para além de suas possibilidades, fazendo seus governos se endividarem para financiar padrões de vida acima do que podiam sustentar. Uma falsa narrativa para tirar os holofotes de cima do verdadeiro locus da crise – o setor financeiro (Varoufakis, 2016, p.201).

Em sua narrativa, Varoufakis desmascara as teses da ortodoxia econômica denominando-as de “teorias tóxicas”, produzidas nas “melhores” universidades, que são reverberadas pelo discurso econômico convencional, difundidas de forma maciça e uniforme pela mídia global, sem contrapontos. Em síntese descreve o capitalismo financeiro global usando a metáfora da besta, através do que denomina seus quatro carismas e seus serviços: o dólar com seu estatuto da moeda de reserva; o aumento dos custos da energia; a mão de obra barateada e mais produtiva; e o poder geopolítico. Estes carismas seriam responsáveis pelo seu poder de atração na inversão de fluxos de excedentes globais para financiar os deficits gêmeos (orçamentário e comercial) dos Estados Unidos.

Os serviços do Minotauro Global seriam: as **teorias tóxicas**, produzindo seus mecanismos de destruição financeira em massa, os tais dos derivativos tóxicos, lastreados nas hipotecas *subprime* que nos trouxeram a Crise de 2008, que nunca teriam sido possíveis sem as teorias econômicas pseudocientíficas, gerada nas melhores universidades, que apoiaram *Wall Street* em sua febre de aquisições criando valores metafísicos; o efeito do onipresente **Walmart**, inaugurando uma ideologia dos preços baixos para suprir a frustração da classe trabalhadora de ter perdido o sonho americano de um padrão de vida sempre crescente. Como um dos maiores conglomerados do mundo é símbolo de uma nova fase de acumulação capitalista ao contrário dos primeiros conglomerados que evoluíram na esteira de inovações tecnológicas, o *Walmart* e seus congêneres, com quase nenhuma inovação tecnológica mas, uma longa cadeia de inovações de métodos engenhosos de esmagar os preços de fornecedores e cortar rendimentos de trabalhadores; a **ideologia e a política do trickle down** uma arrebatadora superstição matematizada cujo efeito significou a redução de impostos para ricos

sugerindo que esse dinheiro escorreria para os pobres. Para ele

Quanto maior é o fracasso de uma organização privada, e mais catastrófica suas perdas, maior é o poder que adquire de receber uma cortesia financiada pelo contribuinte. Em resumo o socialismo morreu durante a época dourado do Minotauro Global, e o capitalismo foi silenciosamente assassinado no momento em que o animal deixou de governar sobre a economia mundial. Em seu lugar temos um novo sistema social: a bancarrocracia – o governo corrupto dos bancos falidos. (Varoufakis, 2016, p. 202)

Um marco importante para esta discussão foi a crise 2008, sobre a qual Varoufakis comenta:

As gerações futuras irão estudar a história da crise de 2008 para compreender um ingrediente crucial de seu próprio presente. Nela vão encontrar pistas importantes para um novo tipo de regime que mudou a textura e a dinâmica do capitalismo global para sempre. Se o termo que escolhi, bancarrocracia, vai pegar, não faz diferença. O que importa é que 2008 marcou uma significativa descontinuidade: a vida depois dela não vai se assemelhar à vida antes dela. No contexto da narrativa desse livro a nova era pós 2008 é marcada por uma grande ausência e uma presença ameaçadora: a ausência é o Minotauro Global, que nos deu o mundo antes de 2008 e que nos levou para a Crise de 2008, a presença ameaçadora são os seus remanescentes serviços, que desde 2008, estão de volta por vingança. Um mundo no qual os serviços do Minotauro estão agindo livremente, libertos dos caprichos da besta, é o mundo de nosso futuro próximo. (Varoufakis, 2016, p. 202-203)

Pureza ao se referir a lições gregas e, frente a uma realidade de uma União Europeia impositiva e punitiva propõe a necessidade de aprender para desobedecer. Em seguida, cita Oscar Wilde – “a desobediência, para quem conhece a história, é a virtude específica do homem. É pela desobediência que ele progrediu – pela desobediência e pela revolta” – e propõe: “Desobedecer à Europa da política única, da austeridade é, na verdade, um pressuposto cívico indeclinável para lutar por uma Europa democrática constituída por Estados democráticos”. (Pureza, 2015a, p.41)

Em uma das quatro lições da Grécia, Pureza (2015a, p.45-46) enfatiza que “não há via intermediária entre, de um lado, o dogma da austeridade e do encurtamento do contrato social e, do outro, políticas concretas norteadas pelos primados do pleno emprego e da coesão econômica e social”.

Foi isso que os líderes europeus tornaram inequívoco quando confrontaram o povo grego com a verdadeira linha vermelha desta União Europeia: não há negociação fora do programa da austeridade diferente de 1929 quando prevaleceu a incisiva decisão política de impor amplos controles regulatórios para lidar com a Crise. Após a Crise de 2008, a autoridade política se enfraqueceu por ter sustentado, incondicionalmente, o quase defunto sistema financeiro. Tanto nos Estados Unidos com na Europa interdição do debate político-democrático impõe a ditadura do moribundo mercado financeiro, sufocando a compreensão do que realmente aconteceu e a emergência de outras alternativas.

3.1 A dívida como inibição das escolhas democráticas: do Estado dos impostos para o Estado da dívida

Ao contrário do espírito destrutivo do capitalismo financeiro, que tudo transforma em mercadoria, em outros momentos históricos prevaleceu o espírito de enfrentamento da tensão capitalismo e democracia pela via da construção de alternativas políticas como o New Deal, pós Crise de 1929, que impuseram um freio à transformação de tudo em mercadoria, impedindo o capitalismo de destruir seus alicerces não capitalistas, o altruísmo a confiança, a solidariedade entre famílias, comunidade e sociedade.

Após a crise de 1929 e com a eleição de Roosevelt em 1933 a quebra financeira foi enfrentada com um conjunto de políticas de geração de empregos, e regulação financeira como a lei dos bancos de 9 de março de 1933, *Emergency Bank Bil*, que seguiu a corrida bancária que ocorria nos EUA, e pelo *Glass Steagall Act* de junho do mesmo ano, que proibiu o envolvimento direto dos bancos comerciais em operações nos mercados de capitais e nos mercados imobiliários.

Beluzzo e Galípulo (2017) analisam que muitos anos depois os debates sobre a experiência do *New Deal* concentram-se sobre a debilidade da recuperação econômica mas não sobre a “revolução democrática” que contrastava fortemente com a tragédia pela Europa Continental, com a ascensão do nazifascismo.

Com o colapso dos mecanismos econômicos a super-politização das relações sociais tornou-se inevitável. O despotismo da mão invisível teria sido substituído pela tirania visível do chefe. A vida política foi surrupiada pelas policias da vida que invadiram todas as esferas da convivência, como se fossem suspeitas quaisquer formas de espontaneidade (Beluzzo e Galípulo, 2017, p. 21)

O *New Deal*, como colocam Beluzzo e Galípulo (2017), demonstrou que era possível governar o ciclo econômico num ambiente de liberdade e de conquistas sociais.

A experiência da grande depressão de 1929, o acordo de *Bretton Woods*⁷ e *Dumbarton Oaks* retratam o espírito da época, com políticas que impuseram controle aos sistemas financeiros, e o papel estratégico do Estado no desenvolvimento de políticas públicas distributivas de cidadania, o consenso keynesiano.

O Espírito de 45, evocado por Ken Loach em seu emocionante documentário assim nomeado, mostra uma sociedade mobilizada no esforço de reconstrução das ruínas da guerra.

O exemplo do relatório Beveridge peça política chave para a construção do sistema de proteção social inglês, o Estado providência, tornou-se um *best seller*, debatido em bares e ruas. Um legado que, resiste aos ataques neoliberais, como o NHS, o respeitado e resistente sistema universal de saúde inglês.

O Espírito de 45, marca a estruturação de Estados de Bem Estar Social, de inspiração keynesiana, e outros, como a experiências da Suécia, pós depressão de 1930, inspirada pelo sociólogo e economista Gunnar Myrdal, admirador da política keynesiana do *New Deal* americano, que concebia as políticas sociais como investimentos, e não custos.⁹

Como analisa Streeck (2014) atualmente há um sentimento generalizado do estado crítico do capitalismo, mais que em qualquer momento desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A crise de 2008 seria apenas a mais recente de uma longa sequência iniciada na década de 1970 com o fim da prosperidade pós-guerra.

[A]s crises do modelo do pós-guerra (...) se tornaram tão recorrentes que não são mais vistas como meramente econômicas; elas resultaram na redescoberta da antiga noção de ‘sociedade capitalista’ – do capitalismo como uma ordem social e um

⁷ As conferências de Bretton Woods estabeleceram em julho de 1944 um sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica internacional. São resultados de Bretton Woods, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (International Bank for Reconstruction and Development, BIRD, do qual se desdobrou o Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma das principais obrigações estabelecidas era de que os países mantivessem uma taxa de câmbio indexada ao dólar cujo valor estaria lastreado em ouro.

⁸ Dumbarton Oaks foi uma série de conferências realizadas quase no fim da II Guerra Mundial quando se estabeleceram os primeiros projetos do que veio a ser a Organização das Nações Unidas e a comunidade internacional do pós-guerra.

⁹ A título de curiosidade Myrdal, um dos idealizadores dos Estados de Bem-Estar Social, dividiu o prêmio Nobel de Ciências Econômicas com seu adversário ideológico Friedrich Hayek, um dos principais defensores do livre mercado, o que expressa o longo processo de disputa entre perspectivas e projetos políticos.

modo de vida que depende visceralmente do progresso ininterrupto da acumulação de capital privado. (STREECK, 2014)

Entre os muitos sintomas da crise Streeck destaca três tendências de longo prazo na trajetória dos países ricos altamente industrializados, cada vez mais desindustrializados. A primeira seria a queda perseverante na taxa de crescimento acentuada com os acontecimentos de 2008. Relacionada à primeira, a segunda seria o aumento também persistente da dívida total dos principais países capitalistas nos últimos quarenta anos, seja no aumento do endividamento de governos, famílias, empresas ou bancos. A terceira o aumento da desigualdade tanto de renda como de riqueza.

A interação entre essas tendências se potencializa em um ciclo vicioso pois, o aumento das desigualdades reforça a diminuição do crescimento pois trava as melhorias na produtividade e diminui a demanda. O baixo crescimento reforça a desigualdade ao radicalizar o conflito distributivo. O endividamento crescente não só não detém a redução do crescimento, como se constitui em mais um componente da desigualdade devido as mudanças estruturais associadas à financeirização da economia. O “‘Efeito Mateus’ que rege os mercados livres: ‘Ao que tem muito, mais lhe será dado e ele terá em abundância; mas ao que não tem, até mesmo o pouco que lhe resta lhe será tirado’.”¹⁰” (Streeck, 2014)

Streeck prossegue e coloca que embora as crises sejam parte da história do capitalismo, a característica presente parece ser um processo contínuo de decadências, um encadeamento de tendências de longo prazo que podem resultar numa crise de natureza sistêmica.

As tentativas de regulação do setor financeiro pós desastre de 2008 fracassaram e o setor financeiro, a alma do desastre, apresentou uma recuperação completa. Os governos e, os Estados Unidos, em particular continuam sob controle da indústria do fazer dinheiro, criado a partir do nada, pelos amigos nos bancos centrais, num processo de acumulação e investimento na dívida pública. A emissão sem precedentes de dinheiro não conseguiu alavancar a economia, nem o mercado de trabalho, sendo produzido um aumento estratosférico da desigualdade. Tal redistribuição oligárquica, com a riqueza apropriada pelo 1 % mais rico, constitui uma ameaça à democracia.

Essa ameaça à democracia tem como tema-chave a retórica antidemocrática da crise fiscal que pretende atribuir ao excesso de democracia redistributiva o crescimento da dívida

¹⁰ Citação ao Evangelho, Mateus, 25: 29.

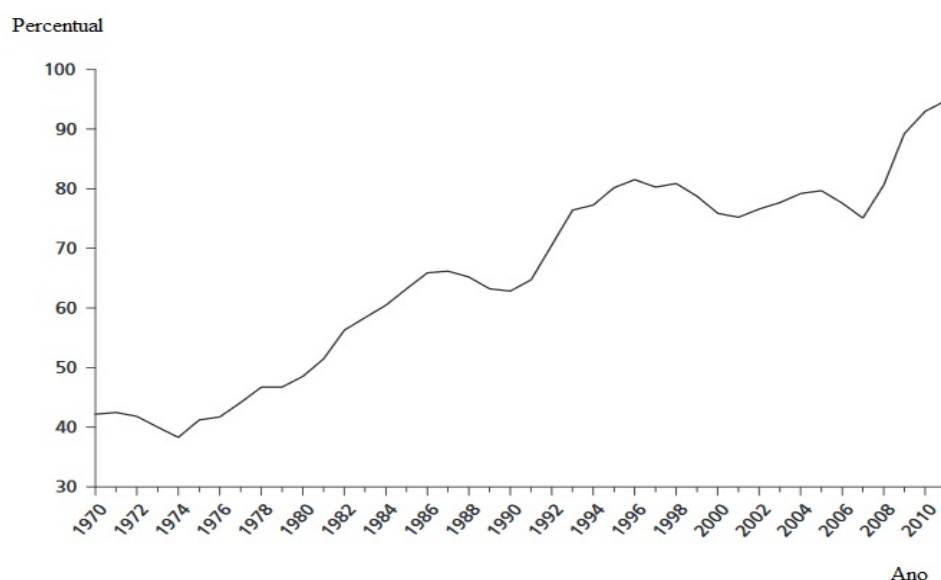
pública.

A crise fiscal e a deterioração das finanças públicas tem suas raízes nas “reformas” que resultaram na queda dos níveis de tributação e o caráter cada vez mais regressivo dos impostos.

[A]o substituir as receitas tributárias pela dívida, os governos contribuíram ainda mais para a desigualdade, oferecendo oportunidades de investimento seguro para aqueles cujo dinheiro eles já não queriam, ou não podiam, confiscar – ao contrário, passaram a pedir emprestado esse dinheiro. Diferentemente de quem paga impostos, quem compra títulos do governo continua a possuir aquilo que pagou ao Estado; cobra juros sobre esses papéis, que também podem ser transmitidos como herança para os filhos. (STREECK, 2014)

Um verdadeiro ardid o Estado não cobra impostos dos mais ricos pede emprestado à quem promoveu a acumulação e fica endividado – um mecanismo de expropriação opaco a serviço de cortes nos gastos do Estado, privatização de serviços públicos restringindo cada vez mais a intervenção democrática redistributiva na economia capitalista, como, por exemplo, a definição, dos orçamentos públicos, das políticas salariais, da legislação trabalhista, dos sistemas de proteção social.

Gráfico 1 – Endividamento Público em razão do PIB, países selecionados da OCDE, 1970-2010



Fonte: OCDE *apud* Streeck, 2013b, p. 3.

O endividamento público médio entre os países da OCDE mais do que duplicou nas quase quatro décadas entre 1970 e 2010, passando de cerca de 40% do PIB para

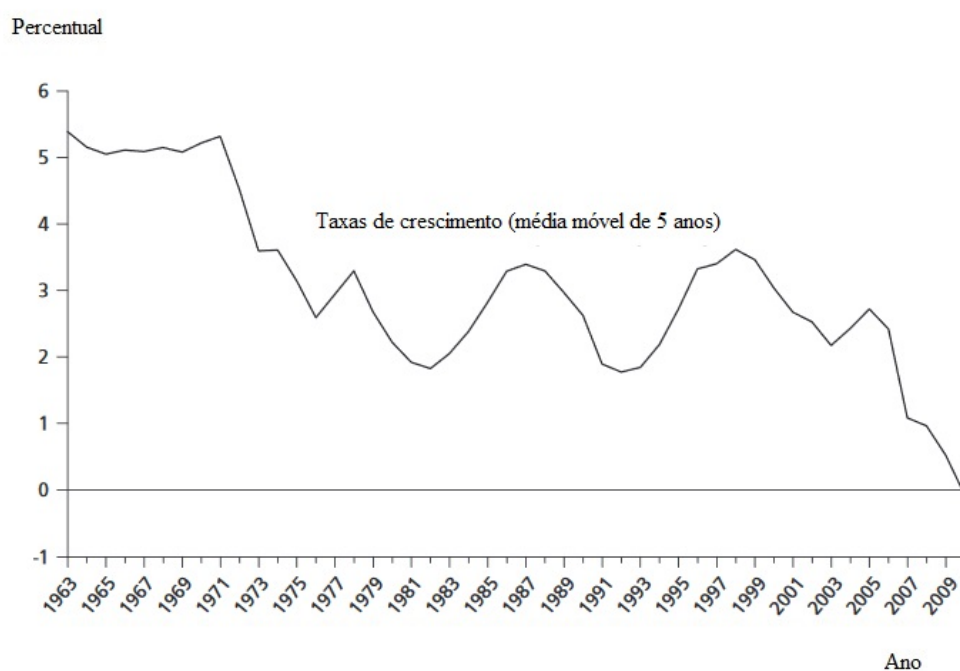
mais de 90% (para uma amostra de doze países principais da OCDE, [ver Gráfico 1]). O aumento da dívida pública foi um fenômeno geral em quase todos os países do capitalismo democrático. As diferenças entre os países existem, mas, de uma perspectiva longitudinal, elas diminuem principalmente para os lapsos temporais e parecem ser de menor importância à luz da natureza universal do processo. Note-se que o aumento do endividamento foi interrompido em meados da década de 1990 por cerca de uma década, para retomar apenas em 2008, o primeiro ano de uma crise financeira aparentemente sem fim quando o endividamento estatal iniciou sua maior inclinação no período sob observação. (Streeck, 2013b, p. 3, tradução livre)

Mesmo desobrigados de prestar contas democraticamente pelos inúmeros mecanismos institucionais de proteção da interferência democrática, com a política econômica nas mãos dos bancos centrais independentes, as classes que dependem do lucro duvidam que a democracia, mesmo na versão castrada, trancada, permitam “reformas estruturais”, para remodelar as sociedades segundo os imperativos do mercado.

A teoria da “escolha pública”, segundo a qual a política democrática corrompe a justiça do mercado ao servir a políticos oportunistas e sua clientela, tornou-se consenso entre pessoas da elite assim como a convicção de que o capitalismo de mercado, expurgado da política democrática, será mais eficiente, virtuoso e responsável. (Streeck, 2014)

Para Streeck as décadas de queda do crescimento, aumento da desigualdade, a escalada da dívida permite ver o capitalismo como fenômeno histórico que tem início e também um fim. O Gráfico 2 demonstra exatamente o declínio do crescimento nas décadas que precederam a crise de 2008.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento, países selecionados da OCDE, 1963-2009



Fonte: OCDE *apud* Streeck, 2013b, p. 11.

O progresso capitalista destruiu qualquer agente que pudesse impor limites ao sistema como ficou claro, pela constatação da ignorância do Banco Central americano sobre a magnitude da crise de 2008, quando da publicação das atas do Federal Reserve. A estabilidade do capitalismo depende que sua dinâmica seja contida por forças compensatórias que sujeitem a acumulação de capital aos contrapesos sociais.

Streeck (2014) analisa o fim do capitalismo não com um evento, mas um processo de dismantelo crônico por razões endógenas e independentes da ausência de uma força capaz de reverter três tendências destrutivas queda de crescimento, igualdade e estabilidade financeira. Sem esse constrangimento social o capitalismo pode ser extremamente bem-sucedido, mas auto sabotador, uma overdose de si mesmo.

3.2 O capitalismo e a overdose de si mesmo

Streeck (2014) afirma que estaríamos vivendo a agonia do capitalismo por uma overdose de si mesmo provocada pelo dismantelamento de uma oposição. Os sintomas são, o

que aponta como, cinco doenças sistêmicas do capitalismo: **estagnação, redistribuição oligárquica, pilhagem do setor público, corrupção e anarquia global**, que, resultam do enfraquecimento de restrições ao seu avanço – tradicionais, institucionais e políticas.

A **redistribuição oligárquica**, e a tendência a plutonomia, descola os capitalistas plutonômicos da economia real. Eles não precisam se preocupar com crescimento econômico nacional, suas fortunas transnacionais crescem independente, sua prosperidade não depende mais dos assalariados, rompe-se o vínculo keynesiano entre o lucro dos ricos e o salário dos pobres, apartando o destino das elites econômicas das pessoas comuns.

A possibilidade de salvar a si mesmo e a sua família proporcionada pelo mercado de capitais globalizado, oferece aos ricos a maior tentação possível, que é passar para o modo ‘fim de jogo’ – vender tudo pegar o dinheiro, queimar as pontes e deixar para trás apenas terra arrasada. (Streeck, 2014)

A **pilhagem do setor público**, essa pilhagem, via subfinanciamento, via apropriação privada do Estado, tem origem na dupla transição ocorrida desde a década de 70 do Estado dos impostos para o Estado da dívida e, para o Estado do ajuste ou, da austeridade. A medida que os ganhos de renda se concentram no 1% mais rico o setor público das economias capitalistas encolhem de forma dramática. A austeridade imposta a sociedade é mais uma expressão do deslocamento da economia dos oligarcas da economia das pessoas comuns.

A fraude e a **corrupção** sempre acompanharam o capitalismo e tal relação só se aprofundou com a verdadeira revolução neoliberal a partir da década de 70. O domínio do setor financeiro na economia e, as finanças como indústria, colocam a corrupção num patamar ilimitado. O que emergiu em 2008 é, apenas a ponta de um iceberg, que expõe a extravagância da corrupção: as agências de classificação de risco de crédito remuneradas pelos próprios emissores de papéis podres para lhes atribuir melhores notas; um sistema bancário paralelo em paraísos fiscais; lavagem de dinheiro e assessoria para evasão fiscal em larga escala; a venda para clientes desavisados, de papéis concebidos para que outros clientes pudessem apostar contra eles; os principais bancos de todo mundo fixando, de forma fraudulenta, as taxas de juros e o preço do ouro. (Streeck, 2014)

A tentativa weberiana de tentar evitar que o capitalismo fosse confundido com a ganância fracassou. (Weber, 2004)

A **anarquia global** – Se configura um quadro de instabilidade crescente e anarquia global diante da dificuldade dos EUA continuar a exercer o papel de centro monetário digno

de confiança, como, a Grã-Bretanha na década de 20, e o próprio Estados Unidos entre 1945-1970; pela ausência de um contraponto internacional, bloqueado pelos EUA, que não abrem mão do privilégio de se endividar na própria moeda, como revela a estratégia geopolítica de ataque ao Brasil para impedir o desenvolvimento da incipiente experiência do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África dos Sul); e pelos efeitos desastrosos das medidas de estabilização preconizadas pelos organismos internacionais.

O que persiste é o uso da força, no modo, “forças especiais”, altamente secretas, vigilância orwelliana, protagonizado pelos EUA, para inspirar a confiança e tranquilizar governos aliados, à qualquer custo, na garantia e, defesa dos direitos oligárquicos à propriedade, e, prover segurança às famílias dos 1% super-ricos, seus tesouros e privilégios.

Essas políticas de austeridade como comenta Santos (2016) visam a esvaziar a democracia representativa das políticas de inclusão social alimentando a tensão democracia e capitalismo. Para ele as resistências podem ser construídas a partir das causas ou a partir das consequências dessas políticas. Quando construída a partir das causas, a captura do Estado por forças antidemocráticas com sua enorme concentração de renda e restrição de direitos, a resistência se assenta na ampliação de direitos e na convicção de que são políticas arbitrárias e injustas, que optam por salvar bancos e impor pobreza às famílias. Quando a resistência é construída a partir das consequências das políticas de austeridade, se apoia na convicção que estas são resultados dos excessos de bem-estar, de direitos e proteção social. (Santos 2016, p.164)

Para Piketty as duas inovações mais importantes do século XX em matéria fiscal, na redistribuição moderna, foram: a primeira a criação e o desenvolvimento do imposto progressivo sobre a renda, instituição que desempenhou papel central na redução das desigualdades, no século XX, hoje ameaçada pelas forças da concorrência fiscal entre países; e a segunda, o imposto progressivo sobre as heranças, igualmente questionada nas últimas décadas. (Piketty, 2014, p. 480)

Essas inovações constituíram-se tanto em decorrência das guerras como da democracia. O imposto progressivo sobre a renda foi instituído em vários países antes da Primeira Guerra Mundial. Por volta de 1900-1910, ainda que o imposto sobre a renda não abarcasse todos os países desenvolvidos, estava se constituindo um consenso internacional em torno do princípio da progressividade, mas as taxas permaneciam extremamente baixas, inclusive para os altíssimos níveis de renda. É no contexto político explosivo da Primeira Guerra Mundial,

da Revolução Bolchevique de 1917, que o imposto progressivo nasceu em sua forma moderna.

Para Piketty (2014, p. 480)

O imposto não é apenas uma questão técnica, mas eminentemente política e filosófica. Sem impostos, a sociedade não pode ter um destino comum e a ação coletiva é impossível. No cerne de cada transformação política importante encontramos uma revolução fiscal. O Antigo Regime desapareceu quando as assembleias revolucionárias votaram pela abolição dos privilégios fiscais da nobreza e do clero, instituindo um regime fiscal universal e moderno. A Revolução Americana nasceu da vontade dos súditos nas colônias britânicas de fixar seus próprios tributos e tomar o destino nas próprias mãos.

Para ele o desafio essencial, mesmo com as mudanças de contexto nos dois últimos séculos, permanece

O de fazer com que os cidadãos possam escolher soberana e democraticamente os recursos que desejam dedicar aos projetos comuns: educação, saúde, aposentadoria, desigualdade, emprego, desenvolvimento sustentável. É claro que a forma concreta assumida pelos impostos em todas as sociedades está no cerne do confronto político. (Piketty, 2014, p. 480)

Para Piketty a contradição central do capitalismo é a produção da desigualdade, pelo fato de que a taxa de rendimento privado do capital poder ser forte e continuamente mais elevada do que a taxa de crescimento da renda e da produção. A grande ameaça é que a desigualdade volte ser a norma no século XXI, como sempre foi na história. Como mencionado acima no século XX foram as guerras, e contextos explosivos que reduziram bruscamente o retorno do capital, dando a ilusão de uma superação estrutural do capitalismo e dessa contradição fundamental. Para ele a retomada de controle democrático do capital exige a visibilidade e transparência das informações e o controle democrático sobre o capital com medidas inspiradas no princípio da progressividade dos impostos e, aponta como a melhor solução o imposto progressivo anual sobre o capital o que permitiria conter a progressão ilimitada da desigualdade mundial, o que exige um alto grau de cooperação internacional. (Piketty, 2014, p. 555)

3.3 A doutrina do choque – o capitalismo do desastre e radicalização da tensão capitalismo e democracia

“As teorias de Milton Friedman deram a ele o prêmio Nobel; ao Chile, o general Pinochet.”

(Eduardo Galeano, *apud* Klein, 2008, p. 92)

A cruzada contemporânea para libertar os mercados mundiais com golpes, ditaduras, guerras, chacinas, extermínio químico tem recrudescido.

A contrarrevolução neoliberal protagonizada por Friedman, e seu inspirador Hayek, buscou dismantelar em todos os países as propostas de linhagem keynesiana que, estruturaram experiências concretas de coexistência de um tipo de economia mista, que garantisse direitos de cidadania, como direito universal à saúde, à educação, à cultura, à terra, a direitos trabalhistas configurando um sistema de proteção social. Tais construções sociais expressavam o espírito de uma época, onde grandes abalos do capitalismo como, a grande depressão de 1929, a Segunda Guerra Mundial inspiraram movimentos abrangentes de solidariedade.

Foi exatamente contra esse sistema de conciliação que se levantam Friedman e, sua célebre Escola de Chicago.

Naomi Klein (2008) em seu contundente relato em “A doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo do desastre escava, no detalhe, com precisão e sensibilidade de excelente jornalista que é, as entranhas do capitalismo do desastre. Emerge das quase seiscentas páginas do livro a dor e sofrimento de povos, de culturas, de gerações e vidas violentadas, esmagadas, humilhadas, expropriadas da mais ínfima condição humana. A força transformadora do livro é dar vida, mostrar fatos, contar histórias, dar rosto, nome e sobrenome aos personagens e projetos políticos que se ocultam na neutralidade de siglas e rótulos frios. Ao retirar o projeto neoliberal da embalagem da técnica e da ciência econômica, expõe sua face genocida e lhe batiza com o nome correspondente: **o capitalismo do desastre**.

Quando Klein iniciou sua pesquisa sobre interseção entre superlucros e megadesastres imaginava testemunhar uma mudança fundamental no modo como a marcha para “libertar” os mercados estava avançando no mundo. Sua condição de participante do movimento contra o

crescimento do poder das corporações, em seu momento inaugural, Seattle (1999), permitiu acompanhar como as políticas eram impostas, em quedas de braço na Organização Mundial do Comércio (OMC) ou, como condição vinculada aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Quando os acordos eram assinados havia a justificativa de que havia consentimento mútuo entre governos e, consenso entre especialistas. Essa dinâmica se altera após o 11 de setembro de 2001, quando EUA muda a versão de “livre comércio e democracia” para a versão força militar do Choque e Pavor.

Durante três décadas, Friedman e seus seguidores exploraram metodicamente os momentos de choque em outros países – os equivalentes estrangeiros do 11 de setembro, começando com o golpe de Pinochet em 11 de setembro de 1973. O que aconteceu em 11 de setembro de 2001 foi que uma ideologia produzida nas universidades americanas, e fortalecida pelas instituições de Washington, teve finalmente sua chance de voltar para casa. (Klein, 2008, p. 21)

A ideia de explorar crise e desastre foi o *modus operandi* do movimento de Milton Friedman desde o início.

Milton Friedman aprendeu a explorar os choques e crises de envergadura quando atuou como conselheiro direto do ditador chileno Augusto Pinochet. Após o golpe de Estado, diante de uma população em estado de choque Friedman aconselhou Pinochet a impor uma estratégia extrema e rápida de apropriação capitalista jamais tentada em qualquer lugar. Em razão de muitos economistas de Pinochet terem sido alunos de Friedman na Universidade de Chicago a experiência, o **case**, ficou conhecida como a “revolução da escola de Chicago”.

Friedman previu que a rapidez das mudanças provocariam reações psicológicas que “facilitariam o ajuste” e, denominou esta tática dolorosa de “tratamento de choque” ou “terapia do choque”. A pergunta de Eduardo Galeano (*apud* Klein, 2008, p. 17) ecoa com uma atualidade cortante “Como essa desigualdade pode ser mantida, senão por descargas de choque elétrico?”.

A ascensão do complexo industrial do desastre, estende suas conexões para áreas diversificadas como bem revela o exemplo síntese de um dos principais protagonistas do desastre, Donald Rumsfeld, secretário de defesa de George Bush. Sua carreira como protocapitalista do desastre começou em 1997 como presidente do conselho da empresa de biotecnologia *Gilead Sciences*. A companhia detinha a patente do Tamiflu tratamento indicado

para gripe aviária. Em 2001 quando da posse como Secretário de Defesa, diante do temor da epidemia de gripe, a histeria do bioterrorismo, o preço das ações elevaram 807%. Como presidente do conselho da *Searle Pharmaceuticals*, usou suas ligações políticas para garantir a aprovação da *Food and Drug Administration* (FDA) para o controvertido e, altamente lucrativo, Aspartame. Quando Rumsfeld agenciou a venda da Searle para a Monsanto recebeu pessoalmente doze milhões de dólares. Sua onipresença é tal que tem assento nos conselhos de grandes empreendimentos como *Kellog's*, no conselho da fabricante de aeronaves Gulfstream, e, também recebia 190 mil dólares por ano como conselheiro da *ASEA Brown Boveri* (ABB), a gigante suíça de engenharia, conhecida pela venda de tecnologia nuclear para a Coreia do Norte. A venda do reator nuclear aconteceu em 2000 e, Rumsfeld era o único norte-americanos no conselho da ABB. As relações de promiscuidade revelam não mais uma porta giratória mas um arco escancarado. (Klein, 2008)

Um outro aspecto do capitalismo do desastre é apontado por Klein ao comentar sobre o “Dilema de Davos”, quando em 2007 líderes políticos e corporativos se viam perplexos diante de um estado de coisas que parecia desafiar o senso comum, o que segundo ela foi descrito por Martin Wolf como “o contraste entre o mundo favorável da economia e o mundo turbulento da política”. Apresentava-se um truísmo do mercado contemporâneo de uma suposta incompatibilidade entre desenvolvimento econômico e uma situação de violência e instabilidade, o que não mais se verifica. A invasão do Iraque em 2003 marcou uma reversão nesse padrão quando verificou-se que a instabilidade global não beneficiava somente o comércio de armas, mas também gera “lucros extraordinários para o setor de segurança de alta tecnologia, para construção pesada, para as companhias privadas de saúde, que tratam soldados feridos, para os setores do petróleo e gasolina—e, é claro, para os contratantes da defesa” (Klein, 2008, p. 503-504).

O Dilema de Davos vem sendo ainda mais intensificado pelo modelo altamente lucrativo de reconstrução privatizada, forjado no Iraque. As ações da construção pesada, que incluem as grandes firmas de engenharia que abocanharam suculentos contratos sem licitação, após guerras e desastres, subiram 250%, entre 2001 e abril de 2007. A reconstrução se tornou um negócio tão grande, que qualquer destruição recente é recebida com a excitação da oferta inicial de novas ações ao público: trinta bilhões de dólares para a reconstrução do Iraque, trinta bilhões de dólares para a reconstrução do tsunami, cem bilhões de dólares para Nova Orleans e a Costa do Golfo, 7,6 bilhões para o Líbano.

Os ataques terroristas que antes faziam as transações acionárias despencarem tem uma recepção positiva semelhante nos mercados. (Klein, 2008, p. 505)

4. O MACROCONTEXTO DO GOLPE – BRASIL 2016

“O passado não está morto e, nem sequer é passado.”

(William Faulkner)

“Quando o passado não ilumina o futuro, o espírito caminha nas trevas”

(Alexis de Tocqueville)

A fúria devastadora do processo do golpe no Brasil 2016 é, parte constitutiva dessa disputa global entre capitalismo do desastre e democracia.

A história da América Latina condensa uma experiência de golpes e ditaduras nas décadas de 1970/1980 que levaram a extremos impensáveis a doutrina do choque como método e dependência do “livre mercado” ao poder do choque.

A doutrina do Choque e Pavor teve na América Latina um laboratório de experimentos, desde a asfixia econômica, com greves patronais orquestradas, às ditaduras genocidas. A operação Condor, uma aliança militar entre as ditaduras militares do Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai comandada pelos Estados Unidos deixou um lastro de destruição sofrimento, extermínio em massa na região. Sob esses escombros a doutrina do choque econômico dos “livres mercados” se impõe.

Nos anos 2000 com a ascensão no continente de experiências “pós neoliberais” de democracias populares descortina-se um novo horizonte com o desenvolvimento de políticas distributivas, constituindo o que Chomsky (2015) considerou a mais significativa resistência global a selvageria do neoliberalismo. O processo de recrudescimento do ataque neoliberal se delineia com pressões crescentes ao Brasil, Argentina, Venezuela, Equador, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia.

Na realidade brasileira, Souza (2015) analisa que a recusa em confrontar o passado escravista gera uma incompreensão sobre o Brasil moderno. Para ele a interpretação hegemônica, a partir da chave do patrimonialismo e do populismo¹¹, contribui para que os

¹¹ Estas análises, pontua Souza (2015), aparecem em autores de profunda influência no pensamento conservador e de esquerda no Brasil, tais como: Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Roberto Da Matta, Fernando Henrique, Francisco Weffort, entre outros.

privilégios possam ser eternizados e reproduzidos. O conceito de patrimonialismo oculta, na realidade, o poder real localizado no mercado, estigmatizando o Estado como corrupto e idealizando o mercado como algo virtuoso. Já o tema do populismo torna suspeita qualquer coisa que venha das classes populares que seriam manipuladas pelas lideranças populistas.

Nesta perspectiva, o golpe de 2016 é mais um desdobramento da contradição intrínseca entre capitalismo e da democracia.

4.1 Brasil e a disputa global entre capitalismo financeiro, democracia e políticas públicas distributivas de cidadania

A dinâmica e a dimensão dos desafios que enfrentamos no Brasil são parte do embate global entre capitalismo financeiro, democracia e políticas públicas distributivas. Compreender essa nova arquitetura de poder do capital improdutivo, superar o abismo entre o conhecimento de “especialistas” com sua retórica produtora de um proposital estado de confusão, com suas invisibilidades e ausências, é condição básica para a afirmação e construção social de uma consciência crítica sobre assuntos extremamente complexos, em uma perspectiva radicalmente democrática.

A globalização revolucionou a arquitetura da economia mundial com três transformações concomitantes: que são, como analisam Beluzzo e Galípolo (2017, p. 40), desconsideradas ou apresentadas como processos desconexos: a reorganização da estrutura produtiva; a onda de fusões e aquisições que transformou o sistema financeiro; e a centralização da propriedade.

A dinâmica de captura do Estado pelo capital financeiro se dá em diversas dimensões e formas de manipulação e apropriação da esfera pública seja via transferência de recursos da sociedade e das atividades produtivas para o capital financeiro improdutivo, seja via o controle da política via financiamento empresarial de campanhas eleitorais, pelo controle do judiciário, controle da academia, controle da mídia, da informação e da vida pessoal.

É uma exigência democrática tornar visível a escala e a profundidade da internalização dos interesses privados na esfera pública, sua gigantesca e intrínseca corrupção para, desmontar a farsa da retórica de ajuste fiscal com cortes de gastos e responsabilização das

políticas sociais distributivas, assim como, a retórica do combate a corrupção, historicamente utilizada entre nós como justificativas de ditaduras e golpes contra a democracia e a soberania popular.

4.1.1 Alguns aspectos do capitalismo financeiro

O domínio e a colonização da esfera pública pelos interesses políticos do sistema financeiro, com seus diversos mecanismos de drenagem e intermediação financeira, são os responsáveis pelo travamento da economia. Tal dinâmica afeta, entre outras dimensões, os três principais dinamizadores da economia – o consumo das famílias, o investimento público e o investimento privado – por um sistema de juros e, o aumento explosivo dos lucros dos intermediários financeiros. Um padrão de transferência que acentua de forma dramática as desigualdades e interdita a democracia. (Dawbor, 2015)

A dinâmica de captura do Estado pela transferência de recursos das atividades produtivas limitando tanto o consumo como o investimento público e empresarial, é planetário. Tal dinâmica é parte constitutiva do *vale tudo* internacional desde a desregulamentação financeira nos governos Reagan e Thatcher, nos anos de 1980, até a liquidação do principal sistema de regulação, o *Glass-Steagall Act*, no governo Clinton, em 1999.¹²

A hecatombe de 2008, embora não tenha gerado nenhuma contramedida, provocou a produção de variados estudos e pesquisas que dão visibilidade a dados do sistema financeiro internacional. Como analisa Dowbor (2015) mesmo dados básicos das finanças internacionais sempre escaparam do *Internacional Financial Statistics* do FMI. A partir desses estudos Dowbor expõe um panorama, aqui sintetizado, do conjunto, dando uma dimensão da concentração de renda e poder e do fluxo financeiro integrado, antes captado de forma fragmentada, ou não captado.

Até 2012 não havia um estudo global do funcionamento da rede mundial de controle corporativo. O Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica selecionou quarenta e três mil

¹² Glass-Steagall Act – Lei dos Bancos promulgada pela administração Roosevelt nos Estados Unidos em 1933, regulamentava as atividades dos bancos garantindo a separação entre os bancos comerciais e os bancos de investimento.

(43 mil) grupos mundiais mais importantes para analisar, a partir de participações cruzadas e de fusões empresariais, como se dá o controle do conjunto. A conclusão impressionante é que 737 grupos controlam 80% do mundo corporativo, destes um núcleo de 147 grupos controlam 40% do mundo corporativo sendo 75% destes instituições financeiras localizadas em grande maioria nos países ricos como Estados Unidos e Europa Ocidental. O sistema, altamente concentrado trabalha à velocidade da luz, tendo um suposto controle fragmentado em cerca de 200 nações. A ausência completa de controle se expressa de forma exemplar no falência *Lehman Brothers*, que chegou a emprestar 31 vezes mais do que dispunha em caixa, um tipo de caos e poder sem constrangimentos. (ETH, 2011 *apud* Dowbor, 2015)

Morin, assessor do banco central da França, analisa a forma como os 28 maiores gigantes financeiros se articulam. Os grandes bancos somam ativos de 300 trilhões de dólares, desses, 28 (hoje 27 pela falência *Lehman Brothers*) são as instituições financeiras sistemicamente importantes (SIFI, *Systemically Important Financial Institutions*). Para dimensionar a concentração de poder, essas 27 instituições financeiras manejam, cada uma, capital 1.8 trilhões de dólares, em conjunto mais de 50 trilhões de dólares em 2012, para um PIB mundial de 73 trilhões de dólares e, um PIB do Brasil 1,6 trilhão de dólares. A dívida pública global, também controlada por esses grupos, gira em torno de uma faixa de 50 trilhões de dólares. Os Estados endividados e fragilizados tornam-se reféns desses gigantes privados, responsáveis pela crise financeira que explodiu em 2008. (Morin, 2015)

O mecanismo da dívida confere um poder político gigantesco aos grandes grupos financeiros que impõem sua agenda e prioridades políticas a governos. A transformação da pressão externa em poder internalizado se expressa em nomeações para postos chaves de ministérios da fazenda/finanças, dos bancos centrais, na influência sobre os parlamentos, sobre o judiciário a mídia, a academia. A demanda imposta aos governos é sempre a mesma: austeridade e “reformas estruturais” acompanhado do mantra de que é menos impopular endividar o governo do que cobrar impostos: a armadilha da dívida. (Dowbor, 2015)

Morin mostra que a partir de 1995 esses bancos se articulam com a criação do Instituto de Finanças Internacional (IIF), “verdadeira cabeça pensante da finança globalizada e dos maiores bancos internacionais”. O IIF pode ser considerado o parlamento dos bancos, seu presidente, como interlocutor dos grandes bancos, tem quase o papel de chefe de estado, com influência em decisões políticas mundiais. (Morin, 2015)

Só a partir de 2008 foram feitos estudos sobre um instrumento particularmente

importante deste poder: o uso dos paraísos fiscais. Dados da *Tax Justice Network*, em pesquisa coordenada por James Henry (2012), mostram o estoque de capitais em paraísos fiscais, de 21 a 32 trilhões de dólares que significam de um terço à metade do PIB mundial de 75 trilhões de dólares em 2016. Tais dados são corroborados pelo dossiê da *The Economist (The missing \$20 trillion)* que mostra serem geridos por Bancos dos Estados Unidos e Inglaterra (*The Economist*, 2013). Para efeitos de comparação a grande decisão da cúpula mundial sobre clima, Paris 2015, foi a alocação até 2020, do valor de 100 bilhões de dólares anuais para salvar o planeta do aquecimento global: duzentas vezes menos do aplicado em paraísos fiscais. Um recurso vital para financiar uma reconversão tecnológica capaz de viabilizar um ponto de mutação na tendência à destruição do planeta drenado para um capital improdutivo e ilegal. Os arquivos do Panamá, apenas uma janela do processo, mostram como milhares de corporações fictícias deram origem ao caos financeiro atual. O grau de sequestro do processo decisório sobre alocação de recursos retirou dos Estados qualquer forma de controle: a quase totalidade das grandes corporações tem filiais ou empresas “laranjas” nos paraísos fiscais, onde o dinheiro desaparece em termos formais, para reaparecer com outros nomes e empresas, um espaço “branco” onde o seguimento do fluxo financeiro se interrompe, drenado para toda sorte de atividades ilegais, comércio de armas e tráfico de drogas, e retirado dos impostos não pagos nos países de origem (ICJL, 2017; Shaxson, 2011). No caso do Brasil esses estoques são da ordem de 519, 5 bilhões de dólares o que equivale a mais de 25% do PIB do país, ocupando o impressionante quarto lugar no mundo.

O consórcio de jornalistas investigativos (ICIJ, *International Consortium of Investigative Journalists*) publicaram em 2014 o gigantesco esquema de evasão fiscal das multinacionais, para Luxemburgo, incluindo dados sobre os montantes da evasão de bancos como Itaú e Bradesco (ICIJ, 2014).

Estudo de Joshua Schneyer, com dados da Reuters, mostra que 16 grupos internacionais controlam a intermediação de commodities, a maior parte em paraísos fiscais, um quadro da especulação financeira que atinge, como analisa Dowbor (2015), o sangue da economia mundial. Os derivativos dessa economia especulativa ultrapassam 600 trilhões de dólares, frente ao PIB mundial de 75 trilhões de dólares.(BIS, 2013 *apud* Dowbor, 2015; Schneyer, 2013 *apud* Dowbor, 2015)

O *Credit Suisse* (apud OXFAM, 2017)em sua análise de grandes fortunas mundiais mostra que um grupo de 8 homens possui um patrimônio superior a 3,6 bilhões de habitantes

mais pobres do planeta.

O relatório *Brasil: fuga de capitais, fluxos ilícitos e as crises macroeconômicas*, do *Global Financial Integrity*, (1962-2012), mostra que, entre 2010 e 2012, o país perde cerca de 40 bilhões de dólares por ano em fraudes em notas fiscais, predominantemente empresas multinacionais que contribuiriam com 2% de crescimento do PIB.

As agências de risco que arbitram e vendem notas de confiança, destruindo economias e países em segundos, quando processadas são condenadas a pagar valores ínfimos, a exemplo da *Moody's* condenada a pagar US\$ 864 milhões (Cockburn, 2017) e a *Standart & Poor's* penalizada em US\$ 1,4 bilhão (Dewson, 2015). Não há presos, tudo limpo.

As poderosas corporações da indústria farmacêutica são um capítulo trágico dessa dinâmica de apropriação de lucros estratosféricos muitas vezes às custas da saúde das populações. O maior caso de fraude em saúde na história dos Estados Unidos (2012), envolvendo a *GlaxoSmithKline (GSK)*, terceira maior indústria farmacêutica do mundo, resultou num acordo de US\$ 3 bilhões. O acordo incluiu US\$1 bilhão em multas criminais e US\$ 2 bilhões em multas civis com relação a venda dos medicamentos *Paxil*, *Wellbutrin* (antidepressivos) e *Avandia*. A GSK promoveu a prescrição de *Paxil* a menores de dezoito anos sem autorização da agência reguladora estadunidense, a *Food and Drug Administration (FDA)*, com comprovados riscos de suicídio nessa faixa etária. O *Wellbutrin* era comercializado para disfunção sexual e perda de peso, mesmo sendo o consentimento oficial do FDA apenas para tratar depressão. Alguns dos representantes de vendas dessas drogas estavam declaradamente descrevendo o *Wellbutrin* como a “pílula da felicidade, magreza e tesão”. A empresa também não informou os riscos cardíacos, conhecidos e omitidos, do medicamento *Avandia*, para diabéticos. Apesar de o enorme valor da multa, US\$ 3 bilhões, este ainda é muito menor que os lucros provenientes com a comercialização dos respectivos medicamentos. De acordo com informações da organização IMS Health, que fornece informações sobre o setor farmacêutico, a venda desses medicamentos, no período do acordo foram respectivamente: *Avandia*, US\$ 10,4 bilhões; *Paxil*, US\$11,6 bilhões; *Wellbutrin* US\$ 5,9 bilhões. A inversão de valores é de tal ordem que a notícia da condenação por fraudes que, afetaram milhões de pacientes, provocou aumento de suas ações na bolsa por terem lucrado mais do que as multas pagas. Para os grandes grupos farmacêuticos o crime compensa. (Macalister, 2012)

Essa dinâmica da criminalidade financeira foi sistematizada, por grupos de empresas e

condenações, e disponibilizada no site da Corporate e Research Project. Tal dinâmica é denominada por George Monbiot de “um sistema privatizado de justiça para as corporações globais”, um fato a comprovar que a “democracia é impossível nestas circunstâncias”. (Monbiot, 2013).

Apenas 100 empresas concentram 60% do gasto em P&D, sendo 2/3 dos gastos realizados em apenas 3 setores (informática, farmacêutico e automotivo). (Beluzzo e Galípolo, 2017, p. 43).

Como colocam Beluzzo e Galípolo os mais de R\$ 500 bilhões de reais de juros que sangram a economia brasileira ou a exposição em derivativos do Deutsche Bank, equivalente a vinte vezes o PIB alemão, são manifestações do mesmo fenômeno, o fetiche da liquidez. (Beluzzo e Galípolo, 2017, p.62)

Este é o resultado inevitável dos mercados financeiros organizados em torno da chamada “liquidez”. Entre as máximas da finança ortodoxa, seguramente nenhuma é mais antissocial que o fetiche da liquidez, a doutrina que diz ser uma das virtudes positivas das instituições investidoras concentrar seus recursos na posse de valores “líquidos”. Ela ignora que não existe algo como a liquidez do investimento para a comunidade como um todo. A finalidade social do investimento bem orientado deveria ser o domínio das forças obscuras do tempo e da ignorância que rodeiam nosso futuro. O objetivo real e secreto dos investimentos mais habilmente efetuados em nossos dias é “sair disparado na frente” como se diz coloquialmente, estimular a multidão a transferir adiante a moeda falsa ou em depreciação.

Esta luta de esperteza para prever com alguns meses de antecedência as bases de avaliação convencional, muito mais do que a renda provável de um investimento durante anos, nem sequer exige que haja idiotas no público para encher a pança dos profissionais: a partida pode ser jogada entre estes mesmos. Também não é necessário que alguns continuem acreditando, ingenuamente, que a base convencional de avaliação tenha qualquer validade real a longo prazo. Trata-se, por assim dizer, de brincadeiras como o jogo do anel, a cabra-cega, as cadeiras musicais. É preciso passar o anel ao vizinho antes do jogo acabar, agarrar o outro para ser por este substituído, encontrar uma cadeira antes que a música pare. Estes passatempos podem constituir distrações e despertar muito entusiasmo, embora todos os participantes saibam que é a cabra-cega sem assento. que está dando voltas a esmo ou que, quando a música para, alguém ficará sem assento. (Keynes *apud* Beluzzo e Galípolo, 2017, p. 62-63)

O Brasil é mais uma peça desse sistema profundamente corrompido, alimentando o

processo de acumulação e concentração de capital por intermediários financeiros e comerciais . Os dados dos vários mecanismos de transferência de riqueza da sociedade para o capital financeiro mostram magnitude dos recursos expropriados, suficientes para fomentar a economia real e, ampliar robustamente os investimentos em políticas públicas distributivas de direitos humanos e de cidadania. Não há economia e sociedade que resistam a essa sangria persistente.

A financeirização internacional assume formas particulares no Brasil por meio de um sistema de juros com taxas em proporções impressionantes. O Brasil pratica a maior taxa de juros real do mundo. Não por acaso entre as prioridades da agenda neoliberal, de privatizações e restrição de direitos implementada na década de 1990, foram a desregulamentação do sistema financeiro com a revogação, em 1999, do artigo 192 da Constituição de 1988 que, limitava em 12% ao ano a taxa de juros, e a aprovação da lei de financiamento empresarial de campanhas eleitorais em 1997.

Apesar de o Brasil ter realizado um avanço em termos do desenvolvimento de políticas distributivas com repercussões na melhoria da qualidade de vida da população se observa a partir de 2014 um quadro de ofensiva do sistema financeiro que intensificou, mais ainda, a drenagem de recursos das atividades produtivas para a especulação. A partir de 2014 essa drenagem se reflete no fato de mesmo com a paralisação do crescimento do PIB, um desemprego de 6.5%, quase pleno emprego, os intermediários financeiros mantêm um lucro na faixa de 20% mostrando que o trabalho do brasileiro é desviado das atividades produtivas para as especulativas. (Dowbor, 2015)

Uma visão panorâmica das taxas de juros praticadas tanto para pessoas físicas, jurídicas e sobre a dívida pública mostra como a extorsão é inerente a forma como está organizada a economia e afeta os três principais dinamizadores da demanda interna: consumo das famílias, os investimentos privados e públicos. O mercado externo com cerca de US\$ 185 bilhões de exportações e cerca de R\$ 600 bilhões representa em torno de 10% do PIB, significativo mas não decisivo. (Dowbor, 2015)

A média de juros praticada nos crediários é de 98,50%. Em 2014 a média de juros nos crediários era de 72,33%, e para “artigos do lar” eram de 104,89%, um verdadeiro assalto, ainda mais evidente se comparado ao juros praticado em comércio semelhante, 13,3% na Europa. Os juros para pessoas físicas, 2016, com uso de cartão de crédito e outras modalidades são pouco compreendidas pelos consumidores. Em dezembro 2016, os

intermediários financeiros cobraram 453,74% no cartão de crédito, 314, 51% no cheque especial, 31,68% na compra de automóveis. Os empréstimos pessoais em média 75%, 15 % nos bancos e 160,05% nas financeiras. Os juros para pessoa jurídica também seguem o mesmo padrão como mostra o estudo da AFENAC, uma taxa média de 74,32%. 36,39 % para capital de giro, 163,82 para conta garantida, afetando as atividades produtivas. (Dowbor, 2015)

De acordo com dados do Banco Central, em março de 2005 a dívida das famílias equivalia a 19,3% da renda familiar e em março de 2015, a dívida acumulada representava 46,5% da renda, as famílias se endividam comprando pouco. Embora esse grau de endividamento seja inferior ao de muitas economias desenvolvidas, onde os juros correspondem de 2 a 5 % ao ano. Dados do Serviço de Proteção ao Crédito revelam que em janeiro de 2017, 39% da população adulta estavam inadimplentes, afetando sua capacidade de contrair crédito e realizar compras a prazo. O relatório da Associação Nacional de Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (ANEFAC), destaca que as taxas de juros são livres e estipuladas pela própria instituição financeira, sem qualquer controle de preços ou tetos pelos valores cobrados. (Dowbor, 2015)

Os juros sobre a dívida pública constitui um imenso dreno de recursos públicos. Para efeitos comparativos se arredondarmos o PIB para R\$ 6 trilhões, 1% do PIB significa R\$ 60 bilhões. O pagamento de R\$ 600 bilhões em 2016, com juros da dívida pública significa aproximadamente a transferência de 10% do PIB ano para pagar juros da dívida que poderiam ser investidos em políticas públicas sociais distributivas, significando uma esterilização dos impostos que pagamos. (Dowbor, 2015)

4.1.2 Brasil: O desmonte da Constituição de 88: pacto democrático popular Vs. esterilização dos recursos do país pela intermediação financeira

O pacto democrático popular expresso na Constituição de 1988 é hoje confrontado pela usurpação do poder democrático pelo projeto ultra-neoliberal que liquida a Constituição de 1988, e retira o direito democrático da sociedade decidir sobre prioridades e alocação de recursos públicos.

Os avanços realizados a partir desse marco democrático da Constituição cidadã de 1988, particularmente desenvolvidos a partir de 2003, embora ínfimos, diante da magnitude de nossas ancestrais desigualdades, foram significativos como mostram os dados:

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 mostra a evolução dos indicadores nos 5570 municípios brasileiros em duas décadas, com uma base de dados de cerca de 180 indicadores, desagregados por município permitindo fazer comparações e acompanhar a evolução. O IDH Municipal passou de 0,493, *muito baixo*, para 0,727, *alto*, um salto de 48% no período. De 85,8% de municípios no grupo *muito baixo*, abaixo de 0,50 em 1991 passa a 4% de municípios em 2010. Um resultado impressionante com reflexos em qualidade de vida e saúde como o aumento da esperança de vida de 64,7 anos em 1991 para 73,9 em 2010. Na educação 54,9 % de adultos com mais de 18 anos haviam concluído o ensino fundamental frente aos 30,1% em 1991. A população entre 18 a 20 anos com ensino médio completo aumentou de 13% em 1991 para 41% em 2010. A renda mensal per capita passou de 0,647 para 0,739 no mesmo período, o que representou um acréscimo de R\$ 364,00, que em uma família de quatro pessoas significa R\$ 1384,00. (IPEA, PNUD e FJP *apud* Dowbor, 2015)

Outros dados como os retratados na pesquisa IBGE 2014 mostram mudanças como a recente conquista do acesso de 99,4% da população à energia elétrica. A generalização de equipamento domiciliar básico como a posse de uma geladeira, para 97,3% da população.

Dados gerais mostram a consistência desse processo de enfrentamento das desigualdades como a retirada de cerca de 40 milhões de pessoas da miséria, criação de quase 20 milhões de empregos formais, o maior aumento da série histórica do salário-mínimo, a ampliação da previdência, a queda da mortalidade infantil de 30 por mil nascidos vivos para 15 por mil, a política de habitação popular, o Prouni, Pronatec, a expressiva mudança no perfil do ensino superior onde 35% dos estudantes universitários são os primeiros de suas famílias a ingressarem na universidade.

Com o golpe e o retrocesso democrático o Brasil volta a trafegar em um corredor estreito e implementa uma economia de base estreita, com prioridade total para os ricos e o ódio aos pobres. Quando se compara as poucas dezenas de bilhões que representa o Bolsa Família, investimento nas pessoas, e os 500 bilhões transferido para rentistas torna-se insustentável o argumento de responsabilização das políticas públicas distributivas pela crise fiscal do país.

A agenda antidemocrática imposta ao país, baseada no programa do PMDB, *Uma Ponte para o Futuro*, derrotado nas urnas, interrompe o incipiente processo de afirmação de políticas distributivas, violenta a soberania nacional com propostas como: a EC nº 95 do teto aos gastos públicos com congelamento por 20 anos dos orçamentos para as políticas públicas de saúde, educação; as contrarreformas trabalhista e da previdência, com retirada de direitos dos trabalhadores; a destruição da CLT a universalização da precarização radical do trabalho com a lei das terceirizações; o ataque a soberania nacional com venda de riquezas nacionais como o Pré sal, a privatização generalizada da água, a autorização de venda de terras a estrangeiros e a interdição do processo de reforma agrária, questões chaves relacionadas a três dimensões fundamentais da soberania nacional: alimentar, hídrica e energética (Dulci, 2016).

Com a aprovação da emenda constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que limitou o aumento global do dispêndio público a sua correção monetária em decorrência da inflação, sinistramente na mesma data que foi assinado o AI 5 da ditadura militar em 1968 – que suspendeu as garantias constitucionais e conferiu poderes extraordinários ao Presidente da República – encerra-se um ciclo de conquistas sociais iniciado em 1988. Fagnani (2017) alerta para a explosão das desigualdades pela asfixia financeira a drenar qualquer possibilidade de investimento social. Realiza-se assim, o sonho do projeto ultraneoliberal que sempre considerou insustentável a Constituição de 1988 com o argumento de que os direitos sociais *não* cabiam no orçamento.

Para Fagnani (2017) a atual agenda de regressão da cidadania social é o desfecho do longo processo de reação às conquistas sociais da Constituição de 1988.

a natureza da cidadania no Brasil é o avesso de outras experiências nacionais, como a Inglaterra (Marshal, 1967), por exemplo, onde os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais foram consagrados nos séculos 18, 19 e 20, respectivamente.

Aqui, ironicamente, os direitos sociais precederam os demais (Carvalho, 2001), emergindo a partir de 1930 e inaugurando uma longa etapa de “cidadania regulada” (Santos, 1979) pelo Estado patrimonialista¹³ que excluía a totalidade das classes subalternas do campo e a esmagadora maioria dos que habitavam as cidades. É nesta perspectiva histórica que se compreende o período 1988-2015 como um ciclo inédito de democracia, ampliação dos espaços públicos e avanços na construção da cidadania social.

13 A crítica do conceito de Estado patrimonialista realizada por Jessé de Souza é abordada mais adiante neste trabalho.

Aos trancos e barrancos, abriram-se brechas para que o processo civilizatório avançasse moderadamente. Hoje, está claro que esse foi um ciclo improvável, quase um devaneio, por caminhar na contramão da concorrência capitalista sob a dominância das finanças; por menosprezar as travas do passado; e, sobretudo, por ousar arrancar o status quo social secularmente dominado pelos donos do Brasil.

[...] as reações contrárias começaram ainda em 1988. É emblemática, quanto a isso, a tese do “país ingovernável”, esgrimida pelo presidente da República, José Sarney (1985-90) na luta para tentar impedir, a qualquer custo, que a Assembleia Constituinte aprovasse o capítulo sobre a Ordem Social, que foi afinal aprovado.

O processo de resistência prossegue na tentativa de contrarreformas no governo Fernando Collor de Mello (1990-92), a título da revisão da Constituição de 88, prevista para 1993, mas frustrada pelo seu *impeachment*. No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), se aprofunda com a centralidade das reformas neoliberais de ajuste fiscal e Estado mínimo com a lógica de políticas focalizadas para os mais vulneráveis como única política social possível. As iniciativas de enfrentamento das desigualdades foram travadas com políticas como a desestruturação do mercado de trabalho; retirada de direitos trabalhistas; desvio e captura de fontes de financiamento de políticas sociais, como o descumprimento dos preceitos constitucionais na Seguridade Social; privatização das políticas sociais como saúde, previdência, educação e saneamento, fortalecimento do agro negócio com concentração da propriedade rural. (Fagnani, 2017)

O chamado “Novo Regime Fiscal” (PEC 55) cria, por 20 anos, um teto para crescimento das despesas vinculado à inflação. Nesse sentido, ele “constitucionaliza” a “austeridade” sobre o gasto social até 2036. O propósito é reduzir a despesa primária do governo federal, de cerca de 20% para 12% do PIB entre 2017 e 2036, aproximando o Brasil do patamar de gastos realizados por diversos países africanos. Segundo o documento Austeridade e Retrocesso (2016), como o gasto previdenciário tende a crescer pela dinâmica demográfica, independente da reforma em curso, o cumprimento do “teto” requer que os investimentos e todos os demais gastos da União encolham de 8% para 3% do PIB nos próximos 20 anos.

Estes aspectos são ressaltados por Rossi e Dweck:

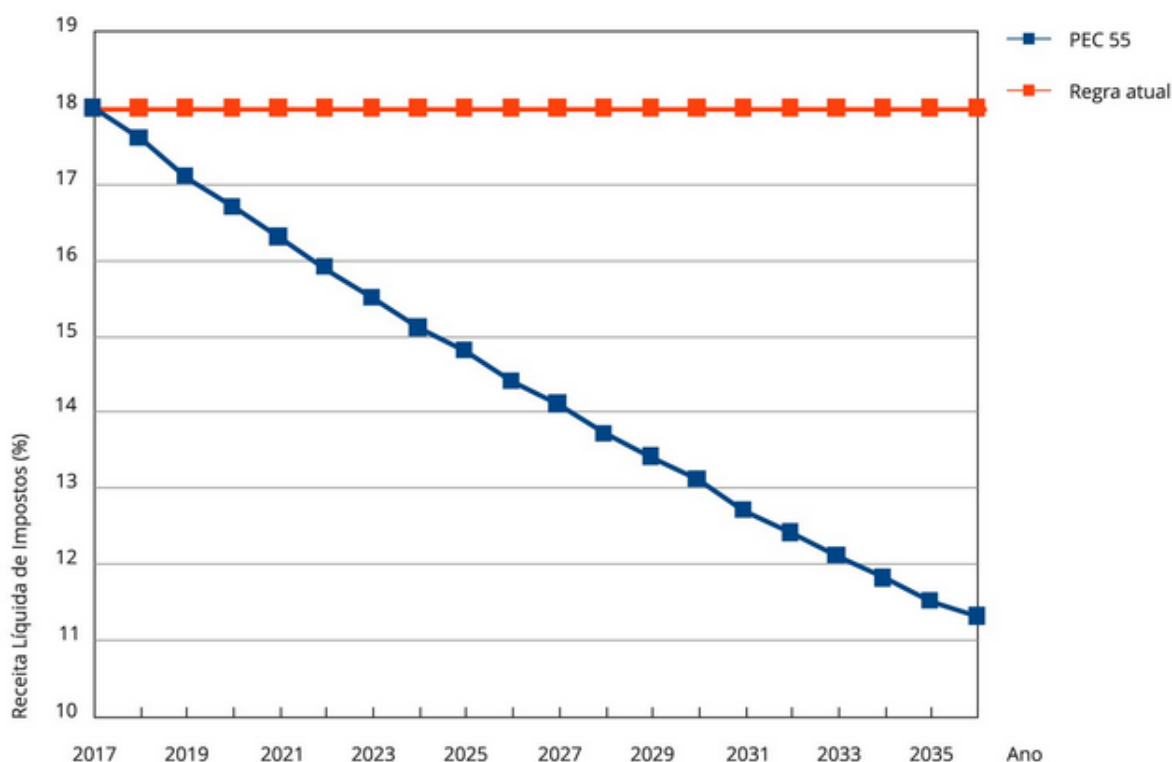
No Brasil, o mínimo para os gastos públicos com educação, estabelecido pelo Artigo 212 da Constituição Federal, é de 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI). Já o mínimo para a saúde foi modificado recentemente por meio da Emenda Constitucional 86, que estabelece um percentual da Recente Corrente Líquida (RCL)

de forma escalonada, 13,2% da RCL em 2016, 13,7% em 2017, 14,2% em 2018, 14,7% em 2019 e 15% a partir de 2020.

Já a PEC 55 prevê que em 2017 o gasto com educação será 18% da RLI, o gasto com saúde será 15% da RCL e, a partir de então, ambos terão como piso o gasto em 2017 reajustado pela inflação. Ou seja, [...] ao longo do tempo o valor mínimo destinado à educação e saúde cai em proporção das receitas e do PIB. [...] [O] mínimo para educação seria de 14,4% da RLI em 2026 e 11,3% em 2036, e no caso da saúde o mínimo seria de 12% da RCL em 2026 e 9,4% em 2036. Vale notar que, apesar da PEC oferecer um mínimo maior em saúde para 2017 e 2018, desde 2014 o governo já vem destinando mais de 15% da receita líquida para a saúde. (Rossi e Dweck, 2016, p. 2)

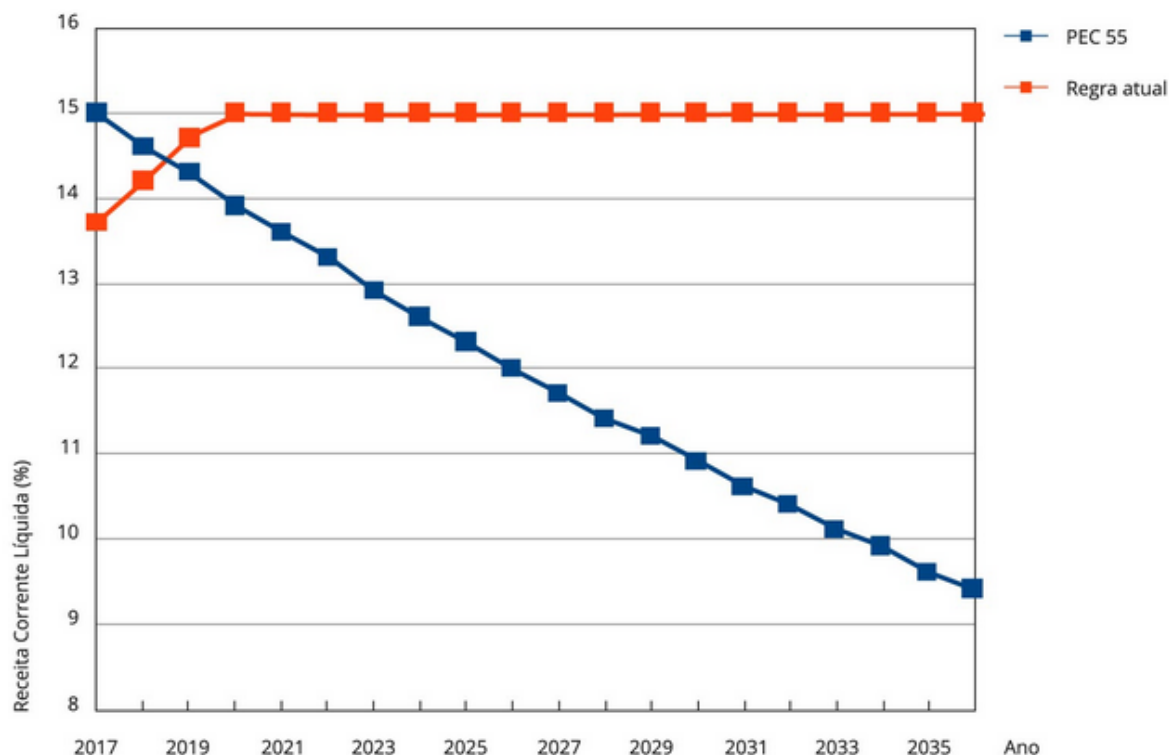
Estes dados apresentados por Rossi e Dweck podem ser melhor visualizados nos gráficos 3 e 4, de autoria dos mesmos, apresentados abaixo.

Gráfico 3 – Evolução do percentual de receita corrente líquida destinado para educação (2017-30)



Fonte: Rossi e Dweck (2016)

Gráfico 4 – Evolução do percentual da receita corrente líquida destinado para a saúde (2017-30)



Fonte: Rossi e Dweck (2016)

Beluzzo e Galípulo (2017) demonstram que os juros nominais pagos sempre superam em muito não apenas os orçamentos de qualquer política pública, inclusive saúde e educação, como também o alardeado deficit da previdência.

Importante ressaltar que a Constituição de 1988 estabelece a elaboração de três orçamentos: Fiscal, da Seguridade social e de investimentos nas estatais. No entanto, na execução orçamentaria, os dados do orçamento Fiscal e da Seguridade são consolidados em um único resultado de receitas e despesas.

O estudo da economista Denise Lobato Gentil (2015) aponta que um dos principais desvios dos recursos da Seguridade Social é o pagamento de juros da dívida pública e mostra que se essas receitas fossem destinadas a Seguridade Social o orçamento seria amplamente superavitário, mesmo com as desonerações tributárias realizadas nos últimos cinco anos: R\$ 56,7 bilhões em 2010, R\$ 78,1 bilhões 2012, R\$ 56,4 bilhões em 2014, e R\$ 20,1 bilhões em 2015.

Como analisa Vianna (2017) a expressão reforma da previdência “fomenta visões equivocadas e fetichiza como verdade geral concepções particulares”. Ao tratar acriticamente

o assunto encobre o fato de que há várias reformas possíveis como as que visem ampliar a cobertura previdenciária como ocorreu no Brasil com empregados domésticos.

A Seguridade Social é fundamental para construção de políticas públicas distributivas e, reconhecendo a relevância do enfrentamento das desigualdades, a “Associação Internacional de Seguridade Social com cerca de 400 associados, definiu o enfrentamento das desigualdades como um dos desafios centrais da seguridade social no mundo”. (Vianna, 2017, p. 3).

Em sua análise Vianna indica que o

desmonte real da Seguridade se inicia em 1990 com a aprovação pelo Congresso das diferentes leis orgânicas da Saúde (1990), e da Previdência (1991) e Assistência Social (a Loas – Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993). Cada área foi para um ministério ou órgão específico e as receitas deixaram de ser, na prática, receitas de seguridade para serem receitas da previdência, da saúde, da assistência. Voltou-se a uma situação pré constitucional: benefícios só podem ser pagos com receitas previdenciárias. Ou seja, com receitas oriundas de contribuições dos empregadores sobre a folha salarial e dos empregados, incidentes sobre os salários. Se o desemprego aumenta, se a informalidade prevalece, as receitas despencam. (Vianna, 2017, p. 7)

O retrocesso foi agravado com a legislação que determinou que a arrecadação do INSS seria apenas sobre as contribuições dos salários e folha salarial. As demais contribuições seriam arrecadadas pela Receita Federal e canalizadas para o Tesouro Nacional criando uma falsa percepção do socorro do tesouro à previdência quando na realidade são receitas da seguridade criadas pela Constituição. (Vianna, 2017)

Vianna também contesta a falácia do discurso oficial ao expor vários mecanismos redutores das receitas da Seguridade que, omitidos, contribuiriam para criar o fetiche do rombo da previdência, pela opacidade dessas informações. Estudos mostram que em 2015 a seguridade apresentou saldo positivo de R\$ 11 bilhões, como o da ANFIP que soma todas as receitas constitucionalmente estabelecidas para a Seguridade (COFINS, CSLL), deduzindo todas as despesas com saúde e assistência social. Mesmo sendo menor ao de 2014 (R\$ 53,8 bilhões) ainda assim é um superávit.

Na narrativa do rombo da previdência são ignorados os vários mecanismos redutores de recursos da previdência como: Desvinculação das Receitas da União (DRU) que significou

em 2014, R\$ 63 bilhões, a desoneração de impostos e contribuições sociais e folha de pagamentos das empresas que totalizaram R\$280 bilhões em 2015, sendo do orçamento da Seguridade usurpado R\$ 157 bilhões. Outra distinção não mencionada pelo governo é entre o regime Geral da Previdência Social, universal, e o que atende os trabalhadores da iniciativa privada.¹⁴

Lavinas (2015, p. 44) mostra que “em 2013 pouco mais de 50% do orçamento da Seguridade Social provinha de tributação indireta, que incide sobre toda a população (os demais 47% sendo formados por contribuições previdenciárias)”. O financiamento da saúde no Brasil provém de um conjunto de tributos que incidem majoritariamente sobre o consumo, que penaliza mais os de menores rendimentos.

A iniquidade inerente a proposta de reforma mostra que trata-se de uma verdadeira implosão da previdência, no tom autoritário, preconizado pela doutrina do choque de Milton Friedman, que visa, com argumentos sem comprovação, impor mudanças estruturais de forma rápida de forma a desorientar e aplacar resistências. A explosão das desigualdades decorrente de medidas como a contribuição por 49 anos para se aposentar; a idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e mulheres que ignora a realidade brasileira e o necessário tratamento diferenciado à mulheres, ainda submetidas a uma jornada dupla de trabalho e a toda sorte de discriminações. Outra iniquidade é a elevação da carência mínima para concessão do Benefício de prestação Continuada (BPC) para idosos, portadores de deficiências, os socialmente mais vulneráveis com renda de *per capita* de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Outras medidas mostram a extensão das perdas para as trabalhadoras/es como a elevação da idade mínima para recebimento do benefício da assistência social para 70 anos, acima da expectativa de vida da população mais pobre, fixação de valores da pensão por morte abaixo do salário-mínimo, redução geral dos valores de aposentadorias independente do tempo de contribuição. Vale ressaltar, como Vianna (2017), que atualmente 53% das aposentadorias no Brasil são por idade – 65 para homens e 60 para mulheres no meio urbano, e 60/55 no meio rural e, apenas 29% por tempo de contribuição e 18 % por invalidez.¹⁵

Noronha (2017c) nos lembra que das 16 milhões pessoas identificadas pelo governo em situação de pobreza extrema, 7,2 milhões de pessoas (47%), estavam no campo, o que de

¹⁴ Mais detalhes, ver Vianna (2017).

¹⁵ Esses percentuais se encontram no Anuário Estatístico da Previdência (Aeps) de 2013. O último Aeps de 2015, não menciona dados comparáveis. Apenas esclarece que 71% dos beneficiários ativos eram devidos a beneficiários com 40 anos ou mais. (Vianna, 2017)

acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010 representava um percentual de 8,39% da população em situação de miséria, desagregando os dados urbano e rural, teríamos 5,27% da população urbana em situação de pobreza extrema e, 25,27% da população rural. Este contraste seria ainda mais expressivo sem a previdência rural, pois há evidências que o regime instituído pela Constituição de 1988 permitiu que muitos trabalhadores rurais escapassem da linha da pobreza, além de conter o êxodo rural e impactar a economia dos pequenos municípios, a maioria no Brasil.

É justamente neste benefício ao “produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar” que o governo pretende mexer, e os impactos podem ser bem maiores do que se anuncia. A necessidade de contribuição formal à previdência na prática levará estes trabalhadores a situação em que se encontravam pré constituinte. Assim, as alternativas imediatas ao trabalhador que não pretende trabalhar até morrer será buscar emprego no agronegócio, que não será capaz de absorver a todos, ou abandonar o campo, o que poderá gerar um aumento no êxodo rural.

Deste modo, o agricultor familiar e o assentado da reforma agrária terão desincentivos a trabalhar em suas propriedades de forma a garantir algum tipo de aposentadoria. É importante destacar que este setor ocupa 24,3% da área agricultável, produz 70% dos alimentos consumidos e emprega 74,4% dos trabalhadores rurais. De forma cruel, a reforma da previdência poderá promover a desestruturação das cadeias ligadas à reforma agrária e à agricultura familiar em favor do agronegócio empresarial. (Noronha, 2017c)

Outro ponto crítico da agenda do golpe é a interdição do processo incipiente de reforma agrária um palco de lutas populares históricas.

A Comissão Pastoral da Terra em publicação de abril 2017 *Conflitos no Campo no Brasil* registra um aumento de 26%, de 2015 para 2016, na violência no campo. Os dados mostram que de 1985 à 2016 pelo menos 1834 pessoas foram assassinadas. Nesses 32 anos apenas 112 casos foram julgados com 31 mandantes e 92 executores condenados e com absolvição de 14 mandantes e 204 executores. Dos 31 mandantes condenados nenhum está preso. A violência recrudescer e no breve período entre 19 de abril e 01 de maio 2017 três chacinas abalaram o campo brasileiro. A barbárie da chacina de Taquaruçu do Norte, Mato grosso, em 19 de abril, onde o grupo foi amarrado e assassinado com golpes de facão e tiros, tendo um deles a orelha decepada, um ritual macabro de crueldade que expressa o ódio aos

pobres a impunidade reiterada dos executores, e o uso de todos os meios para impedir a democratização da propriedade rural. (Noronha, 2017b)

Essa violência se expressa em projetos de lei como o da Reforma Trabalhista Rural (PL 6442/2016) de autoria do deputado Nilson Leitão (PSDB –MT), que preside a Frente Parlamentar da Agropecuária, que permite a remuneração de qualquer espécie, pagar o salário com moradia e alimentação, um retorno à escravidão. O projeto ainda tem repercussões sobre itens de proteção a saúde e segurança do trabalhador, estendendo a jornada de trabalho de acordo com a necessidade do patrão. Se aprovado tornará facultativo banheiro, água potável e local de descanso para frentes de trabalho de “difícil acesso”, e ainda tramita no Congresso Nacional três propostas para reduzir o conceito de trabalho escravo. (Noronha, 2017b)

Mais uma expressão da assimetria de tratamento e o dreno de recursos públicos das políticas distributivas de cidadania:

Os latifundiários são um dos principais grupos de devedores da União. Há mais de 4 mil pessoas físicas e jurídicas proprietárias de terras com dívidas acima de 50 milhões de reais. Entre os 50 maiores devedores, apenas pelo nome da pessoa jurídica, encontramos ao menos 11 ligados ao setor agropecuário, todos com dívida individual superior a 1,48 bilhão. (Noronha, 2017a)

Além do impactos das propostas das contrarreformas da previdência e trabalhista sobre as trabalhadoras /es do campo, outros acordos foram estabelecidos com a chamada bancada ruralista, como a revisão do licenciamento ambiental, da demarcação das terras indígenas e da regulação da compra de terras por estrangeiros.

A legislação brasileira em vigor, Lei 5 709/1971,impões limites sobre a compra de terras por estrangeiros e para empresas brasileiras com controle acionário estrangeiro. O artigo 190 da Constituição de 1988 que trata do assunto nunca foi regulamentado e em 1998 a Advocacia-Geral da União (AGU) abriu possibilidade para a compra de estrangeiros. Esse entendimento foi revisto em 2010 por solicitação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA) que resultou na manutenção das restrições em novo parecer da AGU.

A venda de terras a estrangeiros agora retomada tem graves consequências para o país não só para a soberania nacional, pressões sobre a dinâmica de preços das terras, sobre a reforma agraria, agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

A política pública de saúde é uma das políticas estratégicas para enfrentamento das desigualdades. O impacto da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, agravará o já crônico subfinanciamento da saúde decorrente da não implementação das fontes de financiamento aprovadas na Constituição (as da seguridade, os impostos gerais e contribuições previdenciárias). Este subfinanciamento é consequência dos embates políticos e reação às conquistas sociais da Constituição de 88 iniciadas naquele ano com a tese como do ‘país ingovernável’ apregoada por Sarney (1985-90).

Noronha et alli (2017) mostram a brutal estratificação social no que se refere aos cuidados de saúde. Cerca de 80% das pessoas cobertas por planos de saúde (25%) da população ganham mais de 20 salários-mínimos mensais a maior parte dos planos é contratada por empregadores cuja contribuição é repassada ao preço final do produto ou serviço, portanto paga pelo consumidor final e como benefício não é tributada como rendimento pelo trabalhador. A parte paga pelo trabalhador e pelos que contratam planos individualmente é deduzida da renda bruta para efeitos de tributação, o que configura simultaneamente uma renúncia de arrecadação e um imposto ao consumo oculto. O tamanho da receita total das operadoras de planos de saúde em 2015, foi de R\$ 143 bilhões, 1,4 vezes superior ao orçamento executado pelo Ministério da Saúde. (Noronha et alli, 2017)

Bahia (2017) mostra que o crescimento das receitas das empresas de planos de saúde (2001-2016) foi significativamente superior ao PIB e à inflação e manteve-se estável mesmo quando houve queda do número de clientes. Segundo a ANS, cerca de 1,4 milhão de pessoas deixaram de ter plano de saúde entre maio de 2015 e maio de 2016 (Leal, 2016). Os planos empresariais coletivos foram os mais impactados devido ao aumento do desemprego. O volume dos recursos financeiros das empresas de planos e seguros tem significado uma ativa atuação na definição de políticas públicas.

Outra iniciativa para o desmonte do sistema público de saúde é a Lei dos Planos de saúde (Lei 9656/98) que pretende mudanças na legislação de acordo com interesses de empresários do setor e parlamentares alinhados. A mudança na legislação pretende proibir a aplicação do Código de Defesa do Consumidor(CDC) aos contratos de planos de saúde, autorizar a venda de planos populares ou acessíveis, acabar com ressarcimento ao SUS quando um paciente de plano é atendido na rede pública (Lei (,656/98), liberação total de reajustes de planos individuais que obedecem hoje ao teto da inflação, transformar em máximo o rol mínimo de itens de cobertura. Esse conjunto de propostas representam uma

política ostensiva de transformação da saúde de bem público em negócio privado, iniciativa patrocinada pelas empresas de seguro-saúde, um dos grandes grupos financiadores de parlamentares no Congresso Nacional.

A tentativa de desmonte do Sistema Único de Saúde, um patrimônio social da população brasileira terá impactos severos sobre saúde e qualidade de vida da população brasileira. O direito universal à saúde é uma política pública estratégica para o enfrentamento de nossa persistente desigualdade, e uma prioridade nacional para o desenvolvimento e afirmação de um Estado Social aprovado na Constituição de 1988. Dados mostram que a fragilidade e a falácia da retórica de que sistemas públicos de saúde gastam mais do que os sistemas privados da saúde.

Tabela 1 – Gasto em saúde como percentual do PIB para os países do G-7.



Fonte: OCDE (2017).

Como pode ser observado na Tabela 1. Os EUA, embora tenham o maior gasto em saúde como percentual do PIB, o divide quase igualmente entre público e privado. Por outro lado, os países com sistemas universais, como o Reino Unido ou Canadá, mesmo com a maior parte do dispêndio em saúde sendo público, efetuam um gasto público menor que os EUA e ainda assim conseguem um atendimento universal para sua população, o que não ocorre no sistema estadunidense extremamente estratificado.

O grande objetivo dessas contrarreformas é o desmonte do Estado Social via a armadilha da dívida pública, um mecanismo ostensivo de redistribuição oligárquica com aprofundamento das desigualdades pela destruição dos direitos sociais e humanos de cidadania.

Como comentam Beluzzo e Galípolo (2017, p.171)

Dizem as fórmulas que o equilíbrio de relação entre dívida e PIB exige que o PIB nominal cresça à mesma taxa que a dívida nominal. Em caso de evolução insuficiente do PIB, para evitar a majoração fatal, ensina a aritmética, é preciso

impedir o crescimento do numerador (dívida) a uma velocidade superior a do denominador (PIB nominal).

Entretanto, Noronha et alli questionam o argumento de que há um endividamento insustentável que corroboraria com altas taxas de juros.

Desconsideram exemplos como o do Japão que possui justamente a maior relação dívida/PIB do mundo (TRADING ECONOMICS, 2016A) e a menor taxa de juros do planeta (TRADING ECONOMICS, 2016B). Sustentam que o endividamento em cerca de 70% do PIB comprometeria o crescimento econômico. Não contam que [...] o estudo (de Reinhart e Rogoff) que sustentava essa retórica demonstrou-se um dos grandes erros da economia moderna. Ainda que se considerassem válidas as conclusões do estudo, o patamar de endividamento não alcança o limite no qual haveria impacto negativo no crescimento (CASSIDY, 2013; O'BRIEN, 2013; HERNDON ET AL., 2013). (Noronha et alli, 2017, p. 14)

Ainda assim, Beluzzo e Galípolo (2017, p.171) continuam,

[...] em 2014 a relação dívida/PIB era de 57,2%. Em 2015 a dívida bruta cresceu quase 21%, saltando para os indigitados R\$ 3,927 trilhões. O crescimento nominal do PIB foi de 3,8%, alcançando o valor de R\$ 5,904 trilhões. A dívida deveria estacionar em R\$ 3,377 trilhões para manter a mesma proporção em relação ao PIB de R\$ 5,904 trilhões em 2015, ou seja, encolher a dívida em R\$ 550 bilhões, equivalente a 9,3% do PIB ao final do período.

Para ilustrarmos a inexequibilidade desse esforço, citamos novamente os valores que [o] orçamento original destinou em 2015 aos ministérios da educação (R\$ 103 bilhões), da saúde (R\$ 121 bilhões), do desenvolvimento social (R\$ 75 bilhões), dos transportes (R\$ 20 bilhões). Somados ao déficit da previdência (R\$ 86 bilhões), os gastos chegariam a R\$ 405 bilhões. Fossem os recursos destinados ao pagamento de juros de R\$ 502 bilhões ainda faltariam quase R\$ 100 bilhões para fechar a conta.

Ademais, Noronha (2017d) coloca três pontos fundamentais à discussão:

O primeiro é de que nem sempre é um problema existir déficit na previdência, pois o resultado fiscal do governo é menos relevante que o resultado econômico (inflação e emprego). O segundo, admitindo os argumentos do déficit, é que se trata de um sistema de seguridade social e que este, conforme professora Denise Lobato Gentil já demonstrou, é superavitário. Em terceiro lugar, [...] para debater com quem quer tratar o problema da previdência como uma conta à parte, [...] teríamos que discutir sonegação fiscal, desvios de recursos previstos para a previdência e a informalidade no mercado de trabalho no Brasil, seria possível se falar em déficit da previdência resolvidas estas questões?

No que toca a Reforma tributária, não há proposta para correção da injustiça fiscal brasileira. A sempre adiada reforma tributária é sem dúvida uma das políticas estratégicas para o enfrentamento das desigualdades na perspectiva da democratização do acesso à riqueza socialmente produzida. A matriz tributária brasileira regressiva é altamente iníqua sendo um processo de transferência de renda de quem menos tem para os mais ricos, o que amplia a inadmissível desigualdade e concentração de renda no Brasil. Em matéria jornalística de Schreiber (2014), Piketty comentou que o Brasil foi um dos poucos países onde não conseguiu acesso aos dados da Receita Federal para seu trabalho sobre desigualdades no mundo.

Medeiros et alli (2015) ao analisarem os dados da Receita Federal, utilizando metodologia desenvolvida por Piketty, concluíram que os 5% mais ricos da população detinham 44 % da renda do país em 2012.

Estudos de Gobetti e Orair (*apud* Fagnani, 2017) mostram que nos países da OCDE os impostos sobre a renda e a propriedade são a principal fonte de financiamento estatal, em média 13,4 % do PIB e a tributação sobre bens e serviços é inferior a um terço da carga (11,2% do PIB). No Brasil quase metade da carga tributária é oriunda de impostos sobre bens e serviços (15,4% do PIB) e os impostos sobre a renda e a propriedade não chegam a um quarto do total (8,1 % do PIB).

A esse conjunto de iniciativas concentradora de renda com o desmonte da legislação trabalhista, dos direitos previdenciários, dos direitos sociais de cidadania, diminuição do aumento do salário-mínimo, se acresce a diminuição e desvio do papel dos bancos públicos, como fomentadores do desenvolvimento do país, constitui a entrega à elite de ferramentas e canais de apropriação de renda da sociedade para o projeto de concentração oligárquica e consequente agravamento das desigualdades.

Esse processo de desmonte dialoga com as reflexões de Pureza sobre a crise como política e a democracia truncada:

A crise como política tem um horizonte: fazer da tarefa interminável de reduzir a zeros o déficit das contas públicas o fundamento de um estado de exceção permanente que legitime a redução do espaço da democracia. A política da crise é exatamente essa de estreitar o campo da democracia econômica, social e cultural e de a limitar ao domínio do político formal, tantas vezes confinado à pura liturgia e à competição eleitoral.

O esvaziamento e a descaracterização dos serviços públicos como pilares de uma democracia não meramente nominal está pois no âmago da crise como política. Saúde, educação e ciência, segurança social e cultura são apenas quatro domínios de refração dessa dinâmica de truncagem da democracia (Pureza, 2015b, p. 108-109)

4.2 Golpe parlamentar: Democracia usurpada, desigualdade *versus* moralidade

Para compreensão do processo de golpe no Brasil iremos nos apoiar, inicialmente, nas reflexões de Wanderley Guilherme dos Santos (2017). Santos parte da tese de que os golpes contemporâneos pertencem a futuros previsíveis do desenrolar democrático e considera fundamental para o entendimento dessas erupções golpistas realizar o que chama de excursão por aspectos cruciais da história e do presente da democracia.

Nesse ‘*espírito expedicionário*’ Santos demarca as distinções entre sociedades oligárquicas e sociedades democráticas:

Eis uma das cruciais distinções entre sociedades oligárquicas e sociedades democráticas. É antes de tudo absolutamente fundamental a liberdade de debate, argumentação e livre manifestação de ideias em sociedades de grandes números, na exata medida em que a teoria-prática que constitui diariamente a comunidade está dispersa por milhares de indivíduos. Em outras palavras, erros e acertos sobre o que vai pelo mundo distribuem-se de modo mais aleatório do que supõem os acadêmicos. Freios impostos pela necessidade de ação coletiva garantem, sempre precariamente, em calendário histórico, que a dosagem de compulsão no comportamento singular de cada cidadão seja tolerável. Ao contrário, em sociedades oligárquicas, ou nas quais o processo democrático tenha sido truncado, a taxa de coação jurídica, policial ou militar, é comparativamente bem mais elevada. Compreender da forma adequada a diferença entre sociedades de oligarquias representativas e sociedades de democracia representativa, contribui para a percepção da sutileza de formas incompatíveis de violação da competição democrática. (Santos, W. G., 2017, p. 25)

As instituições representativas, como comenta Santos, só começam a germinar a sério nos séculos XVII e XVIII, quando sua versão oligárquica adquire centralidade durante o século XIX. A democracia representativa é a segunda versão das instituições representativas. Santos adota uma definição minimalista de “democracia representativa”, no sentido “de tornar perceptível a dinâmica acelerada que fez dela a forma hegemônica de organização política no

mundo contemporâneo” (Santos, W. G., 2017, p.25).

Sendo essa sua definição:

- 1.competição eleitoral pelos lugares de poder, a intervalos regulares, com regras explícita, e cujos resultados sejam reconhecidos pelos competidores;
- 2.participação da coletividade na competição se dê sob a regra do sufrágio universal, tendo por única barreira o requisito de idade limitrofe. (Santos, W. G., 2017, p. 25)

Para ele a primeira condição separa

as democracias representativas de tentativas de democracias diretas, que geralmente terminam em ditaduras pessoais. A segunda introduz critério de distinção severo entre oligarquia representativa e democracia representativa. Para ele o reconhecimento solitário da primeira condição é responsável pelo equívoco reiterado na historiografia política do mundo moderno de atribuir às oligarquias representativas do século XIX a denominação de ‘democracia’. O voto direto só foi introduzido em cinco países antes de 1850, em oito países entre 1871 e 1901, e em outros cinco entre 1901 e 1931 (Santos, W. G., 2017, p. 26)

As barreiras à participação – gênero, raça, idade, religião, educação, e estado civil – correspondente ao segundo requisito democrático, reduziam os eleitores desses países a cerca de 10%, no máximo 20%, da população no fim do século XIX. A democracia representativa só será considerada quando se atende a exigência de participação universal, existindo somente a barreira da idade mínima. (Santos, W. G., 2017, p. 26-27)

Houve sólida resistência conservadora-oligárquica à queda de barreiras que interditavam a ampliação da participação, tornando mais acirrada a competição pelo poder político. Esse processo de evolução das instituições representativas até a substituição da versão oligárquica pela democrática foi difícil. Em todos os países, o voto feminino foi o último bastião da oligarquia representativa contra a universalização do direito à participação política. Em amplo levantamento sobre história eleitoral Santos constata que somente Brasil, Chile e Peru mantiveram a exclusão dos analfabetos da vida eleitoral depois da queda das demais barreiras. Embora o Brasil tenha aprovado o voto feminino em 1932, duas ditaduras (1937-1945, 1964-1985), impediram o exercício desses direitos a todas as mulheres e homens. (Santos, 2017, W. G., p. 27-29)

Só a título de ilustração nos Estados Unidos o processo de conquista do voto feminino foi marcada por lutas e conflitos que mostram diferenças raciais para além das de gênero

amplamente discutido na obra referencial de Davis (2016), *Mulheres, Raça e Classe*. Um dos momentos marcantes dessa trajetória de lutas foi o memorável pronunciamento, “Eu não sou uma mulher”, de Sojourner Truth (2014), ex-escrava, na Convenção pelos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, em 1851:

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.

Como analisa Santos a democracia representativa constitui portanto um *modus vivendi* de instalação recente. Nesse breve período de hegemonia que Santos considera caber estudar a evolução das condições de estabilidade, seja com mudanças recomendadas pela prática do modelo, como os episódios de turbulência e interrupções ilegais. Às conhecidas intervenções militares e às substituições inconstitucionais de governo Santos considera plausível acrescentar o que se designa como “golpe parlamentar”, em outras palavras, “uma substituição fraudulenta de governantes orquestrada e executada por lideranças parlamentares” (Santos 2017, W. G., p. 31).

Em golpes parlamentares é a reação dos derrotados, pela não aceitação da derrota, que violenta o princípio das garantias mútuas, pressuposto da estabilidade democrática, quebrando

as regras da competição. Embora há muitos interesses ativamente envolvidos fora do Congresso nos acordos que antecedem o golpe é ali que ele se realiza.

Um truque esperto pois vale-se de mecanismos de operação normal das instituições em favor de objetivos ilegítimos. Golpes parlamentares indicam uma modalidade de ruptura de governo, sem explícitas alterações legais, a que estão expostos todos os governos regularmente eleitos, parlamentaristas ou presidencialistas. (Santos, W. G., 2017, p. 32)

Para Wanderley Guilherme dos Santos (2017, p. 32) há semelhanças e distinções entre os golpes de 1964 e 2016:

As semelhanças: a repetição do padrão de reação a participação popular na vida pública e rejeição a políticas de acentuado conteúdo social e enfrentamento das desigualdades e a denúncia de corrupção sistêmica, sempre reiterada pela política conservadora.

O tema da corrupção – como mostram vários autores, Souza (2016), Wanderley Guilherme dos Santos (2017) – sempre foi uma retórica utilizada para ocultar a reação das elites brasileiras escravocratas e subalternas frente as derrotas eleitorais para projetos de cunho democrático popular e afirmação de políticas de cunho social, de soberania nacional como os exemplos de criação do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, da Petrobrás, a política de salário-mínimo, (aumento de 100% do salário-mínimo em 1953), lei controle de remessas de lucros de empresas estrangeiras. A mesma retórica foi utilizada contra Juscelino sendo até aventada à época por Carlos Lacerda a ilegalidade de sua vitória por ter recebido votos de comunistas, cujo partido (PCB) estava na ilegalidade. As denúncias de corrupção são novamente utilizadas como parte das justificativas, junto à bandeira do anticomunismo, para a derrubada de João Goulart. O ponto comum entre os golpistas é a rejeição a um progresso econômico com políticas distributivas e direitos de cidadania.

Souza (2016, p. 112) comenta que em toda a história republicana “o mote da corrupção é sempre usado como arma letal para o inimigo de classe da elite e seus aliados”. Como ressalta, isso sempre ocorre toda vez que se pratica políticas de inclusão dos setores marginalizados, com menor participação no orçamento dos endinheirados e aumento relativo do salário dos trabalhadores, ou quando o Estado conduz políticas de desenvolvimento de longo prazo. “A ideia é que a riqueza do país já tem dono, ou seja, ela é privada e deve ser privatizada. São esses os dois crimes que estão, verdadeiramente por trás de toda manipulação da corrupção brasileira” (Souza, 2016, p. 112)

Além da diferença essencial entre os golpes de 1964 e 2016, relativa a técnica adotada, o golpe parlamentar, Wanderley Guilherme dos Santos (2017) considera que há algo mais em 2016 do que o medo anticomunista de 1964 e também algo menos. O pavor irracional ao comunismo é o ausente atual porque o fantasma do anticomunismo já não mobiliza como antes, as menções à Cuba não se comparam com a proporção que adquiriu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em 1964. O que há a mais é o repúdio visceral as políticas distributivas de enfrentamento das desigualdades. Outra distinção que Santos pontua entre o golpe de 2016 e o de 1964 diz respeito a infraestrutura da política, subdesenvolvida em 1964 em comparação ao que denomina a *ecologia da competição* expressa em três indicadores poderosos: o grau de urbanização, o tamanho do eleitorado e a extensão da mobilização popular.

O grau de urbanização em 1960 estava em torno de 40%, a exceção do sudeste com 57%, frente a 84% em 2010, com índices de 93% no sudeste. Uma população, em 2010, de 195 milhões comparados aos 73 milhões em 1962. Expresso no processo que denomina de *conversão cívica* durante as décadas de 1970-1980, o aumento do eleitorado é proporcionalmente maior que o aumento da população, em 1962 o número de eleitores era de 18.522.260 e aumenta para 135.604.041 em 2010. Os dados de proporção do eleitorado e população por regiões nos anos de 1962 e 2010 são reveladores; Norte, 23% e 62%; Nordeste, 21% e 69%; Sudeste 51% e 72%; Sul, 26% e 79%; Centro-Oeste, 24% e 71%. (Santos, W G., 2017)

Wanderley Guilherme dos Santos (2017) observa também mudança na mobilidade eleitoral brasileira entre 1962 e 2010 nos dados de comparecimento eleitoral. Em 1962, a abstenção alcançou 20%, os brancos, 15%, e os nulos 3%. No total 38 % dos eleitores abdicaram do direito de influir na escolha de quem dirigiria o país. Em 2010, esse índice baixa para 27 %, 18 % se abstiveram, 3% votaram em branco, e 6 % nulo. Esses índices também foram observados em 2002 e 2006 com respectivamente, 18% e 17 % de abstenção, 3% e 3% de nulos, 7% e 6 % de nulos. Para ele, ao contrário do que as pesquisas insinuam quanto a ignorância dos eleitores, governar o Brasil no século XXI tem significado prestar atenção a um eleitorado alerta.

Já sobre a mobilização popular, a evolução sindical, um clássico indicador de mobilização, em que pese as dificuldades de classificação das milhares de ocupações em que se desdobra a força de trabalho nacional, há, como pontua Santos, “uma sofisticação crescente

da rede de conexões sociais e econômicas, mesmo que os interesses profissionais, econômicos e sociais a eles associados não sejam necessariamente conflitivos, não são totalmente complementares na disputa distributiva”. Outra expressão é a magnitude das organizações não governamentais registrada em recente pesquisa do Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)¹⁶. (Santos 2017, p. 47-65)

Para Santos o golpe de 2016 se origina na AP 470, que ao fraudar a lógica política e constitucional,

lança fundamentos para potenciais golpes parlamentares com socorro sofisticado da Constituição, ao canonizar três teses esdrúxulas. Enunciadas quase que casualmente ao longo ou a propósito das polêmicas sobre a culpa dos denunciados, são de alcance transcendente, sem que, acredito, ocorresse à defesa ou à acusação a extraordinária singularidade do que consagravam. (Santos, 2017, p. 168)

As três teses são:

1) Sequestro do poder constituinte do povo.

O ministro Joaquim Barbosa em entrevista, declarou que a Constituição era aquilo que o Supremo Tribunal Federal diz que ela é [...] Ainda que todas as decisões do colégio de magistrados fossem unânimes, o poder constitucional de dizer, em cada caso o que a Constituição é teria sido surripiado ao único autor legítimo de cartas constitucionais – o povo, em assembleia universal ou representativa, por delegação popular. [...] Não é a autoridade judicial que cria a constitucionalidade, é a Constituição que cria a autoridade. Por definição, o poder constituinte é intransferível. O sequestro do poder constitucional de dizer o que a Constituição é constrói a passagem subliminar do legal ao ilegal, do exercício legítimo do poder ao golpe de Estado. (Santos, W. G., 2017, p. 168-170)

2) A disjunção epistemológica entre ser inocente e não ser culpado.

Santos (2017, W. G., p. 170-174) explica que

Decisões tomadas antes do julgamento e da confrontação de provas, argumentos e precedentes contaminam a qualidade do juízo de magistrados de qualquer instância.

¹⁶ Em 2010, 200 mil e 700 organizações, fundações e associações privadas correspondiam a 52% do total de 556.800 entidades sem fins lucrativos, e a 5,2% do total de 56 milhões de entidades públicas ou privadas, lucrativas ou não lucrativas, do Cadastro Geral de Empresas do IBGE, no mesmo ano. Organizações religiosas(29%), patronais e profissionais não sindicais (15,5%), de defesa e desenvolvimento de direitos(14,7%). De todas as mais de 200 mil instituições cadastradas, 41% foram criadas entre 2001-2010; e das 118,6 mil entidades surgidas na última década metade apareceu nos últimos cinco anos, um ritmo de 4% ao ano. (Santos, 2017, p. 63)

Interpretações da lei ou da retidão dos discursos acusatórios e de defesa sofrem fraturas lógicas quando as intervenções dos debatedores visam prioritariamente a convencer pela artimanha mais do que esclarecer pela higeidez.

Durante a AP 470 o presidente do Supremo Tribunal Federal, à época, ministro Ayres de Brito, agiu quase sempre como promotor, como decretou em relação a um acusado, de cujo crime não havia documentação ou indício de qualquer natureza: ser impossível que o acusado não soubesse das condições x e y , criminosas. A armadilha epistemológica esconde-se na sutileza de que o acusado só pode comprovar ignorância das condições criminosas apoiado em conhecimento delas.

- 3) Imputação de possibilidade objetiva e causalidade adequada. A ministra Rosa Weber subscreveu um voto onde diz que condeno porque a bibliografia me autoriza, e, como em outro momento, quanto mais elevada a posição de alguém na cadeia de comando mais facilitada lhe é a cautela de apagar provas. Para Wanderley Guilherme dos Santos (2017) a AP 470 será estudada no futuro como um julgamento de exceção.

Como pontua Santos, golpe parlamentar em sociedades de democracia representativa de massas significa o sequestro do poder constituinte do povo. A Constituição passa a ser dogmaticamente reinterpretada pelo governo golpista, sobre o que é constitucional e o que é crime contra a Constituição. Sem o acordo tácito entre considerável maioria do judiciário e do Legislativo, não há golpe parlamentar. Os golpes parlamentares constituem um fenômeno novo na história das tensões entre capitalismo e democracia. (Santos, W. G., 2017, p. 183-184)

A essência do golpe de 2016 é a usurpação do poder constitucional originário, exclusivo da população e se inscreve no processo de profunda ruptura civilizatória em que a ideia de democracia como liberdade e autonomia submerge diante da versão de democracia como riqueza sem limite legítimo e poder sem constrangimento de afronta. A cláusula pétrea do golpe é excluir as forças populares do circuito do poder. (Santos, W. G., 2017, p.8)

Nas palavras de Santos:

A trapaça nacional compõe capítulo suburbano de eminente processo de longa duração em que as utopias de sociedades fundadas na solidariedade foram dizimadas pela horda dos acumuladores e concentradores de lucros. Esta história tem um sentido disputado por filósofos e analista sociais. (Santos, W. G., 2017, p.8)

Para (Souza, 2016) a associação de uma justiça escancaradamente seletiva, um

parlamento comprado, uma mídia partidarizada, uma base social radicalizada criou o clima insurrecional que possibilitou o golpe.

Souza em sua análise da dinâmica social do golpe sobre as jornadas de junho de 2013 comenta o protagonismo da classe média conservadora como base social do golpe:

A verdadeira novidade das ‘jornadas de junho’ foi a reconstrução, repaginada e turbinada – uma espécie de versão 2.0 – de um ator político velho e bem conhecido da história brasileira: a fração da classe média moralista e conservadora, que sempre desprezou e odiou os pobres, representantes da maioria da população. É essa fração que torna as manifestações verdadeiros ‘fenômenos de massa’ a partir de 19 de junho, quando a mídia já se preocupa em separá-la cuidadosamente da minoria de ‘vândalos’. É também quando as manifestações passam a ser percebidas pelo Jornal Nacional como uma grande ‘festa democrática’. Nesse sentido, constrói-se para esse suposto ‘ente novo’ na nossa política uma nova estética e uma nova moral.

A nova estética foi extremamente importante. A camisa da seleção brasileira e a bandeira nacional se tornaram símbolos que ninguém mais conseguiu retirar ou sequer disputar com essa fração de classe. É uma camisa que passa a mensagem mais importante ‘Não somos de nenhum time’, como não somos de nenhum partido. Nosso time é a seleção e, nós torcemos pelo Brasil. O ufanismo do país indiviso que não tolera a diversidade e ao mesmo tempo se põe como único representante da nação, um profascismo óbvio não só não foi criticado pela mídia. Foi, ao contrário, louvado e estimulado. O Jornal Nacional sugeria em suas coberturas que os “amarelinhos”, quando iam às ruas espontaneamente, enquanto os “vermelhos” eram militantes profissionais sectários. (Souza, 2016, p.100-101)

A base social do golpe foi essa fração privilegiada, branca e bem-vestida, que passava a impressão de defender o “interesse nacional” uma mudança para o melhor para todos.

O componente moral também foi decisivo e atuou em dois sentidos. O primeiro foi inculcar nessa fração de classe o sentimento de protagonismo no movimento, ainda que, na verdade, fosse um mero instrumento de manipulação do consórcio golpista elites/mídia. Esse sentimento foi construído com maestria sob a batuta do Jornal Nacional. O segundo dado decisivo da construção moral desse grupo foi a substituição, construída pouco a pouco, das bandeiras por melhores serviços públicos pela bandeira – a essa altura ainda abstrata – do combate a corrupção e a PEC 37. (Souza, 2016)

A integração dessa fração conservadora a dinâmica do golpe foi decisiva. A primeira tentativa de golpe pelo consórcio golpista, mídia, congresso comprado e justiça justiceira,

estava presente no processo do chamado “mensalão” em 2005. O ensaio geral do mensalão fracassou apesar da feroz campanha midiática Lula é reeleito pela adesão popular as políticas de inclusão social, pois, como comenta Souza, para as camadas populares a corrupção é um dado universal da “política dos ricos”. (Souza, 2016)

4.2.1 Mídia: a poderosa indústria da manipulação e propaganda política

“a tirania deixa livre o corpo e investe diretamente sob a alma”

(Tocqueville, in: *A democracia na América*)

Outra dimensão estratégica da tensão capitalismo e democracia é o papel desempenhado pela propaganda política da mídia, um complexo sistema que integra também uma educação submissa na construção de consenso, controle do pensamento, seletividade do inimigo político, o estímulo ao ódio e medo irracional na construção de opinião e manipulação de massas.

O termo mídia é compreendido por Chomsky em sentido amplo, incluindo também periódicos de ensaios, de análise e de opinião; na verdade, a cultura acadêmica de maneira geral. (Chomsky, 2013, p.71)

Em *Mídia – propaganda política e manipulação*, Chomsky (2013) relata a primeira operação de propaganda política de nossa era, a criação da Comissão Creel no governo Woodrow Wilson, na metade da Primeira Guerra Mundial. Wilson eleito presidente em 1916 com a plataforma “*Paz sem Vitória*”, institui essa comissão que, em seis meses, transforma uma população pacifista numa população histérica e belicosa, um êxito da propaganda política patrocinada pelo Estado e apoiada pelas ditas classes “*instruídas*”.

Nos ensaios do jornalista Walter Lippmann (*apud* Chomsky, 2013), entre eles, *Public Opinion*, aparece a defesa de uma “revolução na arte da democracia” como construir o consenso. Ou seja, obter a concordância do povo a respeito de assuntos sobre os quais não estaria de acordo por meio das novas técnicas de propaganda política. Lippmann defendia que poucas pessoas devem assumir papel ativo na gestão pois considerava a maioria da população um “*rebanho desorientado*” cuja função na democracia é a de espectador, **uma democracia de espectadores**. Existe uma lógica por trás disso, uma espécie de princípio moral

imperativo, ou seja, a maioria da população é simplesmente estúpida para compreender as coisas, e só causará transtorno se tentar participar na administração de seus próprios interesses. Para evitar a destruição das coisas é necessário domesticar o rebanho desorientado.

As pessoas que são capazes de construir o consenso são as que dispõem dos recursos e do poder: a comunidade dos negócios. Os homens responsáveis escondem de si próprios a premissa não declarada de como alcançam a posição para tomar decisões. E, o fazem servindo as pessoas que tem o poder da verdade, as donas da sociedade, servindo aos seus interesses. O resto do rebanho desorientado só precisa ser distraído.

O papel exercido pela mídia na produção da realidade falsificação da história é de longa data, essa antiga prática rebatizada de “*pós verdade*” é rememorada por Chomsky em entrevista de janeiro de 2017:

Há muitos exemplos na história de pós – verdade, de mundos pós – fatos, e alguns deles não são muito atraentes. Por exemplo, consideremos talvez as profundezas da história humana, o regime nazista, que foi implantado, e devemos lembrar, no ponto mais alto da civilização ocidental. O auge da civilização ocidental em muitos aspectos foi a Alemanha na década de 1920 nas artes, nas ciências e mesmo como um modelo para a democracia. Em 10 anos, ela desceu às profundezas da barbárie em uma sociedade pós –fato. A propaganda foi extremamente eficaz na criação de um mundo de ilusão em que a raça ariana estava sob ataque de judeus e bolcheviques e apenas a Alemanha nazista poderia proteger a raça ariana branca da destruição. (Chomsky 2017, tradução livre).

A ação da propaganda política foi decisiva na construção do conformismo e adesão das massas ao projeto de extermínio em escala industrial como explicita Goebbels, ministro da propaganda do nazismo:

Não tinha sentido procurar converter os intelectuais. Isto porque os intelectuais nunca se converteriam e, de qualquer modo, sempre se renderiam aos mais fortes, este sempre será o “ homem comum “. Os argumentos devem, portanto, ser grosseiros, claros e fortes, e apelar para emoções e instintos, não para o intelecto. A verdade não era importante e estava inteiramente subordinada à tática e à psicologia. (Goebbels apud Danner, 2005, tradução livre)

Como comenta Chomsky,

A questão é muito mais ampla. Trata-se de saber se queremos viver numa sociedade livre ou sujeitos àquilo que corresponde a uma forma de totalitarismo auto imposto, com o rebanho desorientado marginalizado, distraído com outros assuntos,

aterrorizado, berrando slogans patrióticos, temendo por sua vida e reverenciando o líder que o salvou da destruição, enquanto as massas instruídas são enquadradas e repetem os slogans que se espera que repitam, e a sociedade entra em decadência. (Chomsky, 2013, p. 66-67)

O controle organizado da informação na construção de consensos, produção da realidade é uma façanha espetacular da propaganda política que, de um lado, exclui as vozes dissonantes e, de outro, torna imperceptível o não estamos ouvindo essas vozes. O que só é possível com uma população profundamente doutrinada. (Chomsky, 2013, p. 56)

Como comenta Chomsky, referindo-se aos Estados Unidos, é preciso desviar a atenção do rebanho desorientado para que não perceba os problemas concretas, pois assistir o futebol americano pode não ser suficiente. É preciso incutir nele o medo do inimigo. (Chomsky, 2013, p. 66)

Apesar dessa realidade Chomsky comenta que cultura da dissidência sobreviveu apesar de todos os esforços para controlar o pensamento e construir o consenso.

A era da informação vem democratizando o acesso e a produção de um pensamento e uma de opinião crítica. Hoje no Brasil as mídias sociais alternativas já alcançam uma amplitude significativa e um protagonismo na construção de uma contra narrativa, contraponto a narrativa dominante da mídia hegemônica.

4.2.2 Justiça como fonte de exceção

Serrano (2011) em sua pesquisa sobre novas formas de autoritarismo e ameaças à democracia no século XXI aponta o papel do Poder judiciário, que se mostra cada vez mais autoritário e, como fonte de exceção e não de direito. Mostra o convívio de dois modelos de estado o estado democrático de direito formal e um estado de polícia, autoritário, de exceção nas periferias das grandes cidades e para as populações expulsas da garantia de qualquer direito.

Valim (2017) em suas reflexões sobre o estado de Exceção como forma jurídica do neoliberalismo considera que “o neoliberalismo transforma a democracia liberal em retórica vazia, sem correspondência a realidade social”, o mercado entendido como o “verdadeiro soberano”. Ferrajoli (*apud* Valim, 2017) coloca que “não temos mais o governo público e político da economia, mas o governo privado e econômico da política”. Valim (2017) também pontua que

[a] subalternidade da política à economia ajuda a explicar a atual crise de legitimidade dos órgãos eletivos, aos quais compete, por meio de um discurso fantasioso e, por vezes, ridículo, editar legislações francamente antissociais, mas que beneficiam o seu senhorio, o mercado. Na síntese primorosa de Luigi Ferrajoli, ‘somos governados, de fato, por sujeitos que não nos representam, enquanto os sujeitos que nos representam são àqueles subalternos e impotentes diante deles’.

Ao analisar o caso brasileiro, Valim identifica os três elementos centrais do estado de exceção: o soberano, o inimigo e a superação da normatividade. Ele entende que

é fundamental desde já compreender que o golpe de estado de 2016 é tão só um exemplo das múltiplas exceções que, se já não sepultaram por completo o combalido Estado de Direito brasileiro, estão em vias de fazê-lo. Na realidade, como restará claro, o principal e mais perigoso agente da exceção no Brasil é o Poder Judiciário. (Valim, 2017)

Valim (2017) também coloca que

A agenda neoliberal imposta pelo governo ilegítimo – cujos contornos se amoldam perfeitamente à doutrina do shock exposta por Naomi Klein – somada à devastação da indústria nacional operada pela Operação Lava-Jato, apontam, univocamente, para o verdadeiro soberano no Brasil: o mercado, encarnado em uma elite que, apenas em 2015, apropriou-se, através de pagamento de juros e amortizações da dívida pública, de novecentos e sessenta e dois bilhões de reais do povo brasileiro, ou seja, quarenta e dois por cento do orçamento da União.

A tentativa da justiça de exceção de cassar os direitos políticos de Lula é mais um elemento no roteiro do golpe para excluir as classes populares do circuito do poder, impedindo a realização da soberania popular pelo processo democrático de eleições.

Luigi Ferrajoli, um dos maiores autores jurídicos do mundo, em antológico discurso proferido no parlamento italiano em 11 de abril de 2017 caracteriza os abusos da Lava Jato não apenas como atentado à democracia brasileira mas a própria dignidade da cultura jurídica internacional.

[...] O populismo mais terrível é o populismo judicial

[...] o impeachment completamente insensato e infundado da Presidenta Dilma ilumina o sentido político da operação contra Lula. E vice-versa ! O processo de fúria judicial, a demonização, a espetacularização, tudo isso ilumina o verdadeiro sentido do impeachment.

[...] podemos reconhecer nesse processo, além das extraordinárias violações, como a difusão e a publicação de interceptações, feitas pelo próprio juiz, as características típicas da inquisição.

[...] então devemos nos preocupar porque, além do caso judicial que é realmente escandaloso, e além do processo que atingiu a presidenta do Brasil, estamos diante de uma operação que se apoia num processo de deformação do espírito público, do senso comum, da informação para controlar, instrumentalizando meios judiciais e pseudoparlamentares, o poder institucional do Brasil.

[...] isso nos lembra da figura do juiz inquisidor, descrita por Beccaria, ou seja, “quando um juiz se torna inimigo do réu, e se atormenta, e receia perder o jogo, se não consegue comprovar uma acusação””. (Ferrajoli, 2017)

Souza (2016) analisa que o fio condutor do golpe de 2016 foi a articulação entre mídia, braço da violência simbólica dos endinheirados, a facção mais conservadora e corporativa da casta jurídica, comandado pela elite financeira, impondo o deslocamento da agenda de enfrentamento das desigualdades pela agenda da moralidade:

O direito só se desvincula historicamente da política nos últimos séculos do desenvolvimento ocidental. Antes, ele era subordinado à política. O que era considerado justo era fruto de um julgamento político que impunha a vontade do mais forte. Esse era o “direito material” para Max Weber, ou seja, o fundamento do que era percebido como direito estava fora dele e representava sempre a vontade do mais forte, do mais ricos e do mais poderoso. O caminho para a autonomia da esfera jurídica se dá com a noção de direito formal, ou seja, segundo a qual o conjunto de princípios, procedimentos e regras processuais tem a função de preservar a autonomia do que é jurídico por oposição, precisamente ao que é político. (Souza, 2016, P. 118)

Nos tempos recentes tivemos além da judicialização da política a politização da justiça, como analisa Souza:

A linha é fluida, mas o princípio é claro: sempre que houver predominância da política sobre o direito, esse perde sua autonomia. Temos então um simulacro de direito e uma caricatura de justiça.

[...]

O Estado policial é o melhor terreno não apenas para legitimar privilégios corporativos, mas também para permitir a apropriação e captura da agenda do Estado, com vistas a um aprofundamento cada vez maior do Estado de exceção. Afinal, quanto menos garantia aos direitos individuais e quanto maior o ataque à

presunção de inocência, maior o poder relativo dessas corporações. (Souza, 2016, p. 118-122)

Assim como na economia, a mediação da política pelo judiciário exclui a maioria da população, que não consegue compreender as muitas especificidades técnicas, de qualquer influência nos espaços onde são tomadas as decisões. A justiça como fonte exceção reforça a tensão capitalismo e democracia.

4.3 O Empate catastrófico

O processo em curso no Brasil pode ser caracterizado tal como Linera (2008) analisa, evocando Gramsci, sobre a crise do Estado neoliberal e a radicalização dos conflitos na América Latina, um empate catastrófico. Catástrofe no sentido grego de momento de desordem e, que comporta um desenlace dramático de uma viragem, de uma mudança de época.

As crises do Estado neoliberal não necessariamente levam a um novo Estado, pode haver recomposições e ser reversível ou continuar na direção de um empate catastrófico, quando as ideias dominantes perdem a capacidade de seduzir o conjunto da sociedade. Ideias como: o investimento externo como motor da economia; a globalização e exportação como horizonte inquestionável da “modernidade”; a coalização de partidos políticos como condição *sine qua non* para definir governabilidade. (Linera, 2008)

Nas instituições estava ocorrendo o mesmo: o Parlamento não era mais um palco do debate político, mas era expropriado pelo Executivo; por sua vez, o Executivo fora expropriado pelos lobbies das empresas estrangeiras e por um núcleo político duro; e, por sua vez, este núcleo fora expropriado pelo investimento estrangeiro e algumas embaixadas que definiam a situação do país. (Linera, 2008, p. 26)

Tal empate se caracteriza quando

[...] há problemas na correlação de forças do Estado, ou seja, na estrutura de forças com capacidade de decisão, no conjunto das ideias dominantes ordenadoras da vida política da sociedade, que permitem uma correspondência moral entre governantes e governados, e no âmbito das instituições (procedimentos, regras, escritórios) que objetivam a correlação de forças e idéias. (Linera, 2008, p. 25, tradução livre)

Como analisa Linera o empate catastrófico é uma etapa da crise do Estado que se caracteriza por três dimensões: confronto de dois projetos políticos nacionais de país; confronto no âmbito institucional; uma paralisia de mando estatal e irresolução da paralisia. Esse empate pode durar, meses, anos, até, o momento que tem que ocorre um desempate, uma saída. A saída seria a construção hegemônica ascendente, marcada por conflitos, até que, em algum momento histórico, um ponto de bifurcação, se consolide uma ordem, pois nenhuma sociedade vive permanentemente em mobilizações, nem permanentemente em estabilidade.

Um ponto de bifurcação seria uma medição de forças, de liderança moral sobre o conjunto da sociedade, a hegemonia no sentido gramsciano.

O Brasil viveu em vários momentos históricos pontos de bifurcação, de disputa entre projetos políticos de uma elite oligárquica escravocrata, concentradora de renda e riquezas, da democracia sem povo e, projetos do campo democrático popular de construção de um projeto de desenvolvimento nacional de enfrentamento das desigualdades, inclusivo, com distribuição de riqueza e renda, de direitos de cidadania e diversidade cultural, e internacional de cooperação e solidariedade entre povos e nações.

Em todos os momentos de impasse o consórcio de interesses entre, mídia, elite brasileira escravocrata, capital internacional, não vacilou em liquidar a democracia para impor pela força, em suas diversas roupagens, parlamentarismo, ditadura, golpe jurídico parlamentar o seu projeto de país excludente, para menos de 1% de endinheirados, descolados de qualquer interesse nacional com desprezo ancestral, político, econômico, social e cultural pelo povo brasileiro.

4.4 O giro de volta ao espírito de 88

O processo que resultou na Constituição de 1988 pode ser considerado um desses pontos de bifurcação onde prevaleceu, pela articulação de um campo de forças políticas democrático populares, um projeto que apontava para um desenvolvimento inclusivo fundado em direitos sociais e humanos de cidadania.

Mesmo com as tensões e resistências já então presentes, enfatizamos a compreensão da transição democrática brasileira não como uma decisão de cima para baixo, mas como um

processo de amplas mobilizações e participação ativa da sociedade, que inaugurou um momento inédito de construção de direitos sociais de cidadania e proteção social. Esse processo democrático participativo se deu tanto na convocação da Assembleia Nacional Constituinte – com comitês pró constituinte Brasil afora –, como também nos inúmeros debates em fóruns, plenárias e movimentos sociais diversos que resultaram, não por acaso, na Constituição Cidadã de 1988. Criava-se assim a possibilidade de uma nova ordem fundada na construção radicalmente democrática da sociedade brasileira.

A potência inaugural daquele momento, o espírito de 88, encarnado no processo constituinte representa um marco para a democracia de massas no país pela inclusão de toda a população no processo político e democrático ao consagrar o direito de voto do analfabeto, a universalização de direitos sociais, e, pela novidade da incorporação de elementos participativos em seu texto, para além dos limites da democracia representativa. Um processo que marca, não sem conflitos e tensões o protagonismo e a escolha ativa da sociedade brasileira por um projeto solidário e inclusivo de país.

A coalizão democrático popular que possibilitou a aprovação da Constituição de 88 representou sem dúvida um contraponto efetivo ao projeto neoliberal hegemônico, com a agenda de restrições de direitos e políticas públicas focalizadas. O processo de uma cidadania ativa permitiu vislumbrar pela emergência de espaços públicos alternativos, democráticos, republicanos, experiências e formulações alternativas, como as inovadoras propostas do Movimento da Reforma Sanitária Brasileiro. Essas experiências concretas, não podem ser desperdiçadas e constituem uma viva presença sinalizando uma outra gramática de poder.

5. À GUISA DE CONCLUSÃO: O ESPÍRITO DE 88 X CAPITALISMO DO DESASTRE

Qualquer análise política, econômica ou social deve compreender a tensão inerente entre o capitalismo e a democracia. Polanyi (2000, p. 164) já nos alertava que “não houve um único militante liberal que deixasse de expressar a sua convicção de que a democracia popular era um perigo para o capitalismo”.

O golpe em curso no Brasil é parte de um processo internacional de uma contrarrevolução que está construindo estados constitucionais não democráticos pelo mundo inteiro com analisa Guimarães (2017).

Vivemos uma mudança de época e uma crise civilizacional. Os fundamentos de vida democrática, do pluralismo da tolerância estão em questão, como expresso no estado de exceção que vivemos pós golpe parlamentar de 2016 no Brasil com o desmonte da constituição de 88, afronta ao princípio fundante da democracia, a soberania do voto popular.

A disputa realizada no Brasil é uma disputa civilizatória de repercussões globais por seu papel estratégico na geopolítica global. Os movimentos de criação do MERCOSUL, UNASUL, CELAC, BRICS constituíam a expressão de um mundo mais diverso e plural.

O enfrentamento das desigualdade ancestrais tocaram num ponto chave da sociedade brasileira, a persistência de uma cultura escravocrata, que despreza o povo brasileiro .Nossa desigualdade é uma continuidade direta com a escravidão, nunca assumida efetivamente e nunca criticada em sua continuidade até os dias de hoje. (Souza, 2016)

Para Souza o golpe de 2016 foi a expressão reiterada do pacto antipopular formado desde início do século XX pelas elites do dinheiro e do conhecimento após o processo do fim da escravidão e nascimento do capitalismo moderno entre nós (Souza, 2016). Souza (2017) coloca que “no Brasil atual prospera uma sociedade sem culpa e sem remorso, que humilha e mata os pobres”. As interpretações hegemônicas ancoradas no patrimonialismo e no populismo atuam na reprodução e eternização de privilégios. A tese do patrimonialismo oculta a captura do Estado pelo mercado via sua demonização e exaltação do mercado virtuoso. O tema do populismo desqualifica qualquer coisa oriunda das camadas populares, incapazes de reflexão e sempre sujeitas a manipulação por líderes populistas.

Encarar e explicitar esse passado e presente, não esquecer, como os papéis queimados da escravidão, é condição para ultrapassar essa sequência histórica de golpes toda vez que a maioria popular conquista espaços de poder.

Como explicita a historiadora negra Maria Beatriz Nascimento:

A história do Brasil gostaria de dizer aqui uma frase de José Honório Rodrigues que se tornou quase uma afirmação geral, a história do Brasil foi escrita por mãos brancas, tanto negros quanto índios, povos que viveram aqui juntamente com os brancos, não tem sua história escrita ainda, isso é um problema muito sério pois a gente frequenta universidades frequenta escolas e não se tem uma visão correta do passado da gente do passado negro. Não foi somente omissa e foi mais terrível ainda, porque na parte que ela não foi omissa ela negligencia fatos muito importantes e deforma muito a história do negro tratando basicamente da escravidão e deixando de lado outras formas do negro viver no Brasil como todo o processo de alforria que houve durante todos os 4 séculos de escravidão e, principalmente com relação ao quilombo. Eu acho que para empreender um estudo crítico a respeito da história do negro e trazer ao mesmo tempo para o negro uma perspectiva do que foi sua história real você tem que partir da história deles como grupo livre, como empreendendo uma sociedade livre mesmo que dentro da sociedade tenham existido escravos, mas basicamente o quilombo são homens que procuram conscientemente organizar uma sociedade para si onde possa viver de acordo com seu passado histórico africano brasileiro com seus hábitos seus costumes sua cultura sua forma de ser. (Maria Beatriz Nascimento, Pesquisadora e historiadora negra UFRJ, transcrito do documentário Ôrí, 1989)

A perplexidade do choque começa a ser superada. O exemplo da histórica Greve geral de 28 de abril de 2017, do acampamento pela democracia em 10 de maio de 2017, da ocupação de Brasília em 24 de maio de 2017 constituem expressões da potencial força destituente do povo. A articulação inédita de todas as centrais sindicais, a participação de amplos setores da sociedade, igrejas, movimentos sociais diversos constituem um incipiente campo político democrático popular na luta pela retomada democrática do Brasil. Um possível reencontro com o Espírito de 88. Mas para essa retomada é necessário uma profunda consciência da articulação do processo do golpe de 2016 com o macrocontexto do capitalismo financeiro global.

A pergunta se há futuro para a democracia num mundo dominado pelo capitalismo financeiro, pelo colonialismo e pelo patriarcado nas relações sociais têm uma resposta em aberto. Não estamos diante de um deserto pois esse caminho já vem sendo percorrido e, são

inúmeras as experiências que vem construindo outras maneiras de pensar, sentir e conhecer, que podem ser compreendidas na perspectiva do que Santos denomina como as epistemologias do Sul. (Santos, 2010)

A construção de uma nova hegemonia política implica em trabalhar na perspectiva de uma sociologia das ausências/emergências, esse vasto campo de experiências diversas de resistência ao capitalismo financeiro, ao patriarcado ao colonialismo, no sul global. São experiências que vem criando em muitas partes do mundo territórios libertos do capitalismo, como a zona autônoma zapatista. Essas são utopias concretas, de nosso tempo, que nada tem em comum como comenta Santos (2016) com as grandes utopias modernistas. “São resultados de artesanias de praticas que, em espaço-tempo com escala humana, sabem tecer o novo e a surpresa no velho tear da luta por outro mundo possível”. (Santos, 2016, p.165)

Para Santos “o neoliberalismo é, antes de tudo, uma cultura de medo, de sofrimento e de morte para as grandes maiorias; não se combate com eficácia se não se lhe opuser uma cultura de esperança, de felicidade e de vida.” (Santos 2016, p. 180)

Desde 1970, os estados centrais têm gerido o conflito entre as exigências dos cidadãos e as exigências do capital, recorrendo a um conjunto de soluções que gradualmente deram mais poder ao capital. Primeiro, foi a inflação (1970-1980), depois, a luta contra a inflação acompanhada do aumento do desemprego e do ataque ao poder dos sindicatos (1980-), medida complementada com o endividamento do Estado em resultado da luta do capital contra a tributação, da estagnação econômica e do aumento das despesas sociais decorrentes do aumento do desemprego (1980-) e, logo depois, com o endividamento das famílias, seduzidas pelas facilidades do crédito concedidas por um setor financeiro finalmente livre de regulações estatais, para iludir o colapso das expectativas a respeito do consumo, da educação e da habitação (meados de 1990-). Até que a engenharia das soluções fictícias chegou ao fim, com a crise de 2008 e ficou claro quem tinha ganho o conflito distributivo: o capital. Prova disso a conversão da dívida privada em dívida pública, o disparar das desigualdades sociais e o assalto final à expectativas de vida digna da maioria (os trabalhadores, os pensionistas, os desempregados, os imigrantes, os jovens em busca de emprego) para garantir as expectativas de rentabilidade da minoria (o capital financeiro e seus agentes). A democracia perdeu a batalha e só não perderá a guerra se as maiorias perderem o medo, caso se revoltem dentro e fora das instituições e forcem o capital a voltar a ter medo, como sucedeu a sessenta anos. (Santos, 2016, p. 192)

Numa abordagem socioantropológica sobre a dívida, Graeber comenta que

Discussões sobre a dívida existem há pelo menos 5 mil anos. Durante a maior parte da história humana – pelo menos da história dos Estados e de impérios – a maioria dos seres humanos recebeu a informação de que é devedora. Os historiadores, em especial os historiadores das ideias, estranhamente tem relutado em considerar as consequências humanas dessa situação, tanto mais quando se leva em conta que ela mais do qualquer outra – tem causado indignação e ressentimento. É improvável que as pessoas fiquem satisfeitas se dissermos a elas que são inferiores, mas muito raramente isso as levará a uma rebelião armada. Contudo, é bastante provável que inspiremos manifestações de fúria nas pessoas se dissermos que elas são iguais em seu fracasso, que por isso não merecem nem mesmo aquilo que têm, ou seja, o que tem não é seu por direito. É isso que a história parece nos ensinar. Durante milhares de anos, a luta entre ricos e pobres assumiu de modo geral a forma de conflitos entre credores e devedores – de argumentos sobre o que é certo e o que é errado em relação a pagamento de juros, servidão por dívida, anistia, reintegração de posse, restituição, sequestro de ovelhas, apreensão de vinhas e venda de filhos dos devedores como escravos. Nessa mesma lógica, nos últimos 5 mil anos, com uma regularidade impressionante, as insurreições populares começaram da mesma: com a destruição ritual dos registros de dívidas – fossem eles tabuletas, papiros, placas ou qualquer outra forma existente em dada época e local. (Depois disso, os rebeldes geralmente foram atrás dos registros de posse de terra e apuração fiscal). Como o grande helenista Moses Finley gostava de dizer, no mundo antigo todos os movimentos revolucionários tinham um único plano: ‘Anular as dívidas e redistribuir a terra.’ (Graeber, 2016, p. 16)

Retornando a Boaventura de Sousa Santos:

Depois de um século de lutas populares que fizeram entrar o ideal democrático no imaginário da emancipação social, seria um erro político grave desperdiçar essa experiência e assumir que a luta anticapitalista tem de ser também uma luta antidemocrática. Pelo contrário, é preciso converter o ideal democrático numa realidade que não se renda ao capitalismo. E, como o capitalismo não exerce seu domínio senão servindo-se de outras formas de opressão – nomeadamente do colonialismo e do patriarcado-, tal democracia radical, além de anticapitalista, tem de ser também anticolonialista e antipatriarcal. (Santos, 2016, p. 194)

Diante deste momento de mudança de época, de uma crise civilizatória de grande magnitude, é preciso “democratizar a revolução e revolucionar a democracia” (Santos, B. S., 2017). Impõe-se a retomada da dignidade da política, estratégica para a construção de uma sociedade fundada nos direitos sociais e humanos de cidadania, feminista, libertária, antirracista, compartilhada, diversa e radicalmente democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, C. Reformas de sistemas de saúde: tendências internacionais, modelos e resultados. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

ANDRADE, O. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 1990.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *A condição humana*. São Paulo: Forense Universitária, 1999.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

AROUCA, A. S. Democracia é saúde. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986, Brasília. Anais... Brasília: DF, 1986. p. 35-42.

_____. Radis entrevista: Sérgio Arouca. Radis comunicação e saúde, Rio de Janeiro: Fiocruz, n. 3, out. 2002.

_____. O dilema preventivista. São Paulo: Unesp: Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE MEDICINA SOCIAL (ALAMES); CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM SAÚDE (CEBES). Afirmación de los sistemas universales de salud en Latinoamerica. Congresso brasileiro de política, planejamento e gestão em saúde, 2., [Internet], 1 out. 2013. Disponível em: <<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2014/03/afirmacion-de-los-sistemas-universales-de-salud-en-latinoamerica.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.

BAHIA, L. *O SUS e o Setor Privado Assistencial: adaptações e contradições*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos – Fiocruz, 2017. Disponível em <http://cee.fiocruz.br/sites/default/files/Artigo_ligiabahia_osuseosetorprivado_REVISADO1.pdf>. Acesso em 30/06/2017.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

BELUZZO, L. G.; GALÍPOLO G. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo:

Editora Contracorrente, 2017

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A construção política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2014.

CALEIRO, J. P. 4 gráficos que mostram a explosão da desigualdade no mundo. Exame.com, [Internet], jan. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/4-graficos-que-mostram-a-explosao-da-desigualdade-no-mundo>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). A questão democrática na saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 47-48, 1980.

CHOMSKY, N. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

_____. Dizia-se que os EUA são um Estado de um só partido (o Partido do Negócios) com duas facções (Democratas e republicanos). In: *odiario.info*. Entrevista concedida a Miguel Mora. Disponível em <<http://odiario.info/?p=3573>>. Acesso em 15/06/2015

_____. ‘Everybody Should Be Saying Things Like This’: Noam Chomsky on Free Speech and Inquiry After the election [12 de janeiro, 2017] In : *Pacific Standard*. Entrevista concedida a Sam Fragoso. Disponível em <<https://psmag.com/noam-chomsky-talks-trump-free-speech-and-the-virtues-of-resistance-8b67f1756829#.subnir8w3>>. Acesso em 08/02/2017.

COCKBURN, H. Moody’s pays out \$864m over risky mortgage ratings in run up to 2008 financial crisis. In: *The Independent*. 14 de janeiro de 2017. Disponível em <<http://www.independent.co.uk/news/business/moodys-fine-2008-global-financial-crisis-mortgages-a7527016.html>>. Acesso em 22/06/2017.

CORDEIRO, H. O instituto de medicina social e a luta pela reforma sanitária: contribuição à história do SUS. In: *Physis*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 343-362, 2004.

DANNER, M.. The secret way to war. In: *New York Review of Books*. 09 de junho de 2005. Disponível em <<http://www.nybooks.com/articles/2005/06/09/the-secret-way-to-war/>>. Acesso em 08/02/2017.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial 2016

DEWSON, A. Standard & Poor's hit by largest penalty ever levied on credit rating agency. In: *The Independent*. 04 de fevereiro de 2015. Disponível em <<http://www.independent.co.uk/news/business/news/standard-poors-hit-by-largest-penalty->

[ever-levied-on-credit-rating-agency-10022078.html](#)>. Acesso em 22/06/2017.

DOWBOR, Ladislau. Que crise é esta?. In: *Ponto-e-Vírgula. Revista de Ciências Sociais*, n. 17, 2015. pp. 01-25.

DULCI, L. Sobre a liberação da venda de terras para estrangeiros no Brasil. In: *Brasil Debate*. 23 de Dezembro de 2016. Disponível em <<http://brasildebate.com.br/sobre-a-liberacao-da-venda-de-terras-para-estrangeiros-no-brasil/>>. Acesso em 20/04/2017.

ESCOREL, S. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

FAGNANI, E. *O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2017.

FERRAJOLI, L. O populismo mais terrível é o populismo judicial. In: *O Cafezinho*. 20 de abril de 2017. Disponível em <<http://www.ocafezinho.com/2017/04/20/exclusivo-o-antologico-discurso-de-ferrajoli-contra-sergio-moro-e-o-impeachment/>>. Acesso em 25/04/2017.

FIORI, J. L. Ciclos e crises. In: *Valor econômico* [Internet]. São Paulo, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/4028888/ciclos-e-criSES>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

FURTADO, C. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GALEANO, E.. *Dias e noites de amor e de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

GENTIL, D. L. *Comportamento fiscal e financiamento das políticas públicas e da saúde no período 2011-2015*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015. Disponível em <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/07/13-PJSSaudeAmanha_Texto0013_A4_12-12-2015.pdf>. Acesso em 12/06/2017.

GLATTFELDER, J. B. *Decoding Complexity: uncovering patterns in economic networks*, Berlin: Springer, 2012.

GRAEBER, D. *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

GUIMARÃES, J. ‘Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo’. In: *Sul21*. Entrevista concedida a Marco Weissheimer. Disponível em

<<http://www.sul21.com.br/jornal/nao-ha-nada-mais-desmobilizador-hoje-do-que-2018-entre-nos-e-2018-ha-um-abismo/>>. Acesso em 17/07/2017.

HENRY, J.. *The price of off-shore revisited*. Tax Justice Network, 2012. Disponível em <https://www.taxjustice.net/cms/upload/pdf/Price_of_Offshore_Revisited_120722.pdf>. Acesso em 10/05/2017.

ICIJ. *Luxembourg Leaks: Global Companies' Secrets Exposed*. 2014. Disponível em <<https://www.icij.org/project/luxembourg-leaks>>. Acesso em 30/06/2017.

_____. *The Panama Papers*. 2017. Disponível em <<https://panamapapers.icij.org/>>. Acesso em 30/06/2017.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. In: *The Political Quarterly*, v. 14, n. 4, p. 322-330, 1943.

KLEIN, N. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LAVINAS, L. A Financeirização da Política Social: o caso brasileiro. In: *Politika*, v. 2, p. 35-51, 2015.

LEAL, M. C. *Nascer no Brasil: inquérito nacional sobre parto e nascimento*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

LEAL, A. Mais de 1,4 milhão de pessoas deixam planos de saúde em um ano. *Agência Brasil*. 14 de junho de 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-06/mais-de-14-milhao-de-pessoas-deixam-planos-de-saude-em-um-ano>>. Acesso em 12/06/2017.

LINERA, A. G.. Empate catastrófico y punto de bifurcación. In: *Crítica y emancipación*, v. 1, n. 1, p. 23-33, 2008.

MACALISTER, T. Medicamentos, muito dinheiro, fraudes infinitas. In: *Outras Palavras*. 13/07/2012. Disponível em <<http://outraspalavras.net/posts/medicamentos-muito-dinheiro-fraudes-infinitas/>>. Acesso em 22/06/2017

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). In: *Dados s*, Rio de Janeiro, v.58, n.1, p.7-36, mar. 2015.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17/07/2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/00115258201537>.

MONBIOT, G. A Global Ban on Left-Wing Politics. In: *The Guardian*. 04 de Novembro de 2013. Disponível em <<http://www.monbiot.com/2013/11/04/a-global-ban-on-left-wing-politics/>>. Acesso em 30/06/2017.

MORIN, F. L'hydre mondiale: l'oligopole bancaire. Québec: Luxe Éditeur, 2015. Resenha de: DOWBOR, L. *François Morin – L'hydre mondiale: L'oligopole bancaire – Lux Editeur, Québec, 2015, 165p. – ISBN 978-2-89596-199-4*. Setembro de 2015. Disponível em <<http://dowbor.org/2015/09/francoismorin-lhydre-mondiale-loligopole-bancaire-lux-editeur-quebec-2015-165p-isbn-978-2-89596-199-4.html/>>. Acesso em 24/06/2017.

NORONHA, G. O fim da reforma agrária? In: *Carta Capital*. 19 de maio de 2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/o-fim-da-reforma-agraria>>. Acesso em 01/07/2017. (2017a)

_____. Parabéns, coronéis, vocês venceram outra vez. In: *Brasil Debate*. 20 de abril de 2017. Disponível em <<http://brasildebate.com.br/parabens-coroneis-voces-venceram-outra-vez/>>. Acesso em 01/07/2017. (2017b)

_____. Por que as mudanças na previdência rural preocupam In: *Brasil Debate*. 27 de junho de 2017. Disponível em <<http://brasildebate.com.br/por-que-as-mudancas-na-previdencia-rural-preocupam/>>. Acesso em 01/07/2017. (2017c)

NORONHA, G. S. *Notas sobre a construção de um programa econômico para a esquerda*. 15 de julho de 2017. Disponível em <<http://gustavonoronha.com.br/notas-sobre-a-construcao-de-um-programa-economico-para-a-esquerda/>>. Acesso em 16/07/2017. (2017d)

NORONHA, J. C. Cobertura universal de saúde: como misturar conceitos, confundir objetivos, abandonar princípios. In: *Cad. Saude Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 847-849, maio 2013.

NORONHA, J. C.; NORONHA, G. S.; COSTA, A. M. A revolta contra os pobres: saúde é para poucos. In: *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v.41, n.112, p.13-19, Mar. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17/07/2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201711201>.

NUNES, J. A. O resgate da epistemologia. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Lisboa, n. 80, p. 45-70, mar. 2008.

OCKÉ-REIS, C. O. *SUS: o desafio de ser único*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

O Espírito de 45. Direção: Ken Loach. Produção: Rebecca O'Brien, Kate Ogborn, Lisa-Marie Russo. Fly Film Company, Sixteen Films (co-produção), Film4 (produtor associado) e Channel Four (produtor associado), 2013. 94 minutos.

OCDE. *Health Spending*. 2017. Disponível em <<https://data.oecd.org/healthres/health-spending.htm>>. Acesso em 17/07/2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Financiamento dos Sistemas de Saúde: o caminho para a cobertura universal*. Disponível em: <www.who.int/whr/2010/whr10_pt.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

Ôrí. Direção: Raquel Gerber. Roteiro: Maria Beatriz Nascimento e Raquel Gerber. Produção: Ignácio Gerber, 1989. 200 minutos

OXFAM. *Uma economia para os 99%*. Janeiro de 2017. Disponível em <http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para99-relatorio_completo.pdf>. Acesso em 30/01/2017

PAIM, J. S. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para compreensão crítica*. 2007. 300 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, K. *A Grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PUREZA, J. M. *Desobedecer à união europeia*. Porto: Deriva Editores, 2015a.

_____. *Linhas Vermelhas, Crítica da Crise-Como-Política*. Lisboa: Bertrand Editora, 2015b.

REED, J. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

ROSSI, P.; DWECK, E. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.32, n.12, 2016. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>>

script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016001200501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17/07/2017.

SANTOS, B.S. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n. 79, p. 3-46, out. 2007.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. *Epistemologias do sul*: São Paulo: Cortez Editora, 2013.

_____. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Boaventura de Sousa Santos: ‘Estamos em uma transição da democracia para a ditadura?’ [2 de junho, 2017] In: *Sul 21*. Entrevista concedida a Fernanda Canofre. Disponível em <<https://www.sul21.com.br/jornal/boaventura-de-sousa-santos-estamos-em-uma-transicao-da-democracia-para-ditadura/>>. Acesso em 25/06/2017.

SANTOS, M. L. *Humanização da assistência ao parto e nascimento*. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SANTOS, W. G. *A democracia impedida: O Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SCHREIBER, M. Crítico sensação do capitalismo quer estudar Brasil, mas Receita não libera dados. In: *BBC*. 14 de maio de 2014. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140513_piketty_brasil_ms.shtml>. Acesso em 30 de junho de 2017.

SERRANO, P. E. A. P. *Autoritarismo e golpes na América Latina: Breve ensaio sobre jurisdição e exceção*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2011.

SHAXSON, N. *Treasure Islands: Uncovering the Damage of Offshore Banking and Tax Havens*. Nova Iorque: St. Martin’s Press, 2011

SINGER, P. *A crise do milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUTO, L. *O direito à saúde e a reforma democrática do Estado brasileiro: uma construção social republicana*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUTO, L. R. F.; BARROS DE OLIVEIRA, M. H. Movimento da Reforma Sanitária Brasileira: um projeto civilizatório de globalização alternativa e construção de um pensamento pós-abissal. In: *Saúde em Debate*, v. 40, n. 108, 2016.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: LeYa, 2015

_____. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. Jessé Souza: “A classe média é feita de imbecil pela elite” [23 de junho, 2017] In: *Carta Capital*. Entrevista concedida a Sérgio Lório. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/jesse-souza-201ca-classe-media-e-feita-de-imbecil-pela-elite201d>>. Acesso em 25/06/2017.

STREECK, W. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora, 2013a.

_____. *The Politics of Public Debt*. 2013b. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/766d/e1c824c716c68d8b018767153b81d48c5b2a.pdf>>. Acesso em 14/07/2017.

_____. Como vai acabar o capitalismo? O epílogo de um sistema em dismantelo crônico. In: *Piauí*. n. 97. Outubro, 2014. Disponível em <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-vai-acabar-o-capitalismo/>>. Acesso 10/12/2016.

TEIXEIRA, S. M. F. Retomar o debate sobre a reforma sanitária para avançar o Sistema Único de Saúde. In: *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 472-480, out./dez. 2009.

THE ECONOMIST. *The missing \$20 trillion*. 16 de fevereiro de 2013. Disponível em <<https://www.economist.com/news/leaders/21571873-how-stop-companies-and-people-dodging-tax-delaware-well-grand-cayman-missing-20>>. Acesso em 10/06/2017.

TRUTH, S. E não sou uma mulher? In: *Geledés Instituto da Mulher Negra*. 8 de janeiro de 2014. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.qjalPgg>>. Acesso em 15/05/2017.

VALIM, R. Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo. 21 de março de 2017 In: *Jornal GGN*. Disponível em <<http://jornalggn.com.br/noticia/estado-de-excecao-a-forma-juridica-do-neoliberalismo-por-rafael-valim>>. Acesso em 20/05/2017

VAROUFAKIS, Y. *O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global*. São Paulo: Autonomia Libertária, 2016.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VIANNA, M. L. T. W. *Reforma da Previdência: contexto atual, pós-verdade e catástrofe*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos – Fiocruz, 2017. Disponível em <http://cee.fiocruz.br/sites/default/files/futuros_artigos_previdencia_maria-lucia-werneck-vianna.pdf>. Acesso em 30/06/2017.